



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO**

ANA REGINA GOMES DOS REIS

**DO SEGUNDO SEXO À SEGUNDA ONDA
DISCURSOS FEMINISTAS SOBRE A MATERNIDADE**

**SALVADOR
2008**

ANA REGINA GOMES DOS REIS

**DO SEGUNDO SEXO À SEGUNDA ONDA
DISCURSOS FEMINISTAS SOBRE A MATERNIDADE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – UFBA. Área de concentração: Mulheres, Gênero e Feminismo. Linha de Pesquisa: Gênero, Identidade e Cultura, como requisito parcial para obtenção do grau de mestra

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cecília Maria Bacellar Sardenberg

Salvador
2008

Revisão e Formatação: Vanda Bastos

R375 Reis, Ana Regina Gomes dos
Do segundo sexo à segunda onda: discursos feministas sobre a maternidade /
Ana Regina Gomes dos Reis. – Salvador, 2008.
142.f.

Orientadora: Profa. Dra. Cecília Maria Bacellar Sardenberg
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Feminismo. 2. Maternidade. 3. Mulheres. I. Universidade Federal da Bahia,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. II. Sardenberg, Cecília Maria
Bacellar. III. Título.

CDD – 305.4

ANA REGINA GOMES DOS REIS

DO SEGUNDO SEXO À SEGUNDA ONDA: DISCURSOS FEMINISTAS
SOBRE A MATERNIDADE

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo do Programa de Pós-graduação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – UFBA. Área de concentração: Mulheres, Gênero e Feminismo. Linha de Pesquisa: Gênero, Identidade e Cultura,

Salvador, de de 2008

Cecilia Maria Bacellar Sardenberg

Prof(a) Dra – Orientadora
UFBa

Lucila Scavone

Prof(a). Dra

Angela Maria Freire de Lima e Souza

Prof(a) Dra

*Para Terezinha Gonçalves,
que me ensina a ser feminista*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas e todos do NEIM, há 25 anos abrindo espaços, especialmente a:

Cecília, que partilhou o saber, os livros e me disse que ousasse;

Angela, pelo prumo e pela cumplicidade epistemológica;

Ana Alice, pelo firme apoio de sempre;

Gabriela, pela paciência com o meu encontrão com as teorias pós-modernas;

Às minhas amigas professoras doutoras:

Pyl, em memoráveis interurbanos noturnos, me ensinando a pensar sociologia, mostrando caminhos;

Fabíola, cuja clareza metodológica me encheu de coragem desde o começo do projeto;

Suely, por muito mais que arrumações de idéias.

Agradeço, igualmente, as agulhadas de Luiza, que me equilibraram as energias;

A Gena, que carregou, desde Vermont, preciosos livros das feministas radicais os quais, generosamente, deixou comigo;

A Lili que me apresentou os situacionistas;

A amizade das e dos colegas e as trocas intergeracionais.

Esperando que tanto papel não tenha sido em vão, peço desculpa às árvores.

Se os mais avançados e sofisticados gabinetes de tecnologia da gestação pudessem fabricar filhos e fetiches virtuais de mulheres para fornecer serviços sexuais, os homens não lamentariam passar sem mulheres de verdade, malcheirosas, sangrentas, ruidosas, peludas.

(Germaine Greer em A mulher inteira)

RESUMO

Esta dissertação discute a diversidade dos discursos feministas sobre a maternidade, tomando como objetos as obras: de Simone de Beauvoir, *O Segundo sexo* ([1949] 1980), de Shulamith Firestone, *A Dialética do Sexo: Um Estudo da Revolução Feminista* ([1970] 1976) e de Nancy Chodorow, *Psicanálise da Maternidade: Uma Crítica a Freud a Partir Da Mulher* ([1978] 2002) sendo, estas duas últimas, representativas do movimento feminista radical dos anos 1960 e 1970. Entendendo a maternidade como um fenômeno plasmado nas relações sociais e partindo do pressuposto de que os papéis sociais de mulheres e homens são construídos, discursivamente, em situações de poder desigual, destaca a importância histórica dos discursos médico e religioso na fusão da identidade da mulher com a função materna, configurada na formação da família burguesa ocidental e seus desdobramentos atuais. As leituras realizadas pelas referidas autoras desse desenvolvimento histórico e as críticas às análises que dele fizeram a teoria marxista e a psicanálise contribuíram para a formação dos conceitos de gênero, trazendo aportes para as discussões que desnaturalizaram as categorias *sexo*, *feminilidade*, e *sexualidade*. A contextualização do pensamento feminista da Segunda Onda mostrou suas articulações com os movimentos sociais seus contemporâneos, notadamente, o movimento negro pelos direitos civis.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo radical. Beauvoir. Firestone. Chodorow. Maternidade.

ABSTRACT

This work discusses the diversity of feminists discourses on motherhood, taking as objects Simone de Beauvoir's *Second Sex* ([1949] 1980), Shulamith Firestone's *The dialectic of sex- the case for feminist revolution* ([1970] 1976) and Nancy Chodorow's *The reproduction of motherhood. Psychoanalysis and the sociology of gender* ([1978] 2002), these last two as representative of the radical feminist movement of the last century's sixties and seventies. Considering motherhood as a phenomenon socially molded, and presupposing that men's and women's social roles are discursively constructed, in unequal power situations, stresses the historical importance of medical and religious discourses in the fusion of women's identity with the maternal function, configured as such by the occidental burgeoise family and its present developments. The referred author's readings of these historical development and the critiques that marxist theory and psychoanalysis made of it, have contributed to shape gender concepts, and to the discussions that denaturalised the categories of sex, femininity and sexuality. Contextualizing the Second Wave feminist thinking revealed articulations with its contemporaneous social movements specially the black movement for civil rights.

KEY WORDS: Radical Feminism. Beauvoir. Firestone. Chodorow. Motherhood.

SUMÁRIO

Capítulo 1 INTRODUÇÃO	11
1.1 A MATERNIDADE E OS CONCEITOS DE GÊNERO	13
1.2 A QUESTÃO GERAL: A MATERNIDADE COMO QUESTÃO POLÍTICA ..	14
1.3 A QUESTÃO POLÍTICA – UMA QUESTÃO FEMINISTA	16
1.4 OS DISCURSOS DA MATERNIDADE E A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO .	17
1.5 OS DISCURSOS FEMINISTAS SOBRE A MATERNIDADE	20
Capítulo 2 A FAMÍLIA MODERNA, O DISCURSO MÉDICO E A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO	25
2.1 A FAMÍLIA MODERNA, O DISCURSO MÉDICO E A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO	25
2.2 OS ASPECTOS SIMBÓLICOS DA CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE .	32
2.3 AS FEMINISTAS E A MATERNIDADE	34
2.4 A FAMÍLIA PÓS-MODERNA, O PODER TECNO-BIO-MÉDICO E AS RECONSTRUÇÕES DE GÊNERO	38
Capítulo 3 SIMONE DE BEAUVOIR: UM CAPÍTULO À PARTE	44
3.1 INTRODUÇÃO	44
3.2 CONTEXTUALIZANDO <i>O SEGUNDO SEXO</i>	48
3.3 LENDO <i>O SEGUNDO SEXO</i> : OS DISCURSOS	50
3.4 ENTRE FATOS E MITOS	54
3.5 A MATERNIDADE SUBJETIVADA	61
Capítulo 4 VENTOS FORTES SOPRANDO A SEGUNDA ONDA ...	70
4.1 INTRODUÇÃO	70
4.2 A IMAGINAÇÃO NO PODER: ANTECEDENTES	73
4.3 AS IDÉIAS NOS MUROS, DISCURSOS NAS RUAS	79
4.4 ORIGENS DO MOVIMENTO FEMINISTA DA SEGUNDA ONDA NOS EUA	82
4.5 INDO – COM RAIVA – ÀS RAÍZES: O FEMINISMO RADICAL	85
4.6 A QUESTÃO DO CONTROLE DA FERTILIDADE	92

Capítulo 5 A MATERNIDADE NA SEGUNDA ONDA	99
5.1 MAIOR QUE A REVOLUÇÃO: SHULAMITH FIRESTONE E A ABOLIÇÃO DA NATUREZA	99
5.1.1 INTRODUÇÃO	99
5.1.2 <i>A DIALÉTICA DO SEXO</i> – SAMPLEANDO MARX, ENGELS, FREUD E SIMONE DE BEAUVOIR	102
5.1.3 A REJEIÇÃO DA MATERNIDADE NO CORPO	108
5.1.4 O FIM DA INFÂNCIA	111
5.1.5 SHULAMITH FIRESTONE E GÊNERO	113
5.1.6 A ATUALIDADE DE UM PESADELO	114
5.2 NANCY CHODOROW : NÃO SE NASCE MÃE	115
5.2.1 INTRODUÇÃO	115
5.2.2 A PSICANÁLISE FORA DO DIVÃ	121
5.2.3 A PSICANÁLISE E O GÊNERO	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	135

1

INTRODUÇÃO

Maternidade: 1. – Qualidade ou condição de mãe. 2. – Jur. Laço de parentesco que une a mãe ao filho. 3. – Hospital, ou setor hospitalar, para mulheres no último período de gravidez e para intervenções cirúrgicas obstétricas. 4. – Estabelecimento de assistência para mulheres no último período da gravidez. Vossa Maternidade. Tratamento dado às religiosas que são mães. (FERREIRA, 1999, p. 1.298).

O meu projeto, inicialmente, era estudar quais as representações que as mulheres, feministas e não feministas, do movimento de mulheres em Salvador, fazem das tecnologias conceptivas¹. Propunha-me indagar o que sabem, como acompanham o desenvolvimento dessas tecnologias, se discutem o impacto de sua aplicação na vida e na saúde das mulheres e, dado o debate atual do tema, como vêm a produção de óvulos para a formação de células-tronco.

Como venho acompanhando e discutindo essas questões, desde 1984, principalmente junto a grupos que trabalham com saúde da mulher, intrigava-me a pouca importância dada a esses temas nos movimentos de mulheres e feministas. A investigação teria, dentro da perspectiva epistemológica feminista, o papel de colocar a pesquisa a serviço da transformação social (MIES, 1982), uma maneira de provocar a discussão e de tentar incluir o tema na agenda das mulheres que atuam como sujeitos políticos em Salvador.

Ao realizar as primeiras entrevistas, no entanto, fui surpreendida por uma realidade que não julgava enfrentar: era extremamente reduzido o número de

¹ As tecnologias que envolvem a manipulação extra-corpórea das células germinais – óvulos e espermatozoides – e, por consequência, a manipulação dos embriões.

mulheres que se identificavam como feministas. Além disso, alguns depoimentos aludiam a vivências do uso das tecnologias conceptivas no âmbito das relações familiares, o que criou para mim um impasse ético incontornável, dado o segredo que envolve a utilização das técnicas – confirmando, aliás, o forte caráter simbólico que ainda hoje integra as representações sociais sobre a procriação e o valor atribuído à fertilidade. Não poderia, portanto, pelo universo reduzido com que estava trabalhando, aproveitar detalhadamente as falas, sob o risco de identificá-las. Em razão disso, optei por estudar discursos de feministas sobre a maternidade, uma escolha que não me afastava da questão geral do projeto, a maternidade e o feminismo.

Entendo por “maternidade”, um fenômeno biossocial, impregnado das relações de poder desiguais que envolvem as construções sociais de gênero, raça, classe e orientação sexual, que se modifica na história.

Para estudar as relações do feminismo com a maternidade, parto do marco referencial que foi *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir ([1949] 2000).

Como representantes do pensamento radical da “Segunda Onda”, como é chamado o ressurgir do movimento feminista a partir dos anos 1960 (em referência ao feminismo sufragista que vai de fins do século XIX às primeiras décadas do XX), escolhi duas autoras, Shulamith Firestone ([1970] 1976) e Nancy Chodorow ([1978] 2002), como representantes do que se considerou, posteriormente, como correntes anti e pro maternalistas, respectivamente. (RUDDICK; ELSHTAIN apud DIETZ, 2001).

Ir de *O Segundo Sexo* para a “Segunda Onda” significou verificar as influências do pensamento de Beauvoir sobre as feministas do ressurgir do movimento; indagar quais mudanças nas circunstâncias históricas tiveram reflexo nos discursos sobre a maternidade; e quais as articulações desses discursos com os demais movimentos sociais da época. Além disso, através da leitura em ordem cronológica possível verificar as contribuições de cada uma para a elaboração do conceito de gênero – cujas bases foram lançadas pela filósofa francesa – e por onde caminharam as discussões sobre as construções sociais das diferenças, nas funções procriativas, entre mulheres e homens.²

Para situar esses discursos, estudei os contextos históricos em que emergiram, detendo-me, com mais detalhes, nas articulações entre os discursos

² A falta de tempo para uma pesquisa mais abrangente impediu-me de incluir a análise do discurso de feministas negras. Reconheço essa limitação no meu trabalho.

feministas e os discursos dos movimentos contestatários que o antecederam, surgidos, na França e nos Estados Unidos, a partir dos anos 1950. Para tal, recorri, amplamente, não só aos textos escritos pelas autoras como, também, ao rico material iconográfico existente na internet sobre esses movimentos, a filmes acessíveis no *youtube*³, a entrevistas filmadas de Simone de Beauvoir – nelas, podemos “ler” a voz de Beauvoir, “ler” seus gestos – e Jack Kerouac, por exemplo.

Seria impossível trazer para o texto todo esse pano de fundo, que foi uma emocionada imersão nesse período da segunda metade do século XX, uma época em que vivemos, principalmente no Brasil, o paradoxo de tudo sonhar, ousadamente, em meio ao interminável pesadelo da ditadura militar. Ficam as indicações de acesso aos sites e a incitação à experiência dessa viagem⁴.

Segui a orientação de Joan Scott quando traz a proposta das teorias pós-estruturalistas de se ler “textos” específicos, além dos livros e documentos, e, também, as práticas culturais, levando em conta:

[...] como, em que contextos específicos, entre quais comunidades humanas e através de quais processos textuais e sociais o significado é adquirido? [...] como mudam os significados? como alguns significados se tornaram normativos e outros revelam como o poder é constituído e manejado? (SCOTT, [1988] 2002, p. 205).

Segundo essa historiadora, a atenção para com os processos de constituição dos significados e das categorias nos permite abrir possibilidades interpretativas que ultrapassem os modelos super-simplificados que perpetuam a compreensão convencional do mundo.

1.1 A MATERNIDADE E OS CONCEITOS DE GÊNERO

Joan Scott define gênero como uma forma primeira, nas relações sociais, de significar poder construindo papéis sociais com base nas “diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, [1986] 1991, p. 14).

³ O *youtube* é um site na internet onde se pode acessar material de imagens filmadas.

⁴ Se, por um lado, encontrei muito material de registro da memória do feminismo e dos movimentos das décadas de 1950, 1960 e 1970 na internet, muitos dos livros que consultei só foram achados nos sebos, o que é uma curiosa e reveladora combinação de localização de fontes referentes a esses assuntos.

Gayle Rubin usa a expressão *sistema sexo/gênero* para designar “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, [1975] 1982, p. 2).

As definições transcritas não se resumem, é claro, a essas poucas frases. Incluem as instâncias que as sociedades construíram, nas suas diversidades, para normatizar, reproduzir e legitimar as relações hierárquicas de poder dos homens sobre as mulheres. Entretanto, de uma maneira esquemática, pode-se dizer que a primeira definição oferece elementos para entender a construção da feminilidade e da masculinidade, um raciocínio que, no limite, chega à dissociação de sexo e gênero, pois as diferenças percebidas podem ser re-definidas conforme o sentido que se dê a elas. A segunda inclui, no sistema sexo/gênero, a reprodução da espécie (e, portanto, os bebês) ao lado da sexualidade entendida como desejo.

O enfoque principal da definição de Rubin, antropológico, centra-se nas relações de parentesco. Juntando Lévi-Strauss com Freud e Monique Wittig (referindo-se ao livro *Les Guérillères*, publicado em 1969) ela propõe que o feminismo faça uma revolução que resolva a crise edipiana da Cultura, ou seja, a reprodução da heterossexualidade como norma. A sua análise, porém, não aprofunda a “economia política” dos sistemas sexuais. Afirma que a troca de mulheres entre os homens, o objeto que vai analisar com mais detalhe, é apenas um passo inicial da elaboração dessa economia política. É a partir dessa abordagem que Nancy Chodorow parte para fazer a sua análise das articulações entre as relações na família e as relações sociais.

1.2 A QUESTÃO GERAL: A MATERNIDADE COMO QUESTÃO POLÍTICA

A questão política da maternidade, como objeto de debate, permanece, hoje, em aberto. O fenômeno contínuo da urbanização e as transformações dos processos produtivos em escala internacional resultam em modificações constantes nos arranjos familiares, nas relações de gênero, em expressões da sexualidade e dos afetos, transformando, especialmente, a vida privada das mulheres e sua relação com a maternidade. (SCAVONE, 2001).

A expansão da economia, a partir do pós-guerra, possibilitou a incorporação de maiores contingentes de mulheres na força de trabalho. Por outro lado, impôs-se o discurso malthusiano do controle da natalidade dos países

periféricos por parte das elites dos países centrais, acrescido do argumento ecológico. A demanda das mulheres por contracepção, pela primeira vez, coincide com os interesses dos poderes hegemônicos.

A fabricação de hormônios esteróides que, desde os anos 1920, vinha buscando resolver os problemas de infertilidade feminina e impotência masculina, desloca-se para a contracepção e inicia-se a fase de produção industrial em massa. (SINDING, 2003).

A maior disseminação de métodos e artefatos contraceptivos, sobretudo a partir dos anos 1960, além do aperfeiçoamento das técnicas cirúrgicas da esterilização e, em alguns países, a descriminalização do aborto, tiveram impacto marcante nas decisões a respeito de *ser* ou *não ser* e de *quando ser mãe*, para um número maior de mulheres.

Mais recentemente, as tecnologias conceptivas instalaram configurações inéditas de relações parentais, separando, além disso, radicalmente, a sexualidade da procriação (COREA, 1985; DE VILAINE; GAVARINI; LE COADIC, 1986) e atingindo, pela dissociação entre ovulação, fecundação e gestação, o conceito que se tinha como inequívoco de “mãe biológica”. Uma criança, hoje, pode nascer a partir de um óvulo que recebeu material do citoplasma de outro óvulo e ser gestado em um útero de uma terceira mulher.

Na construção do livre exercício da sua sexualidade, as mulheres têm enfrentado variados desafios: em países europeus, as políticas estatais investem na elevação das taxas de natalidade e não garantem a socialização dos cuidados com as crianças; em países asiáticos, africanos e latino-americanos⁵, as políticas são de redução da natalidade, muitas vezes coercitivas e com utilização de métodos contraceptivos que as mulheres não controlam;⁶ em muitos países, nos quais permanece forte a influência religiosa, o aborto não é livre nem assumido pelos serviços públicos, continuam ocorrendo muitas mortes obstétricas e, ainda, as iniciativas de desmedicalização do parto são prontamente barradas por parte dos

⁵ Ao que parece, a tendência internacional, com exceção dos países africanos, é de queda das taxas de fertilidade. Grande parte da Ásia, da América Latina e quase a totalidade dos países europeus estão abaixo das taxas de reposição da população. A lista das taxas de fertilidade, cuja fonte referida é o *World Fact Book*, da Central de Inteligência Americana está disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_countries_and_territories_by_fertility_rate>. Acesso em: 21 fev.2007.

⁶ Como é o caso dos métodos hormonais injetáveis de longa duração e os implantes, cujos efeitos colaterais não se pode eliminar pela interrupção, como acontece com a pílula, por exemplo.

profissionais⁷. Para a maioria das mulheres, a associação de maternidade e trabalho representa mais encargos, insegurança, desvantagens na carreira e menos tempo para si.

Apesar das conquistas conseguidas, desde a reativação dos movimentos feministas, o objetivo de cada mulher, de ser sujeito de suas escolhas no campo da procriação, para a maioria, ainda está longe de ser atingido. A fecundação, a gestação e o parto tornaram-se objetos de intervenção biomédica, de uso cada vez mais intensivo de tecnologia, fenômenos, portanto, sujeitos a disputas desiguais de poderes. (REIS, 1991; CORRÊA, 2001; VIEIRA, 2002; SCAVONE, 2003).

O controle desse conhecimento biomédico e das suas aplicações instrumentalizadas e comercializadas como, também, a elaboração e o controle da efetivação das leis trabalhistas ou referentes ao aborto e a alocação dos recursos públicos para a socialização do cuidado das crianças são, na grande maioria dos países, monopolizados pelos poderes hegemônicos – masculinos e burgueses – e brancos, nas sociedades ocidentais.

1.3 A QUESTÃO POLÍTICA – UMA QUESTÃO FEMINISTA

As relações das mulheres com esses poderes são cheias de ambigüidades. Se, por um lado, o direito a exercer escolhas procriativas é invocado, a autonomia não é possível, uma vez que essas escolhas não se efetivam independentemente de assistência especializada, de tecnologias contraceptivas ou conceptivas (EHRENREICH; ENGLISH, 1973) fornecidas pelo Estado e desenhadas segundo interesses comerciais e de controle externo ao manejo pelas mulheres. Mesmo as que têm acesso privilegiado à assistência privada não estão livres da anuência às normas impostas pelos profissionais. Essas escolhas são, pois, muito limitadas e sempre em disputa.

A elaboração do conceito dos direitos reprodutivos e sexuais, em fins do século XX, é exemplo dessas negociações entre os movimentos feministas e os poderes hegemônicos. Ao mesmo tempo em que se reivindica o não cerceamento de direitos individuais, a não intervenção em decisões pessoais, demanda-se, em

⁷ Veja-se, por exemplo, a violenta reação corporativista dos médicos à implantação das casas de parto em vários estados brasileiros: Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/equilibrio/noticias/ult263u4025.shtml>>. Acesso em: 12 fev. 2007.

nome dos direitos coletivos, o acesso à elaboração e ao controle da aplicação das políticas públicas.

O corpo feminino, mais explicitamente que o masculino, é ponto de articulação e, portanto, questionamento e tensão, do binômio espaço público/espaço privado. As crianças fornecidas por esse corpo são mais que constituintes de uma família, continuadoras de um casal ou de pessoas, individualmente. Tomadas em conjunto, como “população”, são objeto de interesse, controle e normatização por parte dos Estados. Podem ser consideradas como componentes que se querem numerosos para a formação de exércitos, como cidadãos formadores de pátrias potentes, consumidores que fazem crescer economias ou podem se tornar mão de obra inútil ou excedente, conforme as circunstâncias socioeconômicas e culturais, em contextos históricos determinados. No âmbito privado, podem representar continuidade patrimonial, braços trabalhadores, esperança de assistência a velhices desprovidas de previdência social ou signos de potência sexual e fertilidade, fontes de prestígio valoradas culturalmente.

A procriação é, pois, além de um fenômeno biológico, uma relação social imersa em configurações de poderes desiguais, tendo sido a teoria feminista com a sua luta libertária que contribuiu para verbalizar e possibilitar a tomada de consciência das mulheres a respeito dessas implicações sociais e políticas. (SCAVONE, 2001).

1.4 OS DISCURSOS DA MATERNIDADE E A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO

Ter filhos, como fenômeno biológico em si, restringe-se à gestação e ao parto, uma vez que todos os demais cuidados, inclusive o aleitamento, podem ser feitos por outros que não a mãe biológica. O conjunto dos cuidados materiais e biológicos com a criança constituem a maternação, o que não precisa ser uma função restrita a uma só pessoa. Quais seriam, então, os mecanismos pelos quais essa função (a maternação) se mantém majoritariamente feminina, apesar das profundas mudanças nas sociedades urbano-industriais contemporâneas? Ou, perguntando de outra maneira: quais discursos produziram historicamente, a partir das/nas relações sociais, a identificação dessa função com as mulheres? E ainda: como o ser mulher foi, por sua vez, identificado com o ser mãe?

A reprodução, uma função orgânica, analisa Tania Swain,

é promovida em termos simbólicos a um nível identitário, essencial, portadora de um destino social ancorado no corpo. Objetiva-se, desta forma, a imanência que faz das mulheres este corpo fractal: é a apropriação social do corpo construído em mulher que confere a todas as mulheres um destino biológico, quase uma fatalidade. (2007, p. 205).

É preciso entender, inicialmente, como se deu essa apropriação social do corpo feminino e como esse corpo foi discursivamente construído. Assim, cumpre identificar quais discursos foram aceitos nas sociedades, atuando como verdadeiros na construção do corpo feminino, da sua identificação com a reprodução e das suas relações com a função materna e, em seguida, analisar o contradiscurso que fizeram as feministas, na desnaturalização da identidade da mulher com a função reprodutiva.

Tentando responder a essas perguntas, apresento, no Capítulo 1, uma visão, a mais panorâmica possível, de como se deu essa apropriação social do corpo da mulher, na sociedade ocidental, mais marcadamente a partir das revoluções burguesas. Nesse capítulo, destaco o papel dos discursos médico e religioso ao formularem as associações identitárias mulher/mãe. A fusão das funções biológicas procriativas com a maternação e a sua associação com uma missão salvífica, foi um processo central para a cristalização da “feminilidade” como fraqueza e inferioridade e justificativa para a exclusão da cidadania. O capítulo relata a vivência histórica da maternidade, na sociedade burguesa ocidental, experiência essa em que vai se referenciar, e dela fazer a crítica, o contradiscurso feminista.

Evidentemente, a visão que temos hoje da questão, não é a mesma que se tinha quando os discursos de Simone de Beauvoir (1949), Shulamith Firestone (1968) e Nancy Chodorow (1978) surgiram. Tornou-se o que é hoje, porque, somando-se à contribuição feminista, outros instrumentos de análise vieram enriquecer a compreensão dos mecanismos de formação de sentidos.

Dentre os instrumentos vindos, principalmente, do aporte trazido por Michel Foucault e que foram aproveitados pelas feministas (SCOTT, 2002) está o conceito de discurso.

Para Foucault (1970), os discursos se relacionam com algo mais do que a linguagem. Estão além das relações significante/significado. Esse algo mais diz

respeito a serem, os discursos, práticas sociais que organizam a realidade. Importa identificar as condições de existência dos discursos, estudar a sua circulação, para compreender a distribuição de poderes. (FOUCAULT, 2001).

Sem fazer inteiramente o estudo da circulação dos discursos, utilizo a leitura de gênero, uma prática discursiva feminista, que permite identificar, nos discursos socialmente legitimados sobre a maternidade, sobre o corpo feminino, sobre os sentimentos das mulheres ou sobre a existência de uma pretensa essência feminina, o forte viés androcêntrico. O fato de as falas androcênicas predominarem indica que, sobre o discurso das mulheres a respeito delas mesmas, se exerceu e ainda se exerce o que Foucault, na sua aula inaugural do Collège de France, descreve como procedimentos de exclusão:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. (FOUCAULT, 2001, p. 9).

O discurso, para além de manifestação do desejo, é objeto de desejo, instrumento de poder em disputa. Assim, quando Simone de Beauvoir afirma, na primeira frase de *O Segundo Sexo*, “eu sou uma mulher”, rompe, uma vez mais na história, com um (inter)dito, o de ser sujeito de significados, transforma esse enunciado em um acontecimento e vai procurar outras regras de exercício da possibilidade mesma de existência de um discurso vindo de outro lugar, trazendo a fala desse Outro no mundo, que é “a mulher”, como uma diferente posição de sujeito.

Ao trazer para esta reflexão a aula de Foucault no Collège de France, fica difícil deixar de comparar a situação da mulher com o que diz o autor a respeito dos mecanismos de separação e de rejeição da fala do louco:

[...] desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um

corpo; pode ocorrer também, em contrapartida, que se atribua, por oposição a todas as outras, estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda a ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber. (FOUCAULT, 2001, p. 10-11).

Não se passou o mesmo com os enunciados das mulheres? Com seus ditos e escritos postos nas tapeçarias, nas canções, nas histórias contadas às crianças, nas pragas rogadas, nas conjurações dos encantamentos e dos sortilégios, nas canções? Não se verifica a mesma ambigüidade em procedimentos de atribuição/destituição de poder em relação à mulher, construída pela/na sua identificação como mãe?

Ao romper com esses procedimentos de exclusão, as mulheres, a partir dos anos 1960, dessa vez com mais força coletiva que as suas antecessoras na sua história de atuação política, criaram as condições do exercício e da possibilidade de existência do(s) discurso(s) feminista(s).

1.5 OS DISCURSOS FEMINISTAS SOBRE A MATERNIDADE

O tema da maternidade esteve muito presente nas discussões e no ativismo político do começo da Segunda Onda. A politização da vida cotidiana empreendida pelas feministas radicais questionou com vigor as relações diretas com os homens, dentro do casamento. A maternidade, então, para muitas, era vista em sua associação com a condição de esposa e agudamente sentida como opressiva. A experiência feminina da maternidade era, conseqüentemente, central nas discussões dos grupos de conscientização, o que resultava na reflexão sobre o seu significado.

Em outra vertente, a volta à vida simples e mais “natural” da cultura *hippie* levava à recusa da manipulação tecnológica dos processos fisiológicos. O ideal comunitarista incluía uma participação maior dos homens no cuidado das crianças, o que reduzia a recusa à procriação. O discurso da afirmação feminista da autonomia, para outras vertentes, ia também no sentido de tirar a gravidez e o parto do controle médico e hospitalar, incentivava o auto-exame e a recuperação do conhecimento

das mulheres sobre seus corpos e a valorização da experiência da maternidade, como fez Adrienne Rich (1977)⁸.

A partir dos anos 1990, como identificou Lucila Scavone (2003), diminuiu o interesse dos estudos feministas sobre a questão, principalmente sobre o aspecto mais amplo do seu significado. As pesquisas de então refletiram, por certo, a ação centrada nas políticas da saúde e dos direitos reprodutivos, um fenômeno que não ocorreu somente no Brasil, como haviam detectado, na década anterior, Robyn Rowland (1985) e Jalna Hanmer (1982), nos Estados Unidos e na Inglaterra. A necessidade de se levar a questão da maternidade para o espaço público, que resultou na formulação dos direitos reprodutivos e, posteriormente, dos direitos sexuais, deslocou, do âmbito privado, o enfrentamento que marcara as décadas precedentes. Essas autoras destacam, no entanto, que a discussão sobre o sentido da maternidade foi retomado, na década de 1980, pelas correntes feministas que se opuseram às tecnologias contraceptivas.⁹

No Brasil, o feminismo recomeçou sob forte influência de ativistas vindas dos grupos de esquerda (com os quais muitas não romperam) e no contexto da ditadura militar. O caráter mais subjetivo e radical não teve expressão tão marcante, sendo maior a ênfase nas lutas por creches, nas questões relacionadas ao campo do trabalho e, mais tarde, nos estudos sobre políticas governamentais e direitos reprodutivos.

A recepção, em setores da esquerda, às idéias radicais feministas, pode ser exemplificada pela fala de Heloneida Studart (1932-2007), uma das fundadoras do Centro da Mulher Brasileira, em seu *Mulher, Objeto de Cama e Mesa*, talvez a publicação de maior disseminação no país¹⁰:

⁸ Em *Of Women Born: Motherhood as Experience and Institution* (1977). Esse livro não teve edição no Brasil apesar de ser considerado um dos “clássicos” do feminismo da Segunda Onda. Tive acesso a uma versão francesa, no Centro de Documentação do SOS-Corpo e Cidadania, já na fase final da elaboração deste trabalho, o que me impediu de incluí-lo.

⁹ Notadamente, a Rede Internacional Feminista de Resistência à Engenharia da Reprodução e Genética – *Feminist International Network of Resistance to Reproductive and Genetic Engineering* (FINRRAGE), formada em 1985.

¹⁰ A publicação, em 1983, tinha quatorze edições, fato raro entre nós. Na página ao lado desse texto “lê-se” uma foto de mulheres juntas sugerindo uma manifestação política. Quase todas são freiras.

Os movimentos feministas em todo o mundo são, hoje em dia, muito atuantes, mas infelizmente impregnados de emocionalismo. A maioria deles tem caráter anarquista e doidivas. Veja-se o caso de grande parte dos movimentos liberacionistas norte-americanos. Eles não situam os males da condição feminina no sistema, mas no macho da espécie. Alguns se lançam em guerra caricata contra o homem, considerando-o até, de maneira grotesca, uma forma obsoleta de vida. Outros elogiam o homossexualismo. Nenhuma líder – Kate Millet, Gloria Steinem ou Germaine Greer – considera que a empulhação do eterno feminino nos Estados Unidos é consequente da própria estrutura econômica do país. (STUDART, 1974, p. 44).¹¹

Recuperar os instigantes enunciados do feminismo radical pode, a meu ver, contribuir para revigorar os feminismos brasileiros atuais, de rumos predominantemente liberais – reformistas –, tomados até pelo caráter urgente de todas as carências que a maior parte da população, sobretudo a feminina, enfrenta. Revisitar, portanto, as autoras que re-lançaram a crítica feminista à Cultura, tem, para mim, um duplo interesse: fazer a passagem, para as(os) estudiosas(os) e ativistas mais jovens, de uma memória que não pode desaparecer e oferecer elementos para a “arqueologia” de idéias que utilizamos na teoria e na ação política.

Tendo como centro da minha pesquisa a questão da maternidade no pensamento feminista, começar por Simone de Beauvoir, o que é feito no Capítulo 2, era obrigatório. Fiz a leitura, em *O Segundo Sexo*, da análise da filósofa francesa a respeito da construção social da identidade da mulher como mãe; sua crítica corajosa em relação à ilegalidade do aborto e o alerta sobre o papel impeditivo que a maternidade obrigatória representava para a liberdade e a realização plena das mulheres influenciaram várias gerações de feministas no mundo todo. Simone de Beauvoir lançou, sobretudo, todas as bases para a construção do conceito de gênero. Apesar disso e de todo um campo, ativo na atualidade, de estudos dedicados especificamente ao conjunto de sua obra, nos Estados Unidos e na França, a filósofa vem desaparecendo das referências, entre nós.

Na convivência com as minhas e meus colegas do Programa de Pós-graduação¹², pude verificar que o interesse das novas gerações pela história dessas

¹¹ Note-se que Studart, ao se referir a “movimentos feministas” coloca todos os sujeitos das frases (e da ação política) no masculino: “eles não situam”, “alguns se lançam”, “outros elogiam o homossexualismo”. Heloneida Studart, deputada por vários mandatos, no Rio de Janeiro, foi uma das brasileiras indicadas ao Prêmio Nobel da Paz.

¹² Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

idéias e de como estas se articulavam com os movimentos da época não era respondido por uma literatura mais acessível, no Brasil.

Esta é a razão do longo Capítulo 3, no qual tentei reunir as idéias, as “palavras de ordem” que surgiram a partir da *beat generation*, da Nova Esquerda e da Internacional Situacionista¹³, alinhando os ventos que sopraram desses movimentos para o levantar da segunda onda feminista.

O Capítulo 4 é dedicado à leitura dos discursos das representantes do pensamento radical da Segunda Onda: de Shulamith Firestone, *The Dialectic of Sex: The Case for Feminist Revolution* (1970) – na tradução brasileira, *A Dialética do Sexo: Um Estudo da Revolução Feminista* (1976) – e, de Nancy Chodorow, *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender* (1978) que, na tradução brasileira, recebeu o título de *A Psicanálise da Maternidade: uma Crítica a Freud a partir da Mulher* (2002).¹⁴

A Dialética do Sexo foi considerada como uma das principais obras individuais do feminismo radical, por desafiar a teoria marxista ao colocar o sistema de “classes sexuais” como motor do desenvolvimento histórico das sociedades e por seu ataque à supremacia masculina, apontando a família como instituição responsável por ela. (ZARETSKY, 1976). Posteriormente, foi considerado um dos livros feministas mais influentes das últimas décadas do século XX. (HALBERT, 2004).

A crítica radical de Shulamith Firestone à maternidade biológica como base da dominação do homem sobre a mulher e a proposta da sua eliminação pela artificialização da reprodução oferece elementos interessantes para a discussão atual dessa questão. Frequentemente, as referências a ela se fazem em relação à radicalidade da solução apresentada e, assim, não se ressalta que sua proposta é a da tomada de controle da reprodução pelas mulheres, como se pode verificar no comentário de Joan Scott:

¹³ Agradeço a Lilian Lubocinski por ter me apresentado os situacionistas.

¹⁴ As duas traduções, de Vera Regina Rebello Terra e Nathanael Caixeiro, respectivamente, são exemplos veementes da veracidade do ditado “*traduttore traditore*”. Confrontei-as várias vezes com as versões originais. Caixeiro traduz sistematicamente para o masculino, o que resulta em alusões a “teóricos feministas” como, por exemplo, “o antropólogo Gayle Rubin” (na página 159). Além das traições por erros de significados, Terra, na página 26, reduz a “inúmeras mulheres” as “oito milhões” que Firestone afirma terem sido queimadas em fogueiras pela igreja durante a Idade Média. As duas obras mereciam novas traduções, sobretudo *A Dialética do Sexo*, pois o número de erros compromete a compreensão da argumentação.

Para Shulamith Firestone, a reprodução era também aquela 'amarga armadilha' para as mulheres. Entretanto, na sua análise mais materialista, a libertação das mulheres viria das transformações na tecnologia de reprodução, que poderia no futuro próximo eliminar a necessidade do corpo das mulheres como agentes de reprodução da espécie. (1991, p. 6).

A sua antevisão de que, se disseminadas sem esse controle, as tecnologias reprodutivas (tanto as conceptivas quanto as contraceptivas) poderiam reforçar a opressão das mulheres tem se mostrado verdadeira, o que aumenta o interesse em revisitá-la. Por outro lado, a articulação que faz da opressão das mulheres com a das crianças é um aspecto também esquecido de sua teoria.

Nancy Chodorow, ao estudar os aspectos subjetivos da maternidade sob a luz da análise do conceito das relações de gênero, trouxe uma contribuição importante para a crítica feminista a Freud e à Psicanálise. A sua dupla formação de socióloga e psicanalista permite uma visão mais aprofundada e familiarizada com as diversas correntes dentro desse campo, ao mesmo tempo em que mostra as articulações entre as relações familiares e as relações sociais, ligando a maternidade à construção de gênero. Seu trabalho influenciou a linha de pensadoras feministas conhecida como maternalistas, como Carol Gilligan (1982), que distingue a ética do cuidado da ética da justiça masculina, como observa, entre outras, Anna Galeotti (1995).

A preocupação em trazer a memória de uma parte importante da história do feminismo me levou a fazer algumas longas citações, o mais das vezes, de textos traduzidos por mim. Pensei nisso como maneira de oferecer uma oportunidade, para quem eventualmente venha a ler esse trabalho, de ter mais elementos para efetuar uma leitura própria, imaginando que esse pudesse ser o único contato com essa literatura, indisponível no país.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MATERNIDADE

– Aqui não tem mãe coisa nenhuma. Aqui só tem mulher.
(Meu irmão Fernando, pequeno, depois de uma palmada de Áurea, nossa mãe).

2.1 A FAMÍLIA MODERNA, O DISCURSO MÉDICO E A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO

A identidade social das mulheres como mães relaciona-se fortemente com a formação da família moderna¹⁵, configurada, no Ocidente, a partir das revoluções burguesas. A constituição do sistema democrático burguês, que começa no século XVIII e se consolida ao longo do século XIX, se edificou sobre um discurso que definiu as esferas pública¹⁶ e privada e os lugares – desiguais – dos homens e das mulheres nessas esferas.

O universalismo da Declaração dos Direitos do Homem, afirma Michelle Perrot, “não concerne verdadeiramente às mulheres: elas não são indivíduos. A

¹⁵ Em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Engels ([1884] 1984) estuda a família como categoria histórica, ligando a opressão das mulheres à constituição da família monogâmica, em decorrência do aparecimento da propriedade privada. A emancipação da mulher só se faria, para ele, com a abolição da sociedade de classes e com a socialização dos meios de produção. É interessante notar, no entanto, que, na obra da juventude, *A Ideologia Alemã*, de 1846, Marx e Engels afirmaram que a divisão sexual do trabalho “não era outra coisa que a divisão do trabalho no ato sexual”, passagem esta reformulada em *A Origem da Família...*, centrando a divisão do trabalho, entre os sexos, na reprodução. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/ideologia-alema-0e/index.htm>>. Acesso em: 21 maio 2006.

¹⁶ Para definir esfera pública, é útil o conceito usado por Michelle Perrot que diz: “conjunto jurídico ou consuetudinário, dos direitos e dos deveres que delineiam uma cidadania, [e] também os laços que tecem e fazem a opinião pública” (1998, p. 7-8).

Revolução lhes concede, no entanto, direitos civis, mas nenhum direito político” (2006, p. 142). A maior parte desses direitos civis regulava as relações da mulher com seu pai (direito de igualdade na sucessão) ou com o marido (igualdade no ato civil do casamento e direito de gerir seus bens em função do contrato de casamento) e foram retirados, pouco tempo depois, pelo Código Napoleônico, que exerceu forte influência no aparato jurídico da maior parte dos países ocidentais.

Segundo Ana Paula Vosne Martins (2004), Yvonne Kniebiehler e Catherine Fouquet, comparando o período pré-revolucionário e as primeiras fases da Revolução Francesa com a situação das mulheres no século XIX, ao perguntarem o por quê de ter ocorrido essa regressão, chamam a atenção para a construção das diferenças entre os sexos e o papel, nesse processo, do discurso médico, que se fortaleceu e legitimou no período, como uma forma superior de conhecimento humano, enquanto Ciência.¹⁷ O papel da mulher na procriação é, então, valorizado, mas, paralelamente, se acentua o caráter de fraqueza do organismo feminino e a sua necessidade de proteção.

No discurso iluminista, a “natureza feminina” é descrita (e prescrita), detalhadamente, no plano físico e moral, fazendo parte desse todo coerente as mulheres como seres doentios. A ciência iluminista quer entender a unidade psicofisiológica do ser humano, ressaltando que, na mulher, os efeitos morais da fisiologia são mais evidentes. (KNIEBIEHLER; FOUQUET, 1983).

A identificação da mulher como mãe é, em grande parte, decorrente do interesse pela manutenção das crianças despertado, nesse período, em função do fortalecimento dos Estados-Nação e do processo nascente de industrialização. (ARIES, 1981). Era, então, preciso incentivar a formação de populações sadias e fortes, produtoras de riquezas. As altas taxas de mortalidade infantil, observadas na época, eram atribuídas à falta da amamentação materna. Ocupadas, as mulheres, no trabalho, como artesãs ou auxiliares dos maridos comerciantes, ou, então, ricas o suficiente para pagar uma nutriz, difundira-se o costume de enviar as crianças para amas de leite, uma prática que tinha como consequência um número muito elevado de mortes. Além disso, havia o abandono explícito, em números expressivos o suficiente para obrigarem o Estado a se encarregar dessas crianças. Até mesmo o

¹⁷ Barbara Ehrenreich e Deirdre English, já em 1973, identificavam no sistema médico, “uma das mais poderosas fontes da ideologia sexista na nossa cultura. O sistema médico não é só uma indústria de serviços [...] É um poderoso instrumento de controle social, substituto da religião organizada como fonte primária de ideologia sexista e como garante dos papéis sociais.” (1973, p. 5, tradução nossa).

infanticídio era tolerado. Por outro lado, as crianças ricas costumavam ser confiadas aos criados que lhes transmitiam, segundo o discurso moralizador, maus hábitos e vícios e uma educação corporal voltada apenas para o prazer e o adorno. (DONZELOT, 1980).

O cuidado das crianças atribuído, como função social, às mulheres é uma estratégia que articula o seu confinamento ao ambiente doméstico com a reprodução social da força de trabalho, nas classes populares, e, na burguesia, a reprodução dos costumes e da cultura das classes dominantes. As mulheres brancas das classes populares, no entanto, ingressam no mundo do trabalho, na dura labuta nas minas e depois, maciçamente, na indústria têxtil; o trabalho feminino é cíclico, interrompido pelos períodos dos nascimentos dos filhos, sem perspectiva de carreira. Além do mais, há o acúmulo das tarefas domésticas e do cuidado dos idosos. Apesar dessa participação na esfera considerada produtiva, a participação política não acompanha a contribuição econômica: as mulheres raramente se sindicalizam e nem são instadas a fazê-lo. (PERROT, 2006, p. 119-120)¹⁸.

A extensão dos cuidados e da educação das crianças como continuidade do ato biológico, não reconhecidos como trabalho e sim, como função natural, assim como a associação de características morais e emocionais às características fisiológicas são as construções de gênero que vão associar a maternação/maternidade a um destino natural da mulher.

Até a metade do século XVIII, historia Jacques Donzelot (1980), a Medicina não se interessara pelas mulheres nem pelas crianças. As mulheres tinham a sua própria medicina, desvalorizada pelos homens. Partos e doenças infantis faziam parte dos saberes menores: eram “coisas de comadres”. Com a valorização da vida das crianças e à medida que a intervenção do Estado se fez presente, o poder médico se fortaleceu e passou a intermediar os governantes e as famílias, tomando para si o discurso dos cuidados de saúde das crianças. As práticas tradicionais, a princípio nos meios urbanos e, progressivamente, no campo, vão sendo eliminadas. As parteiras e as nutrizas mercenárias são os alvos

¹⁸ A ruptura entre privado e público, no projeto dos movimentos emancipacionistas femininos (no caso italiano, por exemplo) de meados do século XIX e começo do XX, terá características próprias em relação aos demais movimentos sociais. As emancipacionistas engajam-se em atividades de assistência e de serviço, articulando a ação do Estado com as reivindicações trabalhistas. Nessa perspectiva, a questão da maternidade joga importante papel. A Caixa Nacional da Maternidade, destinada às mulheres operárias, criada em 1910 pelo Estado italiano, exemplifica uma conquista dessa estratégia. (BOTTAFUOCO, 1995).

preferenciais dos médicos, tornadas nocivas e incompetentes. Na difusão do controle médico sobre as crianças, os médicos vão, estrategicamente, escolher como aliadas as mães, o que representa uma divisão de autoridade entre os genitores, aumentando o poder das mulheres e reduzindo o dos homens, sobre os filhos.

A apropriação, prévia, no entanto, feita pelos homens, do conhecimento que as mulheres tinham de seus corpos não se fizera de maneira pacífica. Queimadas como bruxas pela igreja católica¹⁹, muitas delas eram parteiras, e curadoras. O conhecimento sistematizado passou, progressivamente, das mãos dos padres para as universidades e para as sociedades científicas, de onde as mulheres foram excluídas, assim como, conseqüentemente, da profissionalização desse saber que concentra, nas mãos dos homens, o poder que dele advém. Esse processo durou quase três séculos e teve enormes conseqüências, como enfatiza Londa Schiebinger:

Durante centenas de anos as parteiras dominaram a assistência à saúde da mulher. No século XVII e cada vez mais no século XVIII, homens parteiros começaram a usurpar este antigo privilégio e, no século XIX, obstetras treinados pelas universidades haviam controlado as partes mais científicas (e lucrativas) do parto. As conseqüências dessa usurpação, para a saúde das mulheres, excederam o âmbito da gestação e do parto. (SCHIEBINGER, 2001, p. 209-210).

As parteiras, mas não somente elas, conheciam, no século XVII, cerca de duzentos contraceptivos e abortivos, tanto os preparados a partir das plantas como os métodos mecânicos. No manejo da sua fertilidade, as mulheres passavam o conhecimento umas para as outras, através das gerações. A perda desse controle resultou em que, no século XIX, as mulheres européias viessem a ter mais filhos que suas avós e soubessem menos sobre seus corpos. (SCHIEBINGER, 2001). Na constituição da família moderna, portanto, o discurso médico representou não só a passagem do controle da reprodução para as mãos dos homens mas, também, o controle da sexualidade das mulheres.

É na família moderna, tornada “o lugar obrigatório de afetos, de sentimentos, de amor” (FOUCAULT, 1980, p. 103), que se tenta confinar a

¹⁹ Permito-me não usar as maiúsculas, numa contribuição modesta para a diminuição do poder simbólico dessa instituição.

sexualidade²⁰, fazendo, do casal fecundo, o modelo de normalidade. As demais expressões do desejo vão constituir a patologia, o execrável, a anomalia. É essa família,

[...] presa na cilada desse dispositivo de sexualidade que sobre ela investira de fora, que contribuíra para solidificá-la em sua forma moderna que lança aos médicos, aos pedagogos, aos psiquiatras, aos padres e também aos pastores, a todos os 'especialistas' possíveis, o longo lamento de seu sofrimento sexual. (FOUCAULT, 1980, p. 105).

Essa psicanalização/psiquiatrização das relações familiares cria, então, as figuras da mulher nervosa, da mulher frígida, da criança masturbadora, categorias com as quais a medicina passa a “chamar a si, e de acordo com as regras de um saber específico, uma sexualidade com a qual ela própria incitara as famílias a se preocuparem como tarefa especial e como grande perigo”, segundo Foucault (1980, p. 105) para quem, a psicanálise tem papel fundamental no processo de sexualização das regras regentes da família. Freud, não por outra razão, é um dos interlocutores privilegiados do discurso feminista nas suas críticas à construção social da maternidade.

A Psicanálise “define a mulher em relação ao homem, a partir do mesmo referencial e com as categorias analíticas elaboradas para explicar o desenvolvimento psicossocial masculino”, afirma Teresa De Lauretis, (1994, p. 230), deixando de abordar a complexidade das relações entre mulheres e Mulher, reforçando a equação Mulher = Mãe.

Foucault, ao estudar o conjunto de mecanismos disciplinadores que se constituíram “pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (1980, p. 132), produzindo corpos dóceis e aptos para o sistema produtivo, para os exércitos, e ajustando os fenômenos das populações à produção de bens, cunha o conceito de “biopolítica”. Esses agenciamentos, que atuam concretamente nos indivíduos, constituem, para ele, a principal tecnologia do poder no século XIX, dentre os quais o dispositivo de sexualidade será dos mais importantes.

²⁰ A sexualidade é definida por Foucault como “o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder” (1980, p. 100).

Nessa entrada da vida na história – isto é, a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder –, no campo das técnicas políticas, o filósofo destaca o ineditismo histórico do desenvolvimento de conhecimentos sobre os processos vitais. Estar vivo passa a fazer parte do campo de controle do saber e de intervenção do poder. Surge, assim, a necessidade de atuação da norma, mais que da lei, que vai fazê-la aceitável. Na articulação entre os dois eixos – os corpos disciplinados e as populações reguladas – está o sexo, via de acesso à vida individual e da espécie.

O corpo da mulher, saturado de sexualidade, tornado doente de uma patologia que lhe seria intrínseca, é integrado ao campo das práticas médicas, que lhe vai ditar, discursivamente, uma dupla imagem: a positiva, a da Mãe, organicamente vinculada ao corpo da sociedade (que vai regular a sua fecundidade) e ao espaço familiar, onde é a responsável pela manutenção física e moral das crianças; e a face negativa, que é a “mulher nervosa”. Ambas as faces são componentes do processo de histerização. Assim, as técnicas do biopoder produzem a segregação e a hierarquização social, garantindo as relações de dominação e os poderes hegemônicos. Tendo, como eixo de sua análise, a sexualidade, Foucault considera o controle da fecundidade e a histerização do corpo da mulher como dispositivos de conjuntos estratégicos que possuem, cada qual, relativa autonomia.

Um “dispositivo de feminização”, construindo uma nova hierarquização entre os sexos, começou, no século XII europeu, no discurso dos humanistas, segundo Lola Luna (2002), citando a socióloga Júlia Varela, e se efetivou pela implantação do matrimônio monogâmico (editado pelo Concílio de Trento, em 1563) e sua articulação com o estado moderno. Essa linha de argumentação, referente a outra época, mostra como mudam historicamente as construções sociais do gênero. O acionamento de um dispositivo, anterior ao da “maternidade” e à invenção da infância, definia, conjuntamente, papéis diferentes, segundo os gêneros e segundo os lugares, na hierarquia de grupos na sociedade:

Para Varela, houve uma estratégia educacional com ‘tecnologias brandas’ para as mulheres da nobreza e burguesas, que eram afastadas da política mas aproximadas da nova cultura. Estas mulheres escreviam poesia, cartas, enquanto que os homens escreviam teatro e obras épicas, acentuando-se assim as diferenças sexuais. O contraponto da perfeita casada são as mulheres ‘más’, representadas pelas prostitutas e as bruxas; todas elas mulheres

populares que resistiam à igreja e ao matrimônio monogâmico. A elas se aplicaram ‘tecnologias duras de controle’ por parte de frades dominicanos e franciscanos como a Inquisição ou as casas de prostituição, encaminhadas estas práticas à ‘destruição de saberes’ que as mulheres possuíam. Em termos da teoria feminista neste processo se percebe de forma evidente uma inter-relação dos dispositivos de gênero com a classe social. (LUNA, 2002, p. 13, tradução nossa).

Chiara Saraceno corrobora essa visão de que a construção da diferença do feminino passa, sobretudo, pela instituição do casamento:

O fato de pertencer à comunidade/unidade familiar pelo casamento e a responsabilidade de gerar filhos para a família (para o marido) constituem, para os ‘pais’ da cidadania a ‘causa’ da incapacidade das mulheres de serem cidadãs, tornando-as ao mesmo tempo dependentes do marido. (1995, p. 208).

A força da maternidade, que as mulheres poderiam fazer valer como fonte de poder, no espaço público, enquanto cidadãs e sujeitos de direitos, é solapada pela via da submissão ao marido:

[...] é o estatuto social de esposa, mais que o de mãe, que constitui/constrói a diferença feminina como fraqueza e dependência; ele submete e inverte em fraqueza e incapacidade a própria força da autêntica diferença que as mulheres poderiam fazer valer [...] nos confrontos com os homens: a capacidade de gerar e de manter um filho no mundo. (SARACENO, 1995, p 209).

A invenção da fraqueza²¹ e da dependência das mulheres em relação aos homens oculta, ao mesmo tempo, o poder das mulheres e a dependência que têm os homens em relação a elas, para obterem crianças. A noção de cidadania foi, política e simbolicamente, construída associada à da fraqueza e, portanto, da inferioridade da mulher. A exclusão da mulher surge na origem dessa noção.

²¹ A atribuição de fraqueza/inferioridade física ou “mental” está no centro não só da construção do gênero como também, do conceito de raça. Fraqueza/inferioridade é uma noção crucial para justificar a discriminação e a exclusão, em sociedades de classes cujos discursos liberais afirmam a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos. (STOLCKE, 1991).

A formulação da construção do “feminino” independente do sexo revela-se útil para a análise de sua utilização do discurso racista, quando projeta características “femininas” na biotipologia das pessoas negras, homens e mulheres (SCHIEBINGER, 2001), e das crianças.

Entretanto, a idéia de igualdade, que fazia parte importante do discurso revolucionário burguês, não podia conviver com essa exclusão tão flagrante. A posição da família interposta entre indivíduo e sociedade não cabia na linguagem política e jurídica dos direitos e deveres dos cidadãos, concebidos como indivíduos privados de vínculos (como no caso da Declaração Francesa de 1789) ou com vínculos de responsabilidade apenas para com a comunidade (como na Declaração Americana). O problema foi, então “resolvido” pela naturalização da família, base “natural” de uma existência masculina civil, que oculta a exclusão dos direitos civis e políticos das mulheres e das crianças²². (SARACENO, 1995).

A atribuição de fraqueza/inferioridade física ou “mental” está no centro não só da construção do gênero como também, do conceito de raça. Fraqueza/inferioridade é uma noção crucial para justificar a discriminação e a exclusão, em sociedades de classes cujos discursos liberais afirmam a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos. (STOLCKE, 1991).

A formulação da construção do “feminino” independente do sexo revela-se útil para a análise de sua utilização do discurso racista, quando projeta características “femininas” na biotipologia das pessoas negras, homens e mulheres (SCHIEBINGER, 2001) e das crianças.

2.2 OS ASPECTOS SIMBÓLICOS DA CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE

Como propõe Scott (1991), é preciso ressaltar a importância dos aspectos simbólicos com que é revestida, na construção das relações sociais de gênero, a maternidade. Na tradição ocidental, tem papel fundamental, ainda na modernidade, o discurso da igreja católica que, embora tendo perdido o poder, no domínio jurídico-formal, do controle das condutas, para os poderes laicos, nem por isso deixou de ter forte influência – e de lutar por ela, até os dias de hoje – nas consciências, através da manipulação das formas simbólicas, uma esfera que é, como a psicanálise demonstrou, parte constitutiva da subjetividade humana.

A igreja usou a associação idealizadora da mãe com Maria para fundir a figura da mulher com a da mãe. Essa idealização é descrita por Elisabeth Badinter:

²² A igualdade civil das mulheres e das crianças só foi regulamentada no Código Civil brasileiro em 2002.

A maternidade se torna um papel gratificante porque é então carregado de ideal. A maneira como se fala dessa 'nobre função', com um vocabulário emprestado à religião (evoca-se com frequência a 'vocação' ou o 'sacrifício' materno) indica que um novo aspecto místico é ligado ao papel materno. A mãe é agora comparada, de bom grado, a uma santa e torna-se habitual pensar que não há boa mãe sem a 'santa mulher'. A padroeira natural dessa nova mãe é a Virgem Maria, cuja vida inteira é testemunho de seu devotamento à criança. (1980, p. 219, tradução nossa).

Não terá sido por acaso que, no século XIX, a imagem da mãe como santa tenha passado a ser exaltada, com a criação da festa da Assunção. Uma resposta a essa suspeita é dada pela fala radical da teóloga feminista Mary Daly:

É Crono logicamente significativa que, embora a crença na 'Imaculada Conceção' de Maria tenha sido parte do pietismo, por séculos, não se tornou, oficialmente, um dogma da fé católica senão em 1854. Pois isso coincide com o período em que a assim chamada 'Primeira Onda' do feminismo estava começando a atingir a crista. O ano de 1848 marcou a primeira convenção pelos Direitos das Mulheres, nos Estados Unidos, em Seneca Falls, New York. De 1848 em diante, as feministas americanas expressaram crescentemente suas queixas.²³

Além disso, o instinto assassino dos machos patriarcais respondeu imediatamente. Os padres impotentes da profissão médica direcionaram suas armas diretamente para a área genital feminina, criando o campo ginocida [sic] da ginecologia.

A subida do feminismo e da reação (*backlash*) anti-feminismo estavam ocorrendo, na Europa, mais ou menos simultaneamente. Em toda a Europa, ministros e jornalistas, assim como políticos, denunciaram a independência feminina. Na Inglaterra, escritores famosos, nos fins dos anos 1840, protestaram contra o exercício do intelecto por mulheres – por exemplo, Benjamin Disraeli, em *Sybil* (1845) e William Thackeray, em *Pendennis* (1848-1850). É nesse contexto que os Crono-logistas deveriam analisar a proclamação, em 1854, do dogma da Imaculada Conceção, pelo papa Pio IX, na bula *Ineffabilis Deus*. (1984, p. 102-103, tradução nossa)²⁴.

Essa teóloga argumenta que o dogma da concepção imaculada de Maria (que é outra coisa que a maternidade virgem) estabelece que a concepção de Maria, desde o ventre de Ana, sua mãe, foi preservada do pecado original, pela graça do filho que ela terá. Esse dogma subverte, segundo a interpretação de Daly, a

²³ Susan Anthony, Matilda Joslyn Gage, Angelina e Sara Grimké, Elizabeth Smith, Elizabeth Candy Stanton, Sojourner Truth e Emma Willard são as feministas que Daly relembra nesse texto.

²⁴ É importante lembrar que a igreja católica só reconheceu oficialmente como dogma a entrada do *corpo* de Maria no céu, em 1950, com o papa Pio XII. Na tradução das citações de Daly, conservei a maneira de re-grafar característica da autora.

linhagem dos mitos de deusas virgens, duplamente: primeiro, uma deusa só gera partogeneticamente uma filha, e não um filho; segundo, desvincula a imagem de Maria como mulher e como mãe, negando-lhe um *self* desde o momento de sua concepção, uma vez que é através do filho que ela é merecedora da graça. (DALY, 1984).

A origem divina do filho é usada, até hoje, para anular a “mulher” na “mãe” e fazer valer o direito do feto sobre o da mulher, como recentemente reafirmou o teólogo Geraldo Hackmann, no jornal *Folha de S. Paulo*, em 2007:

É a mãe que irá proteger o dom de Deus gerado nela. Por isso ela, no momento da concepção, perde o direito de dispor sobre a nova vida, pois o direito da vida recém-gerada compete a quem foi gerado, e não a quem gerou. O livre-arbítrio da mãe não se estende a decidir se a vida gerada nela, mesmo que alguns não a queiram reconhecer como pessoa humana, irá viver ou não. (HACKMANN, 2007, p. 3).

Através da autolegitimação, como porta vozes, na terra, da palavra divina, os religiosos outorgam-se, pela defesa do “direito” do feto, o direito de ditar o direito, ou seja, a norma jurídica civil (e republicana).

2.3 AS FEMINISTAS E A MATERNIDADE

Mesmo nas sociedades industrializadas contemporâneas, ensina Verena Stolcke, nas quais, ao mérito pessoal, é dada grande importância quanto a atingir posições bem-sucedidas, a maternidade continua a funcionar como o pretexto para o rebaixamento do *status* das mulheres:

[...] as mulheres são agora vistas como inferiores e dependentes dos homens em si mesmas porque, em face de sua função ‘natural’ como mães, não podem competir com eles em termos iguais. A discriminação no mercado de trabalho, os salários diferenciados, a exclusão da política são apenas alguns resultados disso. (1991, p. 114).

A questão do emprego do tempo no trabalho doméstico, historicamente, um prolongamento naturalizado das funções maternas, ainda joga um papel crucial nas oportunidades de acesso ao mercado de trabalho diferenciado e, mesmo dentro deste, ao crescimento profissional e a melhores remunerações. (STOLCKE, 1991).

No entanto, em diferentes momentos históricos, as mulheres têm utilizado a maternidade como via de acesso ao espaço público, à participação na política (FRASER, 1993), contribuindo, segundo algumas autoras, para o desenvolvimento do *Welfare State* (GALEOTTI, 1995). Em virtude disso, vários são os posicionamentos, entre as feministas, em relação à maternidade. A cientista política Mary Dietz assim se refere a essas tensões:

Nos últimos vinte anos, talvez nenhum outro delineamento teórico criou tanta controvérsia dentro do movimento feminista como o papel da mulher na família. Feministas do primeiro momento, tão diferentes como Kate Millet, Betty Friedan, Juliet Mitchell e Shulamith Firestone, compartilharam uma tarefa comum: dessantificar a família e desmistificar a maternidade. (2001, p. 48)²⁵.

A crítica radical do feminismo da Segunda Onda, lembra ela, considerou a família patriarcal, juntamente com o Estado burocrático e o capitalismo, como o “triângulo de ferro” da opressão das mulheres.

Posteriormente, outras pensadoras, como Sara Ruddick e Jean Bethke Elshtain, citadas por Dietz (2001), basearam-se nas pesquisas de Carol Gilligan (1982) sobre as diferentes éticas e valores das bases morais de meninas e meninos e na teoria psicanalítica do vínculo mãe/filha(o), elaborada por Nancy Chodorow ([1978] 2002) para desenvolver a argumentação do “pensamento maternal” que valoriza a maternidade como dimensão importante da experiência das mulheres e como portadora de valores que se poderiam contrapor ao individualismo patriarcal.

Esse pensamento, sem se identificar com as correntes políticas conservadoras, critica a matrifobia do movimento feminista e quer estabelecer a primazia moral da família e da esfera privada. As “virtudes privadas” e o “imperativo humanizador” seriam os valores que resultariam da prática social da maternidade e poderiam estimular uma política baseada na compaixão, orientando uma organização política mais ética.

Dietz (2001) argumenta que o modelo da maternidade não é exatamente um modelo de democracia, uma vez que a relação com as crianças é uma relação de poder desigual; as virtudes maternas carecem de articulação com valores

²⁵ Antes delas, Margaret Mead, estudando povos de Papua Nova Guiné, discutiu a construção social de “temperamentos” ou comportamentos femininos e masculinos, dissociando-os do determinismo biológico. Para uma comparação entre o pensamento da antropóloga americana e o de Simone de Beauvoir, ver Cecília Sardenberg (2000).

democráticos, como a cidadania ativa, o autogoverno, o igualitarismo e o exercício da liberdade, o que faz da maternidade uma prática social única e que não se pode comparar com qualquer outra.

Outras feministas, reagindo à chegada das técnicas reprodutivas no nível da concepção e a sua associação à engenharia genética, assim se expressaram:

As mulheres, as feministas, denunciaram a maternidade-escrava, a maternidade-destino, mas elas tiveram que ocultar a parte de gozo e poder, o co-nas(nhe)cimento²⁶ que pode comportar esta experiência específica – esta diferença – que constitui para as mulheres o fato biológico e social de poderem estar grávidas, gestar, parir. (DE VILAINE; GAVARINI; LE COADIC, 1986, p. 9, tradução nossa).

A pergunta que se coloca, segundo essas autoras é: as mulheres, ao se recusarem a ser definidas pela maternidade, querem ser definidas sem ela? A resposta a ela seria analisar a maternidade sob os pontos de vista pessoal, íntimo, ao mesmo tempo que sociocultural e simbólico, e para isso, é necessário “sacudir a poeira” do discurso masculino, toda a série de teorias, leis, que, segundo elas, encobrem a recusa dos homens de aceitar sua condição biológica, sua impossibilidade de engravidar e a repugnância em admitir que só se tem certeza da mãe.²⁷

Julia Kristeva, em entrevista a A-M. de Vilaine, argumenta:

De fato, o feminismo visível, oficial, propagou uma concepção existencialista da feminilidade que consiste em dissociar a mulher realizada, a mulher profissional, intelectual, ativa, da mulher-mãe, a mulher-esposa, a mulher no lar. Considera-se este último aspecto – e por razões aliás perfeitamente válidas num certo quadro social e numa certa ótica como a essência mesma da mulher escrava. (DE VILAINE; GAVARINI; LE COADIC, 1986, p. 49, tradução nossa).

Kristeva chama a atenção para o esquematismo dessa visão e propõe um outro caminho:

²⁶ Tentei manter o jogo de palavras, no original em francês *co-naissance* que alude ao nascimento e ao conhecimento (*connaissance*).

²⁷ Com o avanço das tecnologias reprodutivas conceptivas a certeza da mãe foi desestabilizada pela fragmentação da ovulação/gestação.

Primeiro, para reabilitar uma parte enorme da civilização que as mulheres realizaram em todos os tempos nessa margem da cultura que é a maternidade, a casa, o fato de ser esposa. Esta 'margem' é o verdadeiro suporte, sem o qual o edifício social e cultural não poderia existir [...]. E depois, por outro lado, pode-se tentar integrar essas experiências na representação social, nos fatos culturais, não fechar a maternidade, a casa, o fato de ser esposa, no inominável e na afasia, mas tentar ligar a palavra feminina, a expressão cultural das mulheres àquelas experiências. (DE VILAINE; GAVARINI; LE COADIC, 1986, p. 49, tradução nossa).

Chantal Mouffe (1993), crítica do pensamento maternal, trouxe, mais recentemente, considerações que apontam para a possível resolução desses impasses, o da dualidade natureza/cultura e do político/privado, que estão no cerne da discussão do papel da maternidade constitutiva da diferença/igualdade entre mulheres e homens como sujeitos de direitos²⁸, ao considerar ultrapassado o que chama de falso dilema entre as posições políticas favoráveis à necessidade de afirmar as diferenças entre mulheres e homens e aquelas contrárias a isso. Baseia-se nas críticas, vindas de diferentes correntes filosóficas, desenvolvidas no século XX, à idéia de uma natureza humana universal e de uma essência que subjaz, depois de retirados os contingenciamentos históricos, sociais e culturais. Essas críticas desconstruíram as identidades essenciais: logo, não se pode considerar "mulheres" e "homens" sujeitos homogêneos e transparentes que se apresentem como tais na cena política.

Mouffe adota, ainda, a formulação foucaultiana de "posições do sujeito" na perspectiva de teorizar a multiplicidade das relações de subordinação. Não acredita que identificar mulheres como mães vá desconstruir a oposição entre mulheres e homens; propõe um modelo de cidadania em que a diferença sexual não seja relevante, uma democracia radical e plural onde se articulem, dinamicamente discursos específicos, em "pontos nodais" em fixações parciais, respeitando princípios de liberdade individual e de lealdades específicas; e apresenta uma outra concepção do que é público e do que é privado, afirmando que

²⁸ A integração das diferenças no espaço político definido pelo liberalismo enfrenta o "dilema Woolstonecraft": exigir igualdade é exigir justamente a integração do que o sistema patriarcal exclui, segundo diz Mouffe (1993, p. 37), citando, como a ele se referiu, Carole Pateman.

[...] cada situação é um encontro entre o 'privado' e o 'público', pois cada empresa é privada embora nunca seja imune às condições públicas prescritas pelos princípios da cidadania. Os desejos, decisões e opções são privados porque são responsabilidade de cada indivíduo, mas as realizações de tais desejos, decisões e opções são públicas, porque têm que se restringir a condições especificadas por uma compreensão específica dos princípios éticos e políticos do regime que proporciona a 'gramática' da conduta dos cidadãos. (MOUFFE, 1993, p. 42).

O objetivo do apagamento das diferenças corporais entre mulheres e homens, na construção da democracia plena, e a conseqüente recusa dos essencialismos, não é outro senão o mesmo das feministas que protestaram contra a naturalização das desigualdades, e contra a divisão artificial das esferas pública e privada. No entanto, a dissolução das identidades essenciais não parece ser um desenvolvimento progressivo e sem volta. Ao contrário, a intensificação da interferência tecnológica nos corpos e na procriação vem abrindo caminho, na contramão dessa perspectiva.

2.4 A FAMÍLIA PÓS-MODERNA, O PODER TECNO-BIO-MÉDICO E AS RECONSTRUÇÕES DE GÊNERO

O desenvolvimento detalhado desse item implicaria em outra dissertação, ou mais. Embora de maneira breve, alguns pontos devem ser abordados, mesmo correndo o risco de simplificação.

Foi discutido, anteriormente, nesse capítulo, como se deu a apropriação social do corpo feminino na formação da sociedade burguesa ocidental; como o papel protagônico do discurso médico (sem esquecer o poder de significação simbólica retido pelo religioso), a partir do século XVIII, foi fundamental para centralizar, na maternidade, a construção de gênero, transformando a função biológica "mãe", em categoria identitária fundida com "mulher"; e como, usando o caminho aberto pela construção prévia do dispositivo da "feminilidade", procedeu ao deslizamento da associação do corpo feminino à fraqueza para associá-lo a um corpo patológico, tornando, inclusive, os fenômenos fisiológicos em objetos passíveis de intervenção médica. Essa apropriação envolvendo a sexualidade e o corpo como reprodutor da força de trabalho possibilitou a constelação do que Foucault (1980) chamou de "biopoder".

Os discursos médico e religioso, diz Foucault, ao penetrarem na vida familiar, ditam comportamentos de maneira normativa, com o mesmo caráter pastoral. A cristalização dos papéis de gênero, por sua vez, se dá, a nível de Estado, no interior do arcabouço jurídico, instância à qual o acesso das mulheres, até hoje, é fortemente barrado, especialmente nos postos de maior capacidade decisória. (MOTTA, 2004).²⁹

A função produtiva de vida pelo biopoder, ressaltada por Foucault (1980), atinge, atualmente, a sua mais concreta expressão com o desenvolvimento das técnicas reprodutivas conceptivas (TRCs). Essas técnicas têm não poucas nem insignificantes conseqüências, pois desestabilizam as configurações de parentesco, possibilitando uma circulação de espermatozoides e óvulos fora da relação sexual de um casal, o que desafia, inclusive, as normas da heteronormatividade³⁰, e, do outro lado da contracepção (que separou a sexualidade da reprodução), dissociam a reprodução da sexualidade³¹, possibilitam a escolha de sexo dos embriões e a detecção e eliminação daqueles considerados não aptos, rompem continuidades temporais de gemelaridade – embriões formados no mesmo tempo, podem ser congelados e resultar em nascidos com anos de diferença; e, ainda, pela multiplicação de “irmãos” que nascem do mesmo doador dos bancos de esperma colocam a questão de incesto eventual, devido ao anonimato, cláusula necessária para não vincular ao doador uma “filiação” com direito de herança.

Essas situações não são possibilidades imaginadas, são os novos “fatos da vida” criados em laboratório. Além do impacto nos arranjos do parentesco, as TRCs reconfiguram a construção da “mãe” desfazendo e refazendo, num outro paradigma, a imagem da mulher/mãe construída por esse mesmo discurso médico. Com o desenvolvimento das pesquisas sobre hormônios, o papel do útero perdeu a proeminência no discurso médico sobre a maternidade, fenômeno que se reforça com o aprofundar do conhecimento sobre os cromossomos. O paradigma hormonal/genético deslocou do útero para os ovários a definição de “mãe”. A mulher como “meio ambiente” do embrião passou a figurar nos relatos dos especialistas. (COREA, 1985).

²⁹ A presença, muitas vezes simbólica, de mulheres nessas instâncias não significa no entanto, que tenham perspectivas de sujeitos políticos, feministas.

³⁰ Duas mulheres podem ter uma criança pela fecundação do óvulo de uma gestada no útero da outra.

³¹ Em vista da disputa histórica pela hegemonia entre os discursos médico e religioso, não deixa de ser irônico que a aplicação tecnológica do conhecimento científico acabe realizando o mito católico da “concepção sem pecado”.

Esse deslocamento tem sido reafirmado pelas decisões jurídicas quando das disputas de “mães portadoras” que, arrependidas, reivindicam o direito à criança gestada. A gestação sub-rogada abre o caminho para a exploração comercial das mulheres e revive, para a “mãe portadora”, o conceito que havia, na Antiguidade, (antes que se conhecesse os órgãos internos com detalhe e a sua função), da mulher como um mero vaso recipiente.

Esse uso de mulheres envolve uma questão de classe, como no caso das nutrizes e das escravas que aleitavam as crianças das classes abastadas. No começo da prática, ainda se usava a expressão maternidade sub-rogada (*surrogate motherhood*) que já foi abandonada pelas empresas que se encarregam de fazer a intermediação entre os demandantes e as mulheres “compassivas”. A palavra “maternidade” foi substituída por “alternativa” sub-rogada.³² No Brasil, graças à novela que tratou do assunto, a situação se popularizou com o nome de “barriga de aluguel”, uma denominação menos eufemística, bem ao estilo da ética nacional. A mulher reduzida à “barriga” resume a construção social da fêmea reprodutora.

Com a separação entre óvulos/embrião/gestação, a configuração da linhagem vertical é igualmente desestabilizada: uma mulher pode gestar o embrião de sua filha (e genro). Estamos, portanto, em plena desconstrução e reconstrução do conceito de mãe, assistindo aos discursos masculinos se refazerem em arranjos jurídicos que tudo fazem para manter as velhas configurações familiares nos devidos lugares da ordem patriarcal.

O recente episódio do julgamento, neste país, da constitucionalidade da utilização de embriões “excedentes” (aqueles estocados nos bancos de embriões em clínicas privadas e públicas) para fins de pesquisa, ilustra os mecanismos pelos quais passa a apropriação da capacidade procriativa das mulheres. Neste episódio, disputam o poder sobre os embriões, o discurso médico-científico e o discurso religioso. A decisão final é prerrogativa do poder judiciário.

Importa, para a presente discussão, o desdobramento do uso produtivo, que transforma embriões em matéria-prima patenteável para o desenvolvimento de células-tronco a serem usadas em terapias regenerativas e que, sobretudo pela exclusão e pelo ocultamento, mais uma vez fazem desaparecer, do espaço de disputa dos regimes de verdade, as falas das mulheres. O poder sobre os gametas,

³² Ver em: <<http://www.surrogatealternatives.com>>. Acesso em: 1 mar. 2008.

estocados em bancos³³ foge do controle dos seus “fornecedores”. Embriões podem ser descartados a critério da avaliação biomédica, embora o aborto continue ilegal para as mulheres. A fiscalização dos atos bio-médicos envolvidos nos múltiplos processos dessas tecnologias é, concretamente, inviável e os limites das manipulações são dados por um sistema legal frouxo. A conduta dos profissionais, regulada por princípios éticos de contornos fluidos, é, no mais das vezes, arbitrária e individual³⁴ e, no caso das associações profissionais, de forte caráter corporativo. Existe, claramente, uma autonomização do poder tecno-bio/médico, articulado com o complexo industrial-farmacêutico³⁵.

O “biopoder” estende seu controle sobre o número e as características da população e transforma as mulheres³⁶ em fornecedoras de matéria prima. O discurso reducionista biológico ocupa, com vigor e espetacularmente, os espaços de formação e legitimação do sentido das relações de gênero, recuperando a imagem da mulher sacrificial que a tudo se submete para cumprir o seu mais elevado desígnio: o de ser “mãe”.

Na dança das des-vinculações entre gênero, sexo e desejo, por sua vez, a tecnologia bio-médica é invocada para reiterar a marca biológica da designação de gênero com o seu arsenal de cirurgias e hormônios.

A maneira de configurar o parentesco é um fenômeno de caráter eminentemente social. Os novos arranjos que as TRCs possam suscitar são apenas exemplos da historicidade da instituição “família”. O que as TRCs trazem de inédito, no entanto, é a quebra da barreira entre espécies, pela manipulação genética.

Em 1967, o poeta Carlos Drummond de Andrade publicou um poema que era uma reflexão sobre o “novo homem”, feito em laboratório.

Não chame de filho este ser diverso
que pisa o ladrilho de outro universo. (ANDRADE, 1967).

³³ A palavra banco é suficientemente denotativa do caráter mercantil da operação.

³⁴ Muitas das clínicas de reprodução “assistida” têm, em sites, depoimentos dos médicos sobre seus critérios a respeito de quem pode ter acesso às técnicas. Rico material de análise de discurso pode ser obtido em: <http://www.abdelmassih.com.br/im_press_entrevista_roger01.php>. Acesso em: 9 mar. 2008.

³⁵ É de se notar que a normatização sobre as técnicas e a manipulação dos embriões se deu na esfera do poder médico bem antes de se começar a elaboração das normas jurídicas.

³⁶ E os homens, embora não se possa comparar o que significa, em riscos e manipulação tecnológica, a coleta dos óvulos com a obtenção de espermatozoides.

A primeira criança a nascer através da fertilização *in vitro* foi uma menina, Louise Brown, em 25 de julho de 1978. Seu álbum de fotografias inclui jornais do mundo inteiro, noticiando seu espetacular nascimento. A imprensa brasileira referiu-se, seguidas vezes, ao médico e ao biólogo responsáveis pelo evento como “os pais” do bebê de proveta. (REIS, 1987). No site da Clínica e Centro de Pesquisa em Reprodução Humana Roger Abdelmassih, na seção *press releases* há um texto intitulado: “O homem dos 5000 bebês”.

Os médicos da metade do século XX, que ainda se chamavam parteiros, diziam às mulheres: eu vou *assistir*³⁷ ao seu parto. E sentavam-se em banquinhos, quase de cócoras e passavam a ditar-lhes o ritmo da respiração (“de cachorrinho”). As mulheres, deitadas em mesas de parto altas, com as pernas afastadas e para cima em *posição ginecológica* faziam força para baixo. Nas décadas seguintes, com o recurso crescente à operação cesariana começaram a dizer, rotineiramente, eu vou *fazer* o seu parto: o trabalho de parto é totalmente feito por ele, em rápidos quarenta minutos.

Depois de 25 de julho de 1978, já podiam dizer: eu vou *fazer* a sua criança. O especialista em reprodução *assistida*, injeta na *paciente* um antagonista, para interromper todo o complexo circuito dos hormônios sexuais, do hipotálamo, no cérebro, aos ovários, provocando, num ciclo totalmente monitorado de fora, uma hiperovulação. Através de minucioso seguimento laboratorial e de repetidos exames por imagem, detecta o momento breve em que os folículos já estão maduros e prestes a se lançarem para fora dos ovários. Por meio de uma pequena cirurgia, extrai até dezenas de óvulos e entrega-os para o biólogo. Na sua bancada, o biólogo avalia a “qualidade” dos óvulos e dos espermatozóides, estes, obtidos por masturbação, e procede à junção desses gametas. Os embriões, muitos a mais que a criança desejada, são congelados e/ou “transferidos” para o útero.

Os embriões, transferidos por meio de instrumentos, podem ou não implantar-se no útero. Com sucesso, não raros gêmeos, trigêmeos, quadrigêmeos e até um caso fartamente noticiado de héctuplos³⁸ podem nascer, prematuros, por meio de operações cesarianas, necessariamente. Depois de meses em incubadoras com dificuldades respiratórias, entubados com sondas no nariz, mantidos assépticos por infusões nas veias, os bebês estão prontos para repartir o colo materno e os

³⁷ Em destaque, palavras que integram a terminologia usada pelos “especialistas”.

³⁸ Disponível em: <http://findarticles.com/p/articles/mi_m1590/is_n10_v54/ai_20385594>. Acesso em: 20 ago. 2007.

braços paternos. Se forem suficientemente numerosos, terão “seus quinze minutos de fama” involuntária, na mídia internacional e na *web*.

É com essa saturação tecnológica que se vai des-re-construindo as articulações entre o corpo, a (des) sexualidade, os papéis sociais e as funções corporais de mulheres e homens em relação à (re)produção da e(s)(x)pécie, cada vez mais perto do desaparecimento do biológico, como conhecemos.

A visão do quadro dos desenvolvimentos dessa complexa trama social que envolve a *questão da maternidade*, não é, evidentemente, a mesma de Simone de Beauvoir, em fins de 1940, e Shulamith Firestone e Nancy Chodorow nos anos 1970. No capítulo seguinte, analisarei, situando nas suas circunstâncias históricas, o discurso com que Simone de Beauvoir descreve e critica os discursos masculinos sobre a maternidade, e como constrói o seu contradiscurso através das falas das mulheres, enquanto experiências vividas.

CAPÍTULO 3

SIMONE DE BEAUVOIR: UM CAPÍTULO À PARTE

3.1 INTRODUÇÃO

Simone Lucie Ernestine Marie Bertrand de Beauvoir ofereceu uma enorme contribuição para a cultura, pela sua obra teórica e literária, pela sua participação política nos acontecimentos sociais de seu tempo, assim como pela marcante autoria de sua existência. Nela não há separação entre a vida e a filosofia, entre o pessoal e o teórico, entre pensamentos e emoções. (MOI, 2005).

Com a publicação de *O Segundo Sexo*, em 1949, alinhando-se com os princípios filosóficos do existencialismo de seu companheiro, o filósofo Jean-Paul Sartre, e com elementos da fenomenologia de seu amigo e colega de faculdade, Maurice Merleau-Ponty, ela se afirma na cena intelectual e política como sujeito autônomo, rompendo com a imagem de “*Notre Dame de Sartre*”, como era chamada pela imprensa da época. (CHAPERON, 1999).

Em *O Segundo Sexo*, ela é mais que a filósofa e a literata: trata da “questão das mulheres” a partir de um lugar de mulher quebrando tabus, tanto dos cânones teóricos como dos sociais. Uma mulher, ao falar das relações de poder entre os sexos, como ela o fez, rompia um interdito. Fazê-lo como filósofa, tocava o impensável. Esse talvez tenha sido o escândalo maior.

Quase sessenta anos depois, lido com os olhos feministas de hoje, o extenso ensaio continua anunciando visões e fornecendo instrumentos de análise ainda não plenamente compreendidos e nomeados, assim como enunciados ambíguos, contraditórios e instáveis, inserido que estava na era das incertezas e das verdades imprecisas e em terreno a ser re-conhecido.

Pretendo, aqui, ler a crítica que faz Beauvoir dos discursos que constroem a condição da mulher e, mais detalhadamente, dos discursos sobre a maternidade, assim como a visão que ela desenvolve no amplo universo de significações que percorre. Sua teoria crítica, como poucas teorias o fizeram, influenciou um movimento social que ainda hoje permanece vivo.

Quando escreveu *O Segundo Sexo*, Beauvoir não se considerava feminista. Refere-se, logo na primeira página do livro, à “querela do feminismo” como uma questão “mais ou menos encerrada”. Sua intenção, no início, era falar de si mesma, refletir sobre o significado de ser mulher, mas para isso percebeu que “precisava descrever a condição da mulher” na sociedade, segundo revela em *A Força das Coisas*. (BEAUVOIR, 1963, p. 168).

Rejeitando a existência de uma essência feminina, propunha-se a indagar onde a “feminilidade” é construída: nos mitos que dela forjam os homens, através das cosmologias, das religiões, das superstições, das ideologias, das literaturas. Ainda em *A Força das Coisas*, ela reafirmou, a respeito de *O Segundo Sexo*:

Nunca alimentei a ilusão de transformar a condição feminina; ela depende do futuro do trabalho no mundo e não mudará seriamente senão à custa de uma subversão da produção. Foi por isso que evitei encerrar-me naquilo que se chama de ‘feminismo’. Ajudei minhas contemporâneas a tomar consciência delas mesmas e de sua situação. (BEAUVOIR, 1963, p. 174).

Essa declaração, calcada numa perspectiva do determinismo econômico do marxismo, não coincide, no entanto, com a perspectiva maior que ela possuía de transformação social. No capítulo final de *O Segundo Sexo* indagara, de maneira mais ampla: “Mas bastará mudar as leis, as instituições, os costumes, todo o contexto social para que mulheres e homens se tornem realmente semelhantes?” (BEAUVOIR, 2000, v. 2, p. 494)³⁹. Constatara aí que em nenhum país, nem mesmo na União Soviética onde a igualdade tinha sido prometida, isso acontecera. Para ela, uma nova sociedade seria conseqüência de mudanças não só econômicas, mas culturais, morais e sociais, o que só poderia ser conseguido graças a uma evolução coletiva. A evolução individual depende desse cenário coletivo, pois “uma sociedade

³⁹ Devido à repetição que se fará necessária, nas citações, passo a referir *O Segundo Sexo* como SS-1, quando se tratar do primeiro volume e SS-2, quando do segundo, seguido do número da(s) página(s).

em que a igualdade dos sexos seja concretamente realizada, essa sociedade afirmar-se-á como nova em cada indivíduo” (SS-2, p. 494).

Em 1972, em uma entrevista à feminista alemã Alice Schwarzer, Simone de Beauvoir “proclama alto e bom som: sou feminista” (SCHWARZER, 1985, p. 15). O que tornou possível essa mudança de posicionamento?

Em *Tout Compte Fait*, publicado em 1972, traduzido no Brasil como *Balanço Final*, conta que seu engajamento com o movimento feminista começou com o convite para participar da campanha pelo aborto livre. Foi uma das 343 mulheres conhecidas que declararam que tinham abortado, pressionando a Assembléia Nacional da França, que discutia um projeto considerado limitado. Na época, apenas 7% das francesas em idade reprodutiva usavam métodos contraceptivos. Em 1949, Beauvoir havia feito a denúncia das mortes e do sofrimento por causa da ilegalidade do aborto e da proibição da contracepção. A situação permanecia a mesma, porém, muitas outras vozes se faziam ouvir.

A filósofa leu a literatura feminista dos Estados Unidos, correspondeu-se com militantes. “Fiquei feliz ao saber que o novo feminismo americano vincula-se a *Le Deuxième Sexe*” (BEAUVOIR, [1972] 1982, p. 493). A idéia de que a feminilidade é socialmente construída estava consolidada. A tese central de *O Segundo Sexo* mantinha-se. A sua convicção, no entanto, de que a condição feminina evoluiria com a sociedade e, portanto, não seria necessária uma luta específica revelara-se um pressuposto insuficiente. Não se pode fazer melhor do que a análise que ela própria faz da evolução do seu engajamento, valendo a longa citação:

Le deuxième sexe pode ser útil a militantes: mas não é um livro militante. Acreditava que a condição feminina evoluiria junto com a sociedade. Escrevi: ‘Em linhas gerais, ganhamos a partida. Muitos problemas nos parecem mais essenciais do que os que nos concernem singularmente’. E em *La force des choses*, disse, referindo-me à condição feminina: ‘Ela depende do futuro do trabalho no mundo, só mudará seriamente ao preço de uma reviravolta da produção. Foi por isso que evitei fechar-me no feminismo’. Um pouco mais tarde, numa entrevista com Jeanson, declarei que era voltando, o mais radicalmente possível, meu pensamento para o feminismo que o interpretavam mais exatamente. Mas continuava no plano teórico: negava radicalmente a existência de uma natureza feminina. Agora, entendo por feminismo o fato de lutar por reivindicações propriamente femininas, paralelamente à luta de classes, e me declaro feminista. Não, não ganhamos a partida: na verdade, desde 1950 não ganhamos nada. A revolução social não será suficiente para resolver nossos problemas. Esses problemas dizem respeito a um pouco mais da metade da humanidade: considero-os, atualmente, essenciais. E espanta-me que a exploração da mulher seja aceita com tanta facilidade. (BEAUVOIR, [1972] 1982, p. 493-494).

Nesse “acerto de contas”, a filósofa historia o movimento da Segunda Onda nos Estados Unidos, referindo-se às organizações de mulheres que se formaram, de cunho liberal e reformista, achando-as ultrapassadas “por movimentos mais radicais formados por mulheres mais jovens” (p. 492) que se multiplicaram com rapidez. É, certamente, a esse fenômeno que se refere quando diz que a interpretação mais exata de seu pensamento se deu quando essas feministas jovens se apropriaram dele e o tornaram definitivamente *feminista*.

Arrisco-me a acrescentar, à análise de Beauvoir, que essa apropriação radical foi feita através dos grupos de reflexão e conscientização – prática característica do feminismo radical –, que materializou não só o seu aporte teórico do construcionismo social mas, também, outro componente fundamental da sua contribuição: a de fazer da experiência vivida das/pelas mulheres um instrumento legitimado de conhecimento de si e do mundo. É essa prática que distingue a “mulher”, uma construção masculina, da “feminista” um sujeito político que ela ajudou a criar. O contradiscurso que Beauvoir trazia, ao se coletivizar, pode ter expressão social, fazendo das “mulheres”, sujeitos sociais – “feministas” –, confirmando-se assim a necessidade – ressaltada por ela – de um coletivo para possibilitar a transformação individual.

Entretanto, além das idéias desenvolvidas em *O Segundo Sexo*, outras leituras de Simone de Beauvoir foram feitas, através de sua literatura. Mas não só. O discurso peculiar que a mulher Simone ofereceu às mulheres dessas gerações (independentemente de terem ou não lido seus livros) foi sua vida, de mulher intelectual e ativa no mundo, como um texto de referência.

Beauvoir era famosa, no tempo do auge do *star system* de Hollywood, mas não como um ícone, objeto de desejo masculino/inveja feminina conforme os moldes da indústria das imagens. No contradiscurso da atuação da tecnologia de gênero, que é como Teresa de Lauretis (1994) vê funcionar o complexo cinematográfico – essa tecnologia social que constrói as imagens femininas pela linguagem das câmeras, da iluminação, reforçando determinadas representações de gênero –, Simone de Beauvoir escreveu um outro roteiro.

Atuantes na vida política internacional, ela e Sartre estiveram, constantemente, nos jornais e nas revistas, em muitos países. Também em países tão longínquos, como o Brasil, onde as adolescentes dos anos 1960 puderam acompanhar suas trajetórias e incorporar nomes como *Café de Flore*, *La Coupole* ao seu repertório de símbolos, associados a valores como a construção da própria

existência enquanto escolha e o exercício da liberdade. A vida cotidiana saía da intimidade e ia para os cafés. Constantes nos cardápios, a filosofia, a política e a literatura, as amizades – uma exposição de horizontes amplos, com outros significados para vidas compartilhadas.

O fato de não serem casados era em si uma prática política. Não dividirem uma casa, rompia a imagem do lar conjugal. Mais ainda, escolherem não ter filhos representava um padrão inusitado de convivência amorosa entre uma mulher e um homem. Para completar o anticenário, moravam em hotéis e, mais tarde, em casas separadas, o que afastava qualquer possibilidade de cena familiar associada à norma social que reduz a mulher ao trabalho doméstico. Realizavam, o que é mais que preconizar, em todas essas atitudes, um outro *significado* para a relação entre uma mulher e um homem. Eram um casal, mas não uma família.

A vida pessoal dos dois filósofos, apresentadas em transparências que nada tinham de mercadológicas, nem das fórmulas sensacionalistas, e eram notícia, antecipavam, na prática, uma proposição que faria história a partir dos anos 1960: o privado é político.

3.2 CONTEXTUALIZANDO O SEGUNDO SEXO

É importante lembrar o momento histórico em que surge *O Segundo Sexo* para compreendê-lo no seu contexto e entender o impacto político que o livro causou. No pós-guerra, as mulheres atuantes na sociedade francesa organizavam-se, segundo Sylvie Chaperon (1999), em duas vertentes principais:

- 1) no movimento católico militante, que se dividia em uma corrente tradicional, obediente ao papa e que achava que a mulher devia permanecer no lar (a *Union Féminine Civique et Sociale*); e uma segunda que, tendo passado pela Resistência à ocupação nazista (o *Mouvement Republicain Populaire*), tinha uma visão mais progressista, representada, no governo, pela Ministra da Saúde, Germaine Poinso-Chapuis que defendia a idéia do trabalho como via para a independência e postulava que a maternidade não é o único destino das mulheres; e
- 2) nas associações de mulheres comunistas (a *Union des Femmes Françaises*) que praticavam a política de não confrontação com as católicas.

Além dessas correntes, que existiam desde os anos 30, persistiam algumas herdeiras das sufragistas, mas em uma posição menos visível, no cenário político. As mulheres, na França, só tiveram acesso ao voto, em 1945, uma

conquista que veio, ironicamente, numa fase de declínio do movimento feminista. As posições da esquerda tampouco eram favoráveis ao feminismo: o Partido Comunista Francês, por exemplo, considerava-o como um divisor da classe operária. Ademais, a política oficial, devido às perdas de população era, desde os anos 1920, fortemente natalista e familiarista. O incentivo mensal para ter um terceiro filho em 1946-47, ainda segundo Chaperon (1999), representava o salário médio de uma operária. Mesmo nos cursos de formação comunista, as questões da contracepção e do aborto, vivas nos anos 1920, saem de cena para dar lugar a temas da vida familiar e da saúde. É nesse contexto que Beauvoir vai desmistificar a maternidade, defender o aborto, falar de sexualidade e do lesbianismo.

Quando publicou *O Segundo Sexo*, a filósofa não era uma desconhecida. Seu livro anterior, *L'invité* (A convidada) tinha sido muito bem recebido, assim como seus artigos em *Les Temps Modernes*⁴⁰. Uma emissora de rádio dava à revista uma hora semanal para seus integrantes falarem livremente⁴¹. No entanto, a imprensa a chamava de “*Notre Dame de Sartre*” e “*La Sartreuse de charme*” (um trocadilho com *La Chartreuse de Parme*, de Stendhal), reportando-a sempre a Sartre.

Seus artigos e romances foram elogiados, porém, o mesmo não podia suceder com um livro que quebrava todos os tabus patriarcais. As reações são, então, furiosas. Acusam-na de pornografia e “lixo”, chamam-na de “*sufragette* sexual” e “amazona existencialista”. Para horror dos seus opositores, o livro vendeu mais de vinte mil exemplares, logo na primeira semana. A forte oposição partiu tanto da direita como da esquerda: o Vaticano colocou-o no Index; nos Estados Unidos, foi traduzido com alterações; no Canadá, só circulou livremente a partir de 1964; a tradução em russo se fez tardiamente, em 1998; e, ainda hoje, é proibido no Irã.

Com *O Segundo Sexo*, Simone de Beauvoir tirou o véu de assuntos que não deviam vir a público muito menos pelas mãos de uma mulher. Tornava-se, assim, seu próprio metatexto, indo além do discurso, já subversivo, da obra.

⁴⁰ Les Temps Modernes (Os Tempos Modernos) é uma revista filosófica, política e literária fundada por Sartre (1905-1980), Simone de Beauvoir, Raymond Aron, Albert Camus (1913-1960), Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), entre outros, em 1944.

⁴¹ Simone de Beauvoir faz essa referência em carta a Nelson Algren, datada de 26 de setembro de 1947. (BEAUVOIR, 2000a, p. 60).

3.3 LENDO O SEGUNDO SEXO: OS DISCURSOS

Para mergulhar no universo dessa obra polifônica, é preciso escolher entre vários itinerários. *O Segundo Sexo* é um ensaio sobre a construção da condição feminina; trabalha com discursos de diferentes disciplinas, com representações sobre a mulher na literatura, com o imaginário coletivo. Escolher uma abordagem metodológica única para tentar traçar um fio condutor não é tarefa fácil, sobretudo porque o fio condutor de Beauvoir é a filosofia.

O ensaio desenvolve-se em torno de duas teses: “não se nasce mulher, torna-se mulher”; e, no mundo, “o homem é o Sujeito, o Absoluto, a mulher é o Outro”. A discussão da primeira situa-se no campo das Ciências Sociais, da Psicologia e da Psicanálise. A segunda, é objeto da Filosofia. Como substrato comum a essas abordagens teóricas existe a questão do corpo. Como cenário de fundo, configurando todas as vertentes, existe uma questão política. Pode-se dizer que fornece todos os elementos para a elaboração do conceito de gênero, sem nomeá-lo. Ao ler *O Segundo Sexo*, tendo como referencial o conceito de gênero de Joan Scott ([1986] 1991), seguirei mais atentamente os desenvolvimentos que dizem respeito aos aspectos *subjetivos* relacionados com a questão da maternidade.

“Machos e fêmeas são dois tipos de indivíduos que, no interior de uma espécie, se diferenciam em vista da reprodução”, esta é a constatação que Simone de Beauvoir traz para a discussão do plano biológico. (SS-1, p. 26).

A filósofa se propõe a estudar o corpo reprodutor da mulher no contexto ontológico, econômico, social e psicológico,

uma vez que esse corpo não basta para definir a mulher, pois ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência, através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o Outro? [...] trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana. (SS-1, p. 57).

Para responder a essas perguntas, propõe-se a separar os fatos dos mitos sociais e a trazer a experiência vivida pelas mulheres, uma vez que “as mulheres de hoje estão destronando o mito da feminilidade; começam a afirmar concretamente sua independência”, afirma na introdução do segundo tomo. (SS-2, p. 7).

Ao analisar os discursos hegemônicos que descrevem os fatos e constroem os mitos, ela recorre a textos científicos (vindos da Biologia, da Medicina e da Psicanálise), filosóficos e literários. Para fundamentar seu contradiscurso, utiliza também a literatura, tanto memorialista como ficcional, escrita por mulheres. Neste material contendo a experiência vivida inclui também as “confissões” (sic) colhidas pelos psicanalistas, como Stekel⁴² e Helen Deutsch⁴³.

Quanto à escolha de fontes literárias e outras como recursos documentais, é interessante recorrer à autora a respeito das vivências em seus escritos:

A existência não se reduz a idéias, ela não se deixa enunciar: não se pode senão invocá-la através de um objeto imaginário; é preciso então apreender dela o seu jorrar, os revolteios, as contradições. Meus ensaios refletem minhas opções práticas e minhas certezas intelectuais. Meus romances, o espanto onde me lanço, no todo e em seus detalhes, nossa condição humana. Eles correspondem a duas ordens de experiência que não se saberia comunicar da mesma maneira. Uns e outros têm, para mim, a mesma importância e autenticidade; não me reconheço menos no *Segundo sexo* que nos *Mandarins*; e, inversamente. Se me expressei em dois registros é porque esta diversidade me era necessária. (BEAUVOIR, 1963, p. 243).

As duas ordens de experiência a que Beauvoir se refere se superpõem, em *O Segundo Sexo*, articuladas nas suas reflexões filosóficas e estas se apóiam, como em *certezas*, nos dados da biologia e no discurso psicanalítico, embora com reservas. A mesma necessidade que sente de transbordamento, de abarcar o indizível para expressar-se, faz com que recorra às fontes literárias, como vozes narradoras de experiências e de mitos. Se tais fontes diferem, pois que são inscritas em diferentes registros, têm a mesma importância e autenticidade para ela⁴⁴.

⁴² Médico e psicanalista do grupo de Viena. Foi através dele que Freud se inteirou da importância dos sonhos, segundo ele mesmo relata em *The History of the Psychoanalytic Movement* (1914). Disponível em: <<http://psychclassics.yorku.ca/Freud/History>>. Acesso em: 12 ago. 2007.

⁴³ Psicanalista de origem austríaca (1884-1982); fundou o Instituto de Psicanálise de Viena. Analisada por Freud, foi a analista de Mahler. Escreveu, entre outras, *A Psicologia das Mulheres: A Maternidade*, publicada em 1945.

⁴⁴ Em *El Carater Femenino: Historia de una Ideologia*, Viola Klein também utiliza a literatura como documento social, ressaltando suas reservas quanto a esse uso. Não sendo fonte de fatos, uma novela é “de grande valor para reconstruir o ‘clima mental’ de uma época, com as atitudes e valorações predominantes”, escreve ela. (1951, p. 117, tradução nossa).

A utilização de outras fontes documentais que aquelas tradicionalmente empregadas pelos historiadores é apontada por Scott :

Os(as) historiadores(as) devem examinar as maneiras como as identidades de gênero são realmente construídas e colocar os seus achados em relação com toda uma série de atividades, organizações sociais e representações culturais historicamente situadas. Não é surpreendente que as melhores tentativas nessa área tenham sido até hoje as biografias. (1991, p. 16).

Ademais, desde o começo do século XX, as novas contribuições da física quântica (as teorias de Heisenberg, Bohr, Schrödinger e Einstein, entre outros), ao introduzirem conceitos de probabilidade e de incerteza, tinham abalado a visão de realidade e influenciado os demais ramos do conhecimento. Simone de Beauvoir, certamente, se situa no novo paradigma. Na introdução do primeiro tomo de *O Segundo Sexo*, ao apresentar os pressupostos nos quais vai se basear, afirma:

[...] as ciências biológicas e sociais não acreditam mais na existência de entidades imutavelmente fixadas, que definiriam determinados caracteres como os da mulher, do judeu ou do negro; consideram o caráter como uma relação secundária a uma situação. (SS-1, p. 8).

A idéia do caráter feminino em relação situacional é a base do seu conceito existencialista-fenomenológico do *corpo sexuado como situação*. Esse conceito remete, também, ao que ela considera a grande contribuição da Psicanálise:

O livro de Klein, aluna de Karl Mannheim, antecedeu *O Segundo Sexo* (foi sua tese de doutoramento em Filosofia pela Universidade de Londres, em 1944). Não se pode deixar de notar a semelhança de estrutura nas duas obras. Em *El Caracter Femenino*, ela analisa as diversas teorias científicas, mostrando, na primeira parte, como “as mudanças produzidas na estrutura social e nas ideologias predominantes encontram expressão nas correspondentes mudanças que se produzem na abordagem científica do problema da mulher”. Na segunda, ela analisa a novela “A Geração Rebelde”, de Jo von Amers-Kuller, sobre três gerações de mulheres, com o fim de verificar como essas mudanças se refletiram nas atitudes pessoais. “Quer dizer, depois de oferecer uma descrição do aspecto objetivo da cultura, tal como este se manifesta no desenvolvimento histórico e social e nas teorias científicas, devemos completar o quadro deste período, oferecendo uma imagem de seu aspecto subjetivo” (KLEIN, 1951, p. 117, tradução nossa). Mannheim apresenta o livro como uma nova experiência de investigação integradora, método de abordagem de uma questão que articula as visões da biologia, filosofia, psicanálise, psicologia experimental, psicométrica, história, história da literatura, antropologia e sociologia. (KLEIN, 1951, p. 13).

[...] o imenso progresso que a psicanálise realizou na psico-fisiologia foi considerar que nenhum fator intervém na vida psíquica sem ter revestido um sentido humano; não é o corpo-objeto descrito pelos cientistas que existe concretamente e sim o corpo vivido pelo sujeito. (SS-1, p. 59).

Por outro lado, critica a afirmação de Freud de que a “anatomia é o destino” e que ressoa, segundo ela, na frase de Merleau-Ponty “o corpo é a generalidade” (SS-1, p. 67). A Simone de Beauvoir coube a tarefa de desmentir a ambos, desfazendo a associação entre destino e anatomia e demonstrando que os corpos não são vividos na generalidade, uma vez que são submetidos a normas culturais diferentes.

Toril Moi, defendendo a originalidade do conceito beauvoiriano do *corpo em situação*, coloca, assim, a questão: “Como podia Beauvoir manter que a biologia é extremamente importante para a situação das mulheres não sendo destino?” (2005, p. 62, tradução nossa).

A resposta é dada pela utilização dos conceitos existencialistas de *experiência vivida* e de *situação*. O corpo não é uma realidade fixa, as mulheres estão continuamente fazendo o que são. São as nossas ações que dão sentido às nossas vidas. O corpo é uma situação, mas um tipo fundamental de situação, através do qual eu tenho a experiência de mim mesma e do mundo. Moi (2005) esclarece que *situação* não é um conceito co-extensivo de *experiência vivida*, não lhe é redutível, pois implica na liberdade pessoal. Essa comentadora refere-se às críticas à visão beauvoiriana do corpo reprodutivo feminino como inerentemente opressivo, assim como à sua concepção do construtivismo social, que desarticulava a idéia da “situação”, e rebate argumentando que sim, o corpo conta para Beauvoir, mas tudo depende dos valores e significados sociais que se dá a esses fatos biológicos.

Minha leitura tende a coincidir com as críticas a Beauvoir, embora veja algumas de suas incoerências como necessidades estratégicas, em que a política falou mais alto que o rigor da lógica, até por que a produção de verdade no discurso, conforme Simone de Beauvoir ensina, nunca é isenta:

Mas é sem dúvida impossível tratar qualquer problema humano sem preconceito: a própria maneira de pôr as questões, as perspectivas adotadas pressupõem uma hierarquia de interesses: toda qualidade envolve valores. Não há descrição, dita objetiva, que não se erga sobre um fundo ético. (SS-1, p. 22)⁴⁵.

Seu discurso sobre a maternidade, entre as idas e vindas do biológico para o social e vice-versa, acentua reiteradamente a prisão, a submissão à espécie; as imposições da natureza que estão sempre a se manifestar; presentificam inevitavelmente um entrave à possibilidade de realização de um valor, tão caro ao existencialismo, que é a liberdade. Afinal, é à espécie e não ao sistema social dominado pelos homens que Simone de Beauvoir vê a mulher submetida.

Não se pode deixar de ver nessa visão as dicotomias espírito/homem, corpo/mulher. Na conclusão do ensaio, ela se lembra que o homem, afinal, é também “uma carne, logo uma passividade, joguete de seus hormônios e da espécie”. Mulheres e homens “vivem cada qual à sua maneira o *estranho equívoco* da existência feita corpo” (SS-2, p. 486, grifos nossos).

3.4 ENTRE FATOS E MITOS

Para desfazer o mito da feminilidade, Beauvoir parte da situação concreta das mulheres na França. Ironizando a pressão social das políticas maternalistas e natalistas, argumenta que, se as mulheres são exortadas a serem, permanecerem e tornarem-se mulheres, então o “eterno feminino” é um mito, não uma realidade. “Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade” (SS-1, p. 7).

A feminilidade enquanto mito não decorre de determinantes físicas, biológicas. E, sendo um mito, de que maneira desvendar como ele se apresenta?

É sempre difícil descrever um mito; ele não se deixa apanhar, nem cerrar, habita as consciências sem nunca postar-se diante delas como um objeto imóvel. É por vezes, tão fluido, tão contraditório que não se lhe percebe, de início, a unidade [...] a mulher é, a um tempo, Eva e a Virgem Maria. (SS-1, p. 183).

⁴⁵ Esta sua introdução ao ensaio é uma síntese clara da leitura do que é uma epistemologia. Ela assume, aqui, uma postura interessada. Apenas não diz que é uma postura feminista.

Cumpra interrogar quem detém, nas sociedades, o poder de dizer o mito, através da filosofia, dos dogmas religiosos, das leis, da literatura e, nesses discursos, procurar os valores que dão significado a uma inferioridade da mulher, à sua inessencialidade, à sua condição de objeto. No mundo, afirma ela,

os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como o Outro. (SS-1, p. 179).

“O homem é o Sujeito, o Absoluto. A mulher é o *Outro*”. É com esta categoria que Beauvoir vai analisar, na perspectiva existencialista, quais são os entraves que a mulher, “em busca de valores no seio de um mundo de valores” (SS-1, p. 72), tem que superar para se realizar plenamente como ser humano.

A sua busca por esses valores não inclui, no entanto, com o mesmo rigor que examina os demais, o discurso de seu próprio referencial filosófico. Afinal, ela não se pergunta — por que um Sujeito, um Outro? Qual a razão da necessidade da *dicotomia* para fazer a *distinção*? Qual a razão da dicotomia Natureza/Cultura que orienta o pensamento no Ocidente?

Para ela, a origem da dominação está na transcendência da vida que o homem consegue, existencialmente, arriscando-a nas expedições guerreiras e na caça. Não é dando a vida, mas arriscando-a que se criam valores, denegando qualquer valor à repetição da vida a que é fadada a mulher. “Temos aqui a chave de todo mistério”, diz Beauvoir (SS-1, p. 84).

Essa afirmação em tom definitivo responde, *en passant*, à pergunta central de toda a questão. O homem é o Absoluto, o Sujeito, porque se valoriza mais quem tira e arrisca a vida. É intrigante como essa resposta fica como que suspensa em meio a toda uma argumentação *existencialista*. O triunfo do princípio masculino decorre assim do homem ter mediatizado sua experiência. Esse princípio está presente em suas experiências práticas e em suas representações. (SS-1, p. 95). Ele é a transcendência, a mulher, a imanência. Ele constrói a cultura, a mulher permanece atada à repetição a-histórica da natureza.

A insistência de Beauvoir em reiterar o que significa reduzir a mulher à função materna acaba por reproduzir o discurso hegemônico, negando qualquer possibilidade de participação na cultura, o que é falso. Segundo Gordon Childe

(1966), as mulheres inventaram a agricultura, fizeram os utensílios para cozinhar, teceram, domesticaram os animais. Fizeram, desde sempre, a cultura, tanto quanto os homens.

Os discursos da Biologia, da Psicanálise e do materialismo dialético são analisados nos capítulos de uma primeira parte denominada “Destino”, na qual questiona o caráter determinista desses discursos por configurarem a situação da mulher como associada à fatalidade de um destino. O segundo tomo mostra como as mulheres vivem sua condição a partir daquilo que delas fazem os homens.

Beauvoir desfaz a naturalização da inferioridade da mulher, usando o respaldo do conhecimento científico. Relativiza, no entanto, esse saber, ao ter presente que “os cientistas de ambos os sexos estão imbuídos de preconceitos viris”, como escreveria ela, anos mais tarde, afirmando ter tentado “descobrir por trás de suas interpretações os fatos exatos” (BEAUVOIR, 1963, p. 168).

Ainda assim, a leitura beauvoiriana da biologia é instável. Ela anuncia, na introdução, que vai discutir “o *ponto de vista* da biologia, da psicanálise e do materialismo histórico acerca da mulher”, uma vez que nenhum desses destinos pesa sobre ela (SS-1 p. 23), mas intitula o Capítulo I de “Os *dados* da biologia”; discorre sobre o que dizem a biologia da reprodução e a etologia; aceita, como evidência, dados como a fraqueza muscular, o menor número de glóbulos vermelhos e a incapacidade da mulher de “enfrentar o macho na luta”. A mulher é instável, sem controle e frágil. Estes são *os fatos*. E prossegue:

[...] seu domínio sobre o mundo é portanto mais estrito; ela tem menos firmeza e menos perseverança em projetos que também é menos capaz de executar. Isso significa que sua vida individual é menos rica que a do homem. (SS-1, p. 54-55).

Frente à factibilidade dessa desigualdade, resta questionar o *sentido* que se vai atribuir a isso, o que fez a *história* com a fêmea da nossa espécie. O sentido deve ser visto na perspectiva *humana* de definir o corpo a partir da existência, o que faz da biologia uma “ciência abstrata” (SS-1 p. 55). Nessa perspectiva humana, as diferenças entre os sexos seriam destituídas de significado. Não fica especificado aqui porque inexistia essa perspectiva humana (dado o androcentrismo) que destituísse essas diferenças do significado de desigualdade de poder. Fazendo uma leitura como mulher, sem se dizer feminista, no entanto, ela lança as bases da

construção do conceito de gênero, separando biologia de destino e apontando, inclusive, para a sua superação.

É interessante pontuar aqui o grau de liberdade que pode adquirir, atualmente, a teoria feminista⁴⁶, questionando esse caráter “abstrato” da biologia. Apesar do reconhecimento dos “preconceitos viris” a que se refere, Beauvoir não questionou com radicalidade a visão androcêntrica da biologia sobre a anatomia e a fisiologia femininas. Note-se, também, que, nesse capítulo, ela faz raras citações a autores. Os dados da biologia aparecem, então, como verdades não relacionadas a pontos de vista, como as dos capítulos subseqüentes, adquirindo um caráter impessoal que sugere uma idéia de evidência, o que a impede de ver, na construção do *sexo*, a operação do gênero, o que se fez depois, com certeza, a partir da sua contribuição⁴⁷.

Sua leitura gira em torno dos conceitos de ativo/passiva, individualidade do macho/alienação da fêmea: “a mulher conhece uma alienação mais profunda quando o ovo fecundado desce ao útero e aí se desenvolve” (SS-1, p. 48-49). As alterações durante o período menstrual são vistas no terreno da patologia. “O parto em si é doloroso, é perigoso” (SS-1 I, p. 50). Aqui, Beauvoir não desfaz a construção bíblica do “parirás em dor” nem indaga o valor do risco de vida da mulher nesta situação, em comparação com o valor social androcêntrico do caçador e do guerreiro.

Por outro lado, algumas de suas elaborações a respeito da biologia apontam para outras direções. Primeiramente, ela historia alguns dos ‘dados’ como os papéis da mulher e do homem na reprodução. Mas não aprofunda a crítica para mostrar o viés androcêntrico que orienta o discurso biológico, ao fundamentar a diferenciação dos sexos, como faria, mais tarde, Laqueur (2001).

Constata Beauvoir (SS-1, p. 30) que foi com o advento do patriarcado que o macho passou a reivindicar o seu papel protagônico de criador, relegando à fêmea a função de carregar e alimentar a sua semente. E, numa observação instigante, observa que o “próprio sentido do *seccionamento* das espécies em dois sexos não é muito claro” (p. 26) e que a “perpetuação da espécie não acarreta a diferenciação sexual” (p. 29), não sendo esta um fato com fundamento ontológico (p. 31). A separação em sexos é um fato irreduzível e contingente (p. 27) podendo-se imaginar

⁴⁶ Para a crítica feminista da ciência, ver Harding (1996), Schiebinger (2001) e Sardenberg (2002).

⁴⁷ Butler (2003) e Laqueur (2001). Thomas Laqueur tributa a *O Segundo Sexo* o ponto de partida do seu trabalho.

uma sociedade reproduzindo-se por partenogênese ou composta de hermafroditas (SS-1, p. 29)⁴⁸.

Entretanto, presa a uma ontológica heteronormatividade e atenta à imposição social da época, o peso da maternidade é destacado sempre como a “subordinação da mulher à espécie”.

[A mulher] é, entre todas as fêmeas de mamíferos, a que se acha mais profundamente alienada e a que recusa mais violentamente esta alienação; em nenhuma, a escravização do organismo à função reprodutora é mais imperiosa nem mais dificilmente aceita. (SS-1, p. 52).

Essa subordinação é vivida ao longo da vida da mulher, em sucessivas crises, com a puberdade, as gravidezes, a amamentação, a menopausa. Em afirmações como essa, que se repetem por todo o ensaio, subsiste uma certa confusão a respeito dessa subordinação, derivada, a meu ver, da aceitação desses *dados* da fisiologia feminina como doentios:

[...] esses dados biológicos são de extrema importância; desempenham na história da mulher um papel de primeiro plano, são um elemento essencial de sua situação [...] pois sendo o corpo o instrumento de nosso domínio no mundo, este se apresenta de modo inteiramente diferente segundo seja apreendido de uma maneira ou de outra. (SS-1, p. 52).

Aqui, ela retoma a diferenciação da apreensão do mundo, o corpo feminino em situação. Mas, ao se apresentar os fatos como inerentemente patológicos, a desvantagem feminina teria aí um componente inexorável, que Beauvoir sempre desmente afirmando:

Mas o que recusamos é a idéia de que constituem um destino imutável para ela. Não bastam para definir uma hierarquia dos sexos; não explicam por que a mulher é o Outro; não a condenam a conservar para sempre essa condição subordinada. (SS-1, p. 52)⁴⁹.

⁴⁸ Note-se que Beauvoir, em 1949, faz alusões à inseminação artificial; a tecnologização da reprodução já permeava as representações do processo procriativo. A distopia futurista de Aldous Huxley, *Brave New World*, que tratava de uma sociedade onde a reprodução era feita em laboratório, foi escrita em 1930.

⁴⁹ Para a discussão sobre as idas e vindas da construção social para uma factibilidade do corpo ver Sardenberg (2000) e Lamoureux (1999).

No final do livro, depois de indagar, na trama dos discursos da Biologia, da Psicanálise, da Filosofia, da Religião, da Literatura, da História, quais os componentes dos mitos que fazem da fêmea da espécie humana, a “mulher”, um ser inessencial, submetido à dominação masculina, Simone de Beauvoir aponta: é no “terreno intermediário, entre a biologia e a psicologia, que é o da psicanálise”, o lugar onde se situa a hostilidade entre o homem e a mulher. (SS-2, p. 485).

Esse terreno intermediário é o território que ela perscruta, tanto ao analisar os discursos formadores do “eterno feminino”, quanto ao trazer as vozes daquelas que se amoldam a ele ou se rebelam. Nesse campo das tensões entre o que é construído socialmente e as escolhas individuais, permeia o imaginário, uma instância maior que o inconsciente freudiano.

Atenta à importância do imaginário para as representações da Mãe, analisa a evolução da mitologia da mulher, desde a Terra-Mãe até a dona de casa casada contemporânea; enfatiza a operação realizada pelo Cristianismo na construção da Mulher-Mãe sem sexo, descarnada que, “pela primeira vez na história ajoelha-se diante do filho; reconhece livremente a sua inferioridade”. E adiante: “a maternidade, como fenômeno natural, não confere nenhum poder. Só resta, portanto, à mulher [...] inclinar-se diante de Deus cuja vontade a escraviza ao homem” (SS-1, p. 215).

Na leitura acerca do ponto de vista psicanalítico, sem rejeitar em bloco as contribuições da Psicanálise, critica Freud por ter calcado a descrição da evolução psíquica feminina sobre a masculina, supondo que a mulher se sente um homem castrado. É androcêntrica a construção freudiana de um ponto fundamental da sua teoria da personalidade, o complexo de Édipo: o caráter vago da descrição do complexo de Electra é consequência de não ter se inspirado numa descrição original da libido feminina. Beauvoir questiona a universalidade mesma desses conceitos, assim como o determinismo dessa doutrina, na recusa da *escolha* – categoria central no existencialismo. Vê, na identificação com a mãe ou o pai, como propõe a Psicanálise, uma alienação, um fingir ser. (SS-1, p. 60-64). Para ela, a questão não é a mulher hesitar em identificar-se com a mãe ou com o pai, mas dirige-se às suas escolhas, que estão entre desempenhar o papel de objeto, de Outro, que o patriarcado lhe propõe, ou reivindicar a sua liberdade. (SS-1, p. 71).

Critica a idéia de normalidade integrante do discurso psicanalítico, por negar certos percursos possíveis devidos a escolhas que não correspondam ao seu esquema descritivo da evolução do comportamento humano. Uma psicologia

mecanicista exclui a invenção moral, diz ela, explica o *menos*, nunca o *mais*; admite malogros e nega as criações.

Não vou analisar em detalhes as oposições que Beauvoir faz à psicanálise, referindo-se não somente a Freud mas também a Adler, Jung e Lacan e, muitas vezes, unificando conceitos diversos como o de inconsciente coletivo de Jung com o inconsciente de Freud. Interessa assinalar que, utilizando muitas vezes a Linguagem e certas operações explicativas da Psicanálise, ela afirma emprestar-lhes significados diferentes, devido à perspectiva existencial, que nada tem a ver com as escolhas entre atitudes “virilóides” e “femininas” a que o esquema freudiano reduz as possibilidades de identificação para a mulher. Ao tratar da subjetividade feminina não pode prescindir, afinal, do instrumental psicanalítico, sobretudo se a sexualidade é um pilar da construção teórica que faz.

O seu diálogo com a teoria marxista, nomeadamente com Engels e Auguste Bebel (1840-1913), é mais concorde, mas a sua postura existencialista exige a valoração do subjetivo, da infra-estrutura ontológica somando-se à visão materialista. Assim, para a noção de posse, associada à de propriedade privada, é preciso um sujeito que se forja a si mesmo, um ser desejante anterior à sua alienação no produto de sua ação.

Afirma ser impossível deduzir a opressão da mulher da propriedade privada e pondera que a divisão sexual do trabalho poderia ter sido uma associação amigável. No entanto, sua explicação se faz pela atribuição à consciência *humana* e não à masculina, de “um imperialismo que procura objetivar a sua soberania”, por causa da categoria original do Outro. (SS-1, p. 86). Diferencia o conflito entre mulher e homem do conflito de classes e situa a reprodução no mesmo patamar de importância que a produção, tanto na economia social como na vida individual, sendo aquela, às vezes, mais importante. E adiciona: a maternidade e a sexualidade não podem ser assimiladas como trabalho. Valores essenciais estão envolvidos nessas atividades. (SS-1p. 78).

É na ênfase aos *valores* que ela se diferencia do que chama de “monismos” da psicanálise e do marxismo, valores esses que dão colorido e substância à infra-estrutura existencial, integrante do projeto do “existente transcendendo-se para o ser” (SS-1, p. 80). Saindo da perspectiva de *Destino*, dada pela Biologia, pela Psicanálise e pela Teoria Marxista, Simone de Beauvoir faz uma resenha histórica de como as relações entre homens e mulheres sofrem mudanças através do tempo, guiando-se pelos cultos, pelos arranjos sociais, pela estruturação

do Direito, da propriedade privada, focando, nas diferentes conjunturas, a condição das mulheres. Mostra como, através dos tempos, as configurações se alteram mas a relação de dominadores/dominadas se mantém. Esse relato histórico não tem um rigor etnográfico e é por demais generalizante.⁵⁰

Aborda, ainda, a questão da contracepção e do aborto. Embora desconheça a utilização de ervas para o controle da fertilidade, durante a Idade Média, faz menção, citando Philippe Aries, à limitação da natalidade, a partir do século XVIII através do coito interrompido, cuja prática é conhecida pelas várias camadas das populações, sobretudo as dos países não católicos. No século XIX, a partir da vulcanização da borracha, dissemina-se o uso de preservativos.

Beauvoir faz, também, um esboço da história dos diversos movimentos feministas do século XIX e de suas conquistas de direitos e acesso ao trabalho. Termina por afirmar que, aparentemente, a partida está ganha – no que se enganou – como reconheceu depois, em *Balanço Final* (1982). E acrescenta: “o futuro não pode conduzir senão a uma assimilação sempre mais profunda da mulher à sociedade outrora masculina” (SS-1, p. 167).

Essa visão de *assimilação* é central ao pensamento igualitarista, até hoje em tensão com as vertentes diferencialistas do feminismo, que insistem que não se pode ignorar as especificidades das experiências das mulheres.

3.5 A MATERNIDADE SUBJETIVADA

As considerações acima trataram em linhas gerais do aporte que Simone de Beauvoir trouxe para a construção do conceito de gênero. Proponho-me agora a focar a análise no discurso sobre a maternidade. Como já foi referido, o contexto das circunstâncias históricas em que é escrito *O Segundo Sexo* é o pós-guerra, um momento, para o discurso dominante, de reforçar a função materna. As políticas natalistas atuavam tanto para compensar as perdas das guerras como para retirar as mulheres do mundo do trabalho e da cidadania, que lhes fora ampliado durante os confrontos, dada a falta de mão de obra masculina, mobilizada ou em campos de prisioneiros. Necessário se faz lembrar que a essa altura, o *birth control* já era praticado, sobretudo em países não católicos, sendo que, em alguns, o aborto era legalizado. (SS-1, p. 156). A política natalista na França proibiu o uso de

⁵⁰ Agradeço à professora Cecília Sardenberg por esse comentário.

contraceptivos até a década de 1970, quando foram liberados em decorrência da luta feminista, à qual Simone de Beauvoir se incorporou. O direito à contracepção e ao aborto foram as principais reivindicações desse feminismo ressurgente. Compreende-se assim as ênfases dadas à falta de autonomia das mulheres no controle de sua fertilidade.

A questão do corpo como lugar da reprodução, preso na submissão à espécie, é central na sua análise da maternidade. Assim começa o capítulo “A mãe”: “É pela maternidade que a mulher realiza integralmente seu destino fisiológico; é a maternidade sua vocação ‘natural’, porquanto todo o seu organismo se acha voltado para a perpetuação da espécie” (SS-2, p. 248)⁵¹.

Desde o nascimento, a mulher é uma presa: a puberdade acontece por uma crise, resistindo a essa instalação da espécie enfraquece-se e corre perigo. (SS-1, p. 47). Através de outra “crise difícil” escapa desse domínio, na menopausa. (p. 51). Nessas afirmações, não aparece a construção social: é o imperativo biológico o opressor da mulher. Em cada fase da vida, aponta alegrias e conflitos, prazeres e sofrimentos. Se o corpo é para a mulher o lugar de sujeição à espécie é, pela cultura, portanto, pelo controle da vontade, que a *anti-physis* vai ser exercida, pela contracepção e pelo aborto.

Seguindo a proposta de trazer as experiências vividas, e dentro da perspectiva do *corpo como situação*, ela recorre, como testemunho das experiências, a relatos autobiográficos e de personagens da literatura. Suas referências são: Colette, Isadora Duncan, Mme. de Stäel, a Duquesa de Abrantes, Katherine Mansfield, Sofia Tolstoi, as personagens dos romances de suas amigas Colette Audry e Violette Leduc. Utiliza, também, depoimentos *de* mulheres e *sobre* mulheres recolhidos em livros de médicos: W. Liepmann, Andre Arthus e psicanalistas como Stekel, e recorrentemente, Helen Deutsch.

Trabalha, portanto, com variados discursos, aos quais recorre para desmistificar o caráter sagrado, a abnegação louvável, o amor materno e a

⁵¹ É de se interrogar o por quê da ênfase dada aqui aos aspectos físicos da maternidade, uma vez que no capítulo “A Mulher Casada” ela considera: “A evolução econômica da condição feminina está modificando profundamente a instituição do casamento: este vem se tornando uma união livremente consentida por duas individualidades autônomas [...] a mulher não se acha mais confinada na sua função reprodutora; esta perdeu em grande parte seu caráter de servidão natural, apresenta-se como um encargo voluntariamente assumido e é assimilado a um trabalho produtivo porquanto, em muitos casos, o tempo de descanso exigido pela gravidez deve ser pago à mãe pelo Estado ou pelo empregador”. (SS-2, p. 165).

inexorabilidade da realização da mulher como mãe. Desmente, outrossim, o discurso das vantagens, no plano político, que a maternidade conferiria às mulheres, argumentando que a mãe solteira é ainda desprezada e que, apenas no casamento, essa situação é glorificada. “Não foi como mães que as mulheres conquistaram o direito de voto”, afirma ela. (SS-2, p. 293).

Beauvoir, ao falar d’A *mãe*, discorre longamente sobre o aborto, apontando números de abortos clandestinos e suas conseqüências, denunciando a hipocrisia dos países católicos em condenar o controle da fertilidade e descrevendo o drama e a solidão das mulheres, sobretudo as pobres (o aborto é um crime de classe). Defende a contracepção e o aborto legal como condições do exercício livre da maternidade, assim como a socialização do cuidado das crianças pela oferta de creches e parques infantis. (SS-2, p. 466).

Faz referência à utilização (então) incipiente da inseminação artificial, como meio de contornar a esterilidade do marido ou uma malformação feminina (SS, 2, p. 257) e, mais enfaticamente, ao apontar a técnica como instrumento de libertação da mulher da Natureza:

Pela inseminação artificial, termina-se a evolução que permitirá à humanidade controlar a função reprodutora. Essas modificações [juntamente com o aborto livre] têm, para a mulher em particular, imensa importância; podem diminuir o número de períodos de gravidez e integrá-la racionalmente em sua vida, em vez de permanecer escrava desta. (SS-1, p. 157).

Essa confusa visão da inseminação artificial como método de controle da fertilidade associada ao aborto é apresentada sem maiores explicações. A idéia vai ser retomada por Shulamith Firestone ([1970]1976), como veremos adiante.

A maternidade está presente sob diferentes formas, na vida da mulher. Na infância, é representada na brincadeira com bonecas, na adolescência, a jovem a rejeita por não querer ver o corpo deformado. A partir do momento em que podem se tornar realidade, os sentimentos são carregados de ambigüidade. Beauvoir discute as angústias, as incertezas dos sentimentos em relação ao desejo/recusa, com o instrumental da Psicanálise, citando mais freqüentemente Helen Deutsch, em seu livro *Psychology of Women* (1945). As citações alternam a teoria da psicanalista austríaca com os relatos que ela faz de suas pacientes; da mesma forma, trabalha com Stekel. Esse material tem, portanto, um duplo viés: traz embutida a

normatividade androcêntrica das interpretações psicanalíticas (que ela critica no Volume 1) e são relatos das vivências de pacientes patologizadas pelo discurso médico. As citações de Stekel, por exemplo, são tiradas dos livros *A Mulher Fria* e *Estados de Neurose de Angústia*. Assim, o antes referido como “ponto de vista da psicanálise” é tomado como verdade legitimada pela chancela da ciência. Conseqüentemente, não é reconhecido aqui o caráter normatizador do discurso psicanalítico, nem identificada a sua intermediação nessas “confissões”.

Mas faz suas críticas interessantes. Nas conclusões do capítulo sobre A mãe, Beauvoir desmente peremptoriamente, não sem certa ironia (e ignorando nele o sentido simbólico), o ponto de vista de Lacan, no que diz respeito a considerar o filho como o *phallus* compensatório da inveja do pênis:

[...] os psicanalistas esforçaram-se muito por demonstrar que o filho lhe trazia um equivalente do pênis; mas, por invejável que seja esse atributo, ninguém pretende que sua simples posse seja capaz de justificar uma existência nem que seja o fim supremo desta. (SS-2, p. 293).

Em sua determinação de contrapor ao hegemônico, um discurso desmistificador, são enfatizados exemplos negativos que ela sobrepõe às possibilidades de gozo (para usar um termo psicanalítico) que a experiência corporal da reprodução possa representar.

A gravidez é anunciada por sintomas patológicos: “cessam as regras, engorda, os seios tornam-se pesados e doem, ocorrem vertigens e náuseas; por vezes, ela acredita simplesmente estar doente e é um médico que a informa” (SS-2, p. 265). Mais que o conflito entre espécie e indivíduo, que caracteriza a relação da fêmea humana com seu corpo, essa é uma vivência que se dá no campo da patologia. O corpo “revolta-se”; a gravidez

é principalmente um drama que se desenrola entre si e si; ela sente-o a um tempo como um enriquecimento e uma mutilação; o feto é uma parte de seu corpo e um parasito que a explora; ela o possui e é por ele possuída; ele resume todo o futuro e, carregando-o, ela sente-se ampla como o mundo; mas essa própria riqueza a aniquila; tem a impressão de não ser mais nada. (SS-2, p. 262).

Nessa visão, a mulher é um ser destinado à imanência, pois, mesmo que desejando a gravidez e por ela decidindo,

no momento em que se transcende, seu corpo é apreendido como imanente: encolhe-se em si mesmo, em suas náuseas e seus incômodos; deixa de existir para si só e é quando se faz mais volumoso do que nunca. A transcendência do artesão, do homem de ação é habitada por uma subjetividade, mas na futura mãe abole-se a oposição sujeito e objeto; ela forma com esse filho de que se acha prenhe, um casal equívoco que a vida submerge; presa às malhas da Natureza, ela é planta e animal, uma reserva de colóides, uma poedeira, um ovo; assusta as crianças de corpo egoísta e faz com que jovens escarneçam, pois ela é um ser humano, consciência e liberdade, que se tornou um instrumento passivo da vida. (SS-2, p. 262-263).

Essas certezas, vindas do universo conceitual do existencialismo, assumem um tom dogmático que não concorda com os pressupostos que ela mesma coloca no início de sua jornada, ao discorrer sobre os “fatos” biológicos: “sem nada decidir quanto à relação entre a vida e a consciência, pode-se afirmar que todo fato vivo indica uma transcendência, que em toda função se encaixa um projeto”. (SS-1, p. 31).

A possível criatividade que pudesse implicar o gestar uma criança, é negada, uma vez que é “feita na contingência e na facticidade” (SS-2, p. 263). Se a experiência é gozoza, é reduzida à condição de animalidade:

[...] essas mulheres que são ‘poedeiras’ mais do que mães, procuram avidamente a possibilidade de alienar sua liberdade em proveito de sua carne: sua existência aparece-lhes tranqüilamente justificada pela passiva fertilidade do corpo. (SS-2, p. 263).

Mme. de Stael⁵² “conduzia uma gravidez com tanta vivacidade e displicência quanto uma conversação” (SS-2, p. 267) exemplifica Beauvoir, enquanto que, se o prazer sexual, no parto ou na amamentação, é referido, os exemplos são tirados das “confissões” (sic) das doentes, recolhidas por Stekel (SS-2, p. 273). Quando a gravidez é tranqüila, torna-se “uma gravidez de homem”, como a gravidez de Colette. (SS-2, p. 269).

⁵² Mme de Stael (1766-1817) romancista e ensaísta suíça, uma “feminista” antes da palavra existir, teve cinco crianças.

De maneira aleatória, Beauvoir vai quantificando prazeres e sofrimentos, sem quaisquer referências outras que o seu critério de apresentar os exemplos:

Algumas há que dizem ter experimentado durante o parto uma impressão de poder criador; realizaram realmente um trabalho voluntário e produtor; *muitas*, ao contrário, sentiram-se passivas, instrumento sofrido, torturado. (SS-2, p. 273, grifos meus).

Pode-se compreender (e não aceitar) a ênfase dada aos aspectos negativos e, mais que a concordância, o reforço à patologização da fisiologia e da vivência subjetiva dos processos procriativos, como estratégia contra o confinamento na maternidade imposto às mulheres francesas.

Algumas críticas afirmam que a visão de Beauvoir tem o corpo reprodutivo da fêmea como inerentemente opressivo, relata Moi, assinalando porém que, mesmo quando o “horror inconsciente da mãe emerge, longe de explicar a lógica interna de seu argumento, ele coloca seu entendimento do corpo como uma situação em contradição consigo mesmo” (2005, p. 66, tradução nossa).

Beauvoir aponta como saída da imanência, ao que ela considera o confinamento à facticidade da repetição da vida, a participação da mulher no trabalho:

[...] ela reclama hoje o direito de participar do movimento pelo qual a humanidade tenta incessantemente justificar-se, em se superando; ela só pode consentir em dar a vida se a vida tem um sentido; não poderia ser mãe sem tentar desempenhar um papel na vida econômica, política, social. Não é a mesma coisa engendrar carne para canhão, escravos, vítimas ou homens livres. (SS 2, p. 292-293).

No capítulo que denomina “A caminho da libertação” (e não da *emancipação*, observe-se), anuncia os novos tempos da *Mulher Independente*. Mas insiste:

Há uma função feminina que atualmente é quase impossível assumir com toda liberdade, é a maternidade; na Inglaterra, na América do Norte, a mulher pode pelo menos recusá-la à vontade, graças às práticas do *birth control*; vimos que na França, ela é amiúde acuada a abortos penosos e caros; vê-se muitas vezes com um filho que não queria e arruína sua vida profissional. Se esse encargo é pesado, é porque, inversamente, os costumes não autorizam a mulher a procriar quando lhe apetece. (SS-2, p. 465).

E, novamente, faz referência à inseminação artificial: “se a idéia da inseminação artificial interessa tanto às mulheres, não é porque desejam evitar o amplexo masculino: é porque esperam que a maternidade livre venha a ser enfim admitida pela sociedade”. (SS-2, p. 465-466).

A premissa, pois, para a libertação constitui a separação da sexualidade da procriação – a *anti-physis* representada pela contracepção e pelo aborto. A mulher-sujeito, capaz de transcendência, é aquela que tem o corpo libertado. Essa ênfase na libertação do corpo será a grande tônica do novo feminismo que surgiria uma década depois da publicação de *O Segundo Sexo*.

O rígido esquema da dicotomia imanência/transcendência⁵³ não leva em conta a corporalidade masculina e a sua pertença e submissão à espécie (que reconhece, sem que isso perturbe a argumentação, no final do ensaio), confinando o homem num projeto de vir-a-ser sempre desencarnado. A contracepção e o aborto são, em Beauvoir, uma questão puramente feminina. A diferenciação entre mulheres e homens pela procriação é feita, também, pela exclusão da participação masculina.

Julia Kristeva observa que, na luta contra a redução da mulher à biologia, resumida na frase “não se nasce mulher, torna-se”, o que Beauvoir, na realidade, não fez foi tirar o colorido da metafísica; uma vez que “é ela que aprisiona a mulher no Outro para colocá-la em facticidade e em imanência e para recusar-lhe o acesso à verdadeira humanidade, aquela da autonomia e da liberdade” (2004, p. 541, tradução nossa).

Essa metafísica de que fala Kristeva subjaz no existencialismo sartriano do qual Beauvoir, evidentemente, não podia se afastar. Mais tarde reconheceu que, se escrevesse *O Segundo Sexo* novamente, trataria a oposição entre o Outro e o Mesmo, em bases materialistas. (BEAUVOIR, [1972] 1982, p. 486).

Por ironia das circunstâncias, enquanto escreveu o livro que discute o domínio masculino sobre as mulheres, Simone de Beauvoir (1963) vivia, temporariamente, do dinheiro de Sartre, conforme relembra em *A Força das Coisas* Numa carta a Algren (a quem chamava de *meu marido*) referiu-se, ao segundo tomo

⁵³ O uso das categorias *imanência* e *transcendência* é aplicado por Beauvoir até quando se trata de óvulos e espermatozóides. Depois de afirmar que “não se deve deixar-se seduzir pelo prazer das alegorias; assimilou-se, por vezes, o óvulo à imanência e o espermatozóide à transcendência”, ela argumenta: “mas é renunciando à sua transcendência, à sua mobilidade, que este penetra no elemento feminino. (SS-2, p. 33-34), o que confere um caráter de consciência aos gametas, contradizendo sua afirmação inicial de nada decidir quanto à relação entre vida e consciência. (SS-1, p. 31).

como “meu segundo filho [...] de longe o meu preferido” (2000a, p. 277). E o livro é dedicado a Jacques Bost, amigo e ex namorado.

Assim, feitas todas as contas, creio que a citação de Toril Moi, trazida no começo deste capítulo é verdadeira: nela não se separam a vida e a obra, as emoções e os pensamentos. Uma precisão matemática é impossível quando se trata de assuntos humanos, assim como a lógica e a coerência, certamente, não são instrumentos estáveis nas explicações das complexas relações desiguais entre mulheres e homens.

Finalmente, um último comentário a propósito da observação de Diane Lamoureux (1999), quando constata:

Entretanto, depois de mais de 900 páginas onde ela nos explicou que o eterno feminino não existia, que não havia essência feminina mas fabricação de mulheres, ela parece renunciar a todo o seu arrazoado para nos explicar que a mulher independente, aquela que pode aceder à transcendência dotando-se de projetos, se fazer sujeito em se fazendo volição, não pode, sob pena de mutilação, renunciar à sua feminilidade. (1999, tradução nossa)⁵⁴.

Permito-me fazer, a respeito dessa crítica, uma provocação ao cartesianismo racionalista. Simone de Beauvoir era filha de Oxum. Não poderíamos ter acesso a este *dado* se ela não o tivesse registrado em *A Força das Coisas* (1963, p. 455), relatando a visita que fizeram, em Salvador, Sartre e ela, levados por Zélia Gattai e Jorge Amado, ao Terreiro do Gantois, onde consultaram os búzios. Sartre, por sua vez, era filho de Oxalá. Conta o *mito* que Oxum é a orixá que tem o poder da fecundidade e da procriação, é a protetora do parto e do bebê; pode ser muito maternal e guerreira e é, sobretudo, muito vaidosa.

Comentando as incoerências de Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo*, Helene Rouch traz, como atual, a contradição principal que não foi resolvida e que foi chamada por Sylvie Chaperon, citada por Rouch (2003, p. 122) de “uma ruptura epistemológica inacabada”:

⁵⁴ Disponível em: <<http://h2hobel.phl.univie.ac.at/~iaf/Labyrinth/Lamoureux.html>>. Acesso em: 21 jul. 2007.

[...] como afirmar que o macho/homem é destinado à transcendência e a fêmea/mulher à imanência, pela sua relação com a função geradora, e recusar, ao mesmo tempo 'todo sistema de referências que subentende a existência de uma hierarquia natural de valor'? (2003, p. 122, tradução nossa).

Rouch (2003) argumenta que, se é pela filosofia que Beauvoir tenta resolver essa contradição, não seria essa a sua maneira de defender a idéia de que o corpo não se resume nem ao sexo nem ao gênero? É esta questão do corpo, lugar concreto de opressão e da inscrição da subjetividade das mulheres, sexuado e sexualizado, principalmente, pelos discursos e pelas práticas científicas, que Rouch diz estar sendo evitada pelas teorizações de gênero contemporâneas.

A “ruptura epistemológica inacabada” forneceu, no que conseguiu romper, os principais elementos para a construção do conceito de gênero sem, contudo, fazer a identificação desse conceito como categoria em si. A outra grande contribuição de *O Segundo Sexo* é o conceito de experiência vivida, que será realizado e posto a funcionar politicamente pelas feministas radicais e na construção das teorias feministas. O discurso de Beauvoir a respeito da maternidade não se afasta, afinal, desse conceito: ela fala a partir da experiência vivida da não maternidade.

No próximo capítulo, analisarei as principais idéias que agitaram os movimentos que influenciaram as feministas da Segunda Onda.

CAPÍTULO 4

VENTOS FORTES SOPRANDO A SEGUNDA ONDA

A segunda onda de feministas, em vez de ter arrebatado na praia, ainda está distante no mar, lenta e inexoravelmente ganhando impulso. Nenhuma de nós vivas hoje testemunhará mais os primeiros estertores da insurreição social que se aproxima. (GREER, 2001).

4.1 INTRODUÇÃO

Em setembro de 1955, historia Russel Jacoby (1999), centenas de escritores e acadêmicos liberais e anticomunistas, dentre os quais o filósofo e sociólogo Raymond Aron (1905-1983) e o historiador Arthur Schlesinger Jr. (1917-2007), reuniram-se no Museu Nacional de Ciência e Tecnologia, em Milão, para discutir “o futuro da liberdade”. Europa e Estados Unidos estavam vivendo uma era de prosperidade, Stalin estava morto e o novo Secretário Geral do Partido Comunista Soviético, Nikita Krushchev (que foi primeiro ministro, de 1958 a 1964), começara a falar em *détente* e paz. Aron, no discurso de abertura, anunciava o desaparecimento da controvérsia ideológica, na maioria das sociedades ocidentais, e afirmava que a História havia refutado as esperanças exageradas depositadas na Revolução.

Segundo esse filósofo e sociólogo francês, apesar de ainda haver tensões em relação às questões de igualdade, emprego, salários e inflação, conflitos fundamentais não se apresentavam. Para ele, o referencial do estado de bem-estar (*welfare state*) era um consenso. Em 1960, ainda segundo Jacoby (1999), Daniel Bell, na época, professor de sociologia na Columbia University, afirmava em *The End of Ideology* (O Fim da Ideologia) que a nova geração de intelectuais, não tendo

participado dos velhos debates entre marxismo e capitalismo, e vivendo num mundo que rejeitara visões apocalípticas de rupturas, não encontrava um novo radicalismo, o que resultava na desvitalização intelectual da ideologia. Ideologia, nesses discursos, significava a defesa da revolução e das utopias. Dois anos depois, Bell revisou o livro e registrou uma pequena alteração na sua análise: entre 1960 e 1962, algo aparecera na cena política – a Nova Esquerda. Era preciso dar atenção a esse fenômeno.

O pós-guerra fora um período de expansão do capitalismo e de ampliação do mercado de trabalho e do consumo. Os Estados Unidos consolidaram-se como país líder, no campo militar-econômico-político mundial, tendo como opositor estratégico o bloco socialista, capitaneado pela União Soviética. As armas nucleares mantinham um equilíbrio tensionado entre as duas potências e a ameaça de destruição do planeta projetava sua sombra sobre a população mundial, unindo-a, simbolicamente, como um todo, antes mesmo de o fazerem os satélites de comunicação. A essa polarização entre potências deu-se o nome de Guerra Fria. Outras guerras porém, sangrentas e quentes, multiplicavam-se: as guerras de guerrilha dos jovens comandantes na América Latina, resultando na vitoriosa revolução cubana em 1959; a guerra da independência da Argélia (1954-1962); e, afetando diretamente a juventude estadunidense, a guerra do Vietnã (1959-1972).

Por outro lado, o discurso de Krushev, no XX Congresso do Partido Comunista Soviético, em 1953, desencadeara o rompimento de boa parte da esquerda mundial com o stalinismo e com a defesa da Revolução Soviética, abalando o mito do poder transformador revolucionário da classe operária urbana. Nesse contexto, surge a Nova Esquerda, assim descrita por Novack (1961):

[...] em capitais tão distantes como Varsóvia e Tóquio, Londres e New York, uma nova corrente significativa de pensamento tem tomado forma entre intelectuais da esquerda. Apesar das diferenças de seus entornos e seus problemas imediatos, eles vêm formulando conclusões políticas convergentes. Esses intelectuais dissidentes são crescentemente críticos do 'Marxismo ortodoxo' como eles entendem ou, o mais das vezes, desentendem. Duvidam ou negam que os trabalhadores industriais possam ser os principais agentes da mudança social. Questionam se uma vanguarda revolucionária disciplinada, guiada pelo socialismo científico, é necessária para liderar o povo nos seus esforços para se livrar dos males do capitalismo e construir um mundo melhor. (NOVACK, 1961, tradução nossa)⁵⁵.

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/novack/works/1961/x01.htm>>. Acesso em: 9 set. 2007.

No mesmo sentido, Wright Mills (1960), escrevendo para a *New Left Review* (Revista da Nova Esquerda), fundada em 1960, ao chamar a atenção para o caráter ideológico e, portanto, comprometido, do discurso sobre o fim da ideologia, cita, principalmente, o exemplo da Revolução Cubana, apontando para a necessidade de se estudar os agentes de transformação social, reitera que o “marxismo vitoriano” não dava mais conta de explicar os acontecimentos que se vivia então e pergunta (e responde) sobre a insatisfação reinante, que não confirmava a apatia diagnosticada pelos liberais:

Quem está se desgostando daquilo que Marx chamou de ‘o velho lixo’? Quem está pensando e agindo de maneiras radicais? Em todo o mundo – no bloco, fora do bloco (socialista) entre eles– a resposta é a mesma: é a jovem *intelligentsia*. (MILLS, 1963, p. 134).

Mills defendia a ampliação dos estreitos círculos de poder, na perspectiva da democracia participativa.

A referência dos intelectuais liberais à apatia das sociedades ocidentais ocultava, na verdade, movimentos que já eram ativos na década de 1950, como o movimento pelos Direitos Civis dos negros. O ato histórico de Rosa Parks (1913-2005), em 1955, recusando-se a ceder o lugar num ônibus a um homem branco, pelo que foi presa e processada, catalisou a disseminação da rede da *National Association for the Advancement of Coloured People*.⁵⁶ Um boicote aos ônibus durou 382 dias. A liderança do movimento foi assumida pelo pastor Martin Luther King (1929-1968) e resultou na decisão da Suprema Corte, no ano seguinte, da inconstitucionalidade das separações entre negros e brancos nos transportes.⁵⁷ Luther King tinha, na época, 26 anos.

Jo Freeman, cientista política, advogada e ativista feminista, destaca a influência que teve o modo de fazer política do movimento dos Direitos Civis nos demais movimentos:

⁵⁶ Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor fundada, em 1908, por iniciativa de Mary White Ovington, Ida Wells-Barnett, W.E.B. DuBois, Henry Moscowitz, Oswald Garrison Villiard e William English Walling. Disponível em: <<http://www.naacp.org/about/history/timeline/#1900>>. Acesso em: 4 maio 2007.

⁵⁷ Disponível em: <http://nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1964/king-bio.html>. Acesso em: 4 maio 2007.

Durante os anos 50 e começo dos 60, o movimento pelos Direitos Civis captou a imaginação pública e educou-a sobre a imoralidade da discriminação e a legitimidade dos protestos de massa. Assim, tornou-se a mãe de todos os movimentos dos anos 60 e dos 70. Para as mulheres, entretanto, forneceu, não só um modelo para a ação, mas uma visão de mundo diferente daquela das 'esferas separadas' que tinha sido a ideologia do século anterior. A idéia que pessoas diferentes tinham um lugar diferente na sociedade era, em parte, um produto da era Vitoriana do século XIX. (FREEMAN, 1995, tradução nossa)⁵⁸.

O modelo do Movimento Negro pelos Direitos Civis oferece alguns pontos interessantes para a reflexão. Ele sai da moldura restrita marxista da luta de classes, retirando a centralidade da categoria "classe" como impulsionadora da luta pela mudança social. O caráter identitário traz outra perspectiva, também adotada no movimento feminista, assim como a luta contra a discriminação. Enfrentar a discriminação implica envolver múltiplos aspectos das mentalidades, enraizados na cultura, mais sutis que as forças que atuam na extração da mais-valia. Tornar a discriminação um valor negativo é uma tarefa que abrange mais que a conquista, inquestionável, de direitos. Assim, ambos os movimentos trouxeram novos valores para a sociedade, a partir da expressão de experiências diversas dos grupos dominados. Como observou Eder Sader (1988), analisando os "novos personagens" que entraram na cena política em fins do século XX, é preciso captar os imaginários próprios desses movimentos, pois é isso que os singulariza.

Captar os imaginários próprios dos movimentos dos anos 1960 e 1970 não é tarefa simples, embora fascinante. Sem pretender esgotar o assunto, apresento aqui um panorama geral dos principais discursos que não só mobilizaram a militância política organizada mas que, também (e por que não dizer, principalmente), impulsionaram a enorme onda de mudança de comportamento que se espalhou internacionalmente, focalizando suas articulações com o movimento feminista.

4.2 A IMAGINAÇÃO NO PODER: ANTECEDENTES

Entre outras palavras de ordem que eclodiram no "Maio de 1968", o ano que ficou como símbolo da ebulição política da década, era representativa a que

⁵⁸ Disponível em: <<http://www.jofreeman.com/feminism/suffrage.htm>>. Acesso em: 4 maio 2007.

proclamava “a imaginação no poder”. O desejo de pensar, atuar e viver de uma outra maneira animava a juventude, na procura de mudanças radicais, uma vez que nem o liberalismo capitalista nem tampouco o capitalismo de estado (dos países que falharam em implantar o socialismo) eram modelos aceitáveis de sociedade.

Para Chollet (2004), a importância que adquiriu, na época, o movimento estudantil teve, entre outras, razões demográficas. Conforme ele observa, a alta taxa de nascimentos depois da guerra, conhecida como “*baby boom*”, fez com que a população universitária dos anos 60 fosse muito numerosa. Na França, particularmente, a estrutura da Universidade revelou-se obsoleta para a nova geração de estudantes que, além de numerosa, incorporava, também, filhos da classe operária, com perspectivas diferentes das elites que até então freqüentavam os anfiteatros acadêmicos. Novos *campi* são formados para receber uma população universitária maior, fora de Paris, como foi o caso de Nanterre, foco de irradiação da rebelião de Maio.

Um dos protagonistas dessa revolta estudantil que inflamou a classe operária e paralisou a França, Jean-Pierre Duteuil, descreve o ambiente em que se desenvolveram as condições para a eclosão do movimento:

Era uma faculdade sem meio ambiente urbano: nada de boteco, nada de cinema, nada de nada. Além disso, essa faculdade estava situada numa periferia operária com uma favela ao lado da cidade universitária, que abriria alguns meses depois. A sorte de Nanterre é que não era suficientemente sinistra para esmagar as pessoas, mas não era boa o suficiente para que as pessoas se contentassem com ela. Havia, portanto, para sobreviver, uma necessidade absoluta de criar relações sociais, trocas, espaços de vida. Isso favoreceu a aproximação entre os anarquistas e a extrema-esquerda. Favoreceu as trocas entre a favela e a cidade universitária: a gente ia comer espetinhos com os árabes; quando as crianças ou as mulheres apanhavam dos caras, iam se esconder na cidade universitária. Judeus e árabes gritavam uns com os outros sobre o conflito dos Seis Dias, mas era um cadinho fabuloso que compôs uma comunidade nanterrense, que se pode reencontrar 20 anos depois. Este sentimento de pertença atua também sobre os grupos políticos e sobre a União Nacional dos Estudantes da França, cujo local era antes de tudo uma sede de encontros onde a gente se juntava quando não tinha vontade de ir para as aulas, porque não havia outro, não havia outro lugar. (DUTEUIL, 1988, tradução nossa)⁵⁹.

⁵⁹ Disponível em: <http://increvablesanarchistes.org/articles/1968/68_22mars.htm>. Acesso em: 2 maio 2007.

A onda constestatária que se espalhou pelo mundo inspirou-se em muitas fontes, além das idéias políticas das tradições marxistas e anarquistas. A insatisfação expressou-se, inicialmente, em círculos restritos de jovens escritores, principalmente o grupo ícone da *beat generation*, nos Estados Unidos, e os *situacionistas*⁶⁰, na França. Os discursos libertários por eles veiculados começaram a ter mais visibilidade em fins da década de 1940 e começo dos anos 1950, justamente no período em que os intelectuais liberais e anticomunistas faziam alusão ao fim das disputas ideológicas e das grandes rupturas.

“Mudar a vida”, “transformar o mundo” era a pretensão anunciada por jovens, como Guy Debord (1931-1994), que integravam o movimento literário denominado Internacional Letrista. Surgido em 1946, o Letrismo propunha uma poesia nova, escrita e sonora, fundada sobre a letra quebrada da palavra. Buscava a beleza na sonoridade *lêtrica*. Se a proposta de mudar o mundo não era nova, na forma de abordá-la, entretanto, trazia a linguagem como centralidade da atuação política. A desintegração das estruturas da linguagem, tanto imagética quanto escrita, como sustentáculo da ordem social, fora o objeto central do Movimento Dada, do qual os letristas são tributários explícitos⁶¹. “12 milhões de jovens vão sair às ruas para fazer a revolução letrista”, dizia, profeticamente, um cartaz colado nos muros do *Quartier Latin*, em Paris, em 1948. (CHOLLET, 2004, p. 12).

No começo dos anos 1950, a proposta literária, a exemplo da precedente Dada, passa a estender-se para uma perspectiva maior, no sentido de integrar a arte e a vida, ultrapassando a estética. Distanciando-se dos meios existencialistas e assumindo-se como herdeiros dos surrealistas e dos dadaístas, os letristas frequentam bares onde se reúnem tribos de bebedores, pequenos delinqüentes e consumidores de substâncias alteradoras de consciência. Envolvem-se com as questões políticas da época, como as guerras da Argélia e da Indochina (Vietnã), opondo-se com vigor ao colonialismo, numa posição minoritária na época, segundo relata Chollet (2004).

⁶⁰ Integrados por Jack Kerouac (1922-1969), Allen Ginsberg (1927-1997) Gregory Corso (1929-2001) e William Burroughs (1914-1997), entre outros, e Guy Debord (1931-1994), Raoul Vaneigem (1934), Michelle Bernstein (1932), respectivamente.

⁶¹ O movimento Dada nasceu no Cabaret Voltaire, em Zurich, em 1916, onde se reuniam artistas como Hugo Ball, Tristan Tzara, Hans Arp, entre outros, e espalhou-se por outros países europeus e, também, nos EUA. A palavra Dada não quer dizer nada e quer dizer tudo; expressa a rebelião, a vontade de acabar com a cultura burguesa. O Dada se caracteriza pela irreverência e pelo humor com que reinventa linguagens.

Em 1957, vários grupos de artistas se fundem para formar uma frente revolucionária da cultura: a Internacional Situacionista, que publica uma revista com esse nome durante os dez anos seguintes, defendendo a criação de situações:

[...] nossa idéia central é a da construção de situações, isto é, a construção concreta de ambiências momentâneas da vida e sua transformação em uma qualidade passional superior [...] devemos apresentar por toda a parte uma alternativa revolucionária à cultura dominante. (DEBORD, 1957 apud CHOLLET, 2004, p. 35).

Os situacionistas inspiraram-se também em *Crítica da Vida Cotidiana*, do sociólogo Henri Lefebvre (1901-1991), publicada em 1947, obra que influenciou o projeto de um novo urbanismo, uma nova arquitetura, em que as pessoas fossem chamadas a criar elas mesmas seu meio ambiente – um discurso que nascia numa Europa que se reconstruía fisicamente depois dos bombardeios⁶².

Uma das principais categorias criadas pelos situacionistas foi o conceito de *espetáculo*, desenvolvido por Guy Debord, no seu *A Sociedade do Espetáculo*, publicado em 1967, referindo-se a uma relação social. O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediado por imagens. É uma visão de mundo traduzida materialmente; ela inverte o real, torna-se o real, pela passividade contemplativa da vida moderna. A dominação econômica sobre o sentido da realização da vida humana fez a passagem do *ser* para o *ter*; o espetáculo faz o deslizamento para o *parecer*. Debord propõe que a teoria crítica se comunique em sua própria linguagem; a linguagem da contradição deve ser, dialética na forma como é no conteúdo. Trabalha também com desvios de imagens, de conceitos, de significados, em textos, filmes e quadrinhos. Os escritos nos muros de Maio de 68 e as palavras inventadas pelas feministas radicais (como *sisterhood*, *herstory*, *gyn-ecology*⁶³) têm muito dessa proposta.

A crítica social situacionista alargou-se, em seguida, pela leitura dos marxistas heterodoxos, como os filósofos sociais Georg Lukacs (1885-1971) e Herbert Marcuse (1898-1979), introduzidos pela revista *Arguments*⁶⁴, assim como dos críticos do estalinismo e da burocracia russa publicados por Rene Lefebvre

⁶² Proposta do grupo COBRA (Copenhague, Bruxelas, Amsterdã) composto por Asger Jorn (1914-1973) da Dinamarca, pelo belga Christian Dotremont (1922-1979) e pelo holandês Constant Nieuwenhuys (1920-2005).

⁶³ Uma feminização das palavras *brotherhood*, fraternidade, e da his(de)lória.

⁶⁴ Fundada em 1956, por Henri Lefebvre, Edgar Morin (1921), Jean Duvignaud (1921-2007), Roland Barthes (1915-1980) e Colette Audry (1906-1990).

(1902-1988) nos *Cahiers Spartacus* e em *Socialisme ou Barbarie*, boletins produzidos por Cornelius Castoriadis (1911-1997) e por Claude Lefort (1924). (CHOLLET, 2004, p. 40). O principal debate nesses discursos é sobre o velho sonho trazido pelos “conselhos operários” que surgiram como proposta de autogestão antitotalitária no levante húngaro de 1956. (FEIXA, 2006) e reivindicaram a gestão das empresas *por e para* os operários e não pelo partido/estado comunista. Espalhados por todo o país, foram esmagados pelo exército vermelho enviado por Kruschév. As greves prosseguiram por dois anos. O caso húngaro foi o mais expressivo, embora as lutas pela autogestão tenham acontecido em outros países, como a Bolívia, em 1953, e a Alemanha, na década de 1940.⁶⁵

A questão da *autogestão* passa a ser emblemática no pensamento crítico ao regime soviético e marca o imaginário dos novos movimentos. Em doze anos e meio de existência, a Internacional Situacionista teve setenta participantes de dezesseis nacionalidades diferentes. Apesar desse número reduzido de componentes, foi capaz de ter marcada influência na produção dos discursos que vão inflamar o meio universitário, na década de 1960.

Do outro lado do oceano, a geração *beat surge*, nos anos 1950. John Clellon Jones apresentou-a à sociedade, em artigo publicado no New York Times Magazine, em 1952, nos seguintes termos:

As origens da palavra *beat* são obscuras, mas o significado é muito claro para a maioria dos americanos. Mais do que mero cansaço tedioso, implica a sensação de ter sido usado, de ser matéria prima. Envolve uma espécie de nudez da mente e, até da alma; uma sensação de estar reduzido ao âmago da consciência. Resumindo, significa ser empurrado sem mais contra o muro de si mesmo. Um homem é *beat* toda vez que ele joga na base do tudo ou nada todos os seus recursos em um só número; e a jovem geração tem feito isso continuamente desde muito cedo. Seus membros têm uma individualidade instintiva, não precisando de vida boêmia ou excentricidade imposta para expressá-la. Crescida durante as más circunstâncias coletivas de uma pavorosa depressão, desmamada durante o desarraigar da guerra mundial, eles desconfiam da coletividade. Mas nunca foram capazes de deixar o mundo de fora de seus sonhos. Seu desejo próprio de liberdade e a habilidade de viver num ritmo que mata (para o qual a guerra ajustou-os) levou a mercados clandestinos, *bebop*, narcóticos, promiscuidade sexual, ‘hucksterism’⁶⁶ e Jean-Paul-Sartre. A falta de valores pessoais e

⁶⁵ A história dos movimentos pela autogestão está disponível em: <<http://www.alternativelibertaire.org/spip.php?article676%3E%20>>. Acesso em: 2 ago. 2007.

⁶⁶ Não existe palavra equivalente em português: significa uso de métodos agressivos, espalhafatosos e/ou desonestos para vender ou promover um produto, uma idéia ou programa (de rádio).

sociais para eles, é, não a revelação que balança o solo sob seus pés, mas um problema que pede uma solução no dia-a-dia. *Como viver parece a eles muito mais crucial que por quê.* (HOLMES, [1952] 2008).⁶⁷

O livro ícone da *beat generation* é *On the Road (Pé na Estrada)*, de Jack Kerouac (1957), um relato das experiências vividas percorrendo o país, de carona, pela imensidão dos campos, zanzando pelas cidades, conversando com todo tipo de gente, juntando-se a bandos de amigos que também vagavam, fumavam maconha, bebiam muito, aceleravam-se com benzedrina e nos automóveis; tudo isso em uma linguagem espontânea, cheia de vogais, como o dialeto franco-canadense que Kerouac falava como língua materna, numa tentativa de escrever como se toca jazz⁶⁸.

Essa avidez pela vida, pela pulsação da liberdade fora da família, da escola, do emprego foi a imagem que seduziu as gerações seguintes, dos *beatniks* aos *punks*. A postura mística, buscando no budismo outros caminhos que ampliassem as reduzidas perspectivas da sociedade industrial de consumo de massa que se desenvolvia, adotada largamente pelos *hippies*, também foi influência de Kerouac e companheiros. No cinema, James Dean (1931-1965), no filme “*Rebel without a cause*” (1955), traduzido no Brasil por “Juventude transviada”, foi a versão hollywoodiana dessa geração. O ator levaria ao extremo o culto ao carro como extensão do corpo e a velocidade como o limite fluido entre a vida e a morte.

Entre os grupos *beat* e os situacionistas havia conexões concretas, em encontros pessoais e em espetáculos de leitura conjunta de poesia, como o *International Poetry Incarnation*, organizado no Royal Albert Hall, de Londres, em 11 de junho de 1965, quando Alexander Trocchi (1925-1984), William Burroughs, Allen Ginsberg, Lawrence Ferlinguetti (1919) e Gregory Corso leram suas obras. O evento foi considerado o momento inaugural da contracultura de massa dos anos 1960. (CHOLLLET, 2004, p. 49).

Além das idéias de auto-gestão, da recriação da vida cotidiana, da integração da arte e da política, processos revolucionários tiveram enorme influência no imaginário da época: a revolução em Cuba, as guerras de libertação das colônias

⁶⁷ Publicado em The New York Times Magazine, November 16, 1952. Disponível em: <<http://www.litkicks.com/Texts/ThisIsBeatGen.html>>. Acesso em: 2 ago. 2007.

⁶⁸ Pode-se ouvir Kerouac lendo um trecho de sua obra ao som do jazz em: <<http://br.youtube.com/watch?v=jBILjdzkqzU>>. Acesso em: 9 maio 2007.

africanas e a Revolução Cultural na China, esta última, por envolver a juventude do país. Mao Tsé Tung conclamou a juventude chinesa para desafiar a hierarquia e as autoridades na família, nas escolas e nas fábricas. Os excessos e, mesmo, os horrores do processo só foram conhecidos tardiamente. Para a jovem esquerda da França, e também entre nós, o maoísmo teve um peso marcante, como foi o caso da Ação Popular Marxista Leninista. (KUPERMAN, 2003)⁶⁹.

4.3 AS IDÉIAS NOS MUROS, DISCURSOS NAS RUAS

Na França, na cidade de Strasbourg, uma publicação com forte colorido situacionista, traduzida em oito línguas, e que atingiu, em várias tiragens, 300 mil exemplares, começa o prelúdio do que seria o Maio de 68, a enorme revolta estudantil que deflagrou uma greve que paralisou a França e transformou muito da cultura, a partir de então.

O panfleto, de longo título, “*De la misère en milieu étudiant considérée sous ses aspects économique, politique, psychologique, sexuel et notamment intellectuel et de quelques moyens pour y remédier*” – “Da miséria no meio estudantil considerada sob seus aspectos econômico, político, psicológico, sexual e notadamente intelectual e alguns meios para remediá-la” –, cujo principal autor foi Moustapha Khayati, um tunisiano, começava por constatar, de maneira provocadora, que o estudante, “depois do policial e do padre, é o ser mais universalmente desprezado” (KHAYATI, 1966) e fazia uma análise demolidora da esquerda dos *Temps Modernes*, assim como do burocrático Partido Comunista Francês, por serem incapazes de ter uma crítica da totalidade da sociedade e não assumirem, radicalmente, seu caráter *mercantil e espetacular*.

O mal-estar na sociedade de abundância é expresso por Kayathi (1966), analisando a passividade imposta aos (e vivida pelos) estudantes, no processo de formação acadêmica, vista como uma mera passagem para o futuro de integrantes dos quadros operacionais da sociedade burguesa. O panfleto ataca o conservadorismo estudantil nas relações erótico-sexuais (numa crítica feminista, de

⁶⁹ Uma análise de Sartre sobre os “maos” franceses pode ser encontrada em: <http://www.sartre.ch/sartre_parle_des_maos.htm>. Acesso em: 6 fev. 2007.

inspiração reichiana⁷⁰) ao reproduzir nestas as relações de classe. Denuncia sua passividade, também, no papel de consumidores da mercadoria cultural.⁷¹

Na peneira fina de seu radicalismo, não passam as atuações dos *Blousons Noirs* (grupos que se colocavam à margem, vivendo em bandos e pequenas comunidades) nem dos inventivos *Provos*, os provocadores holandeses que, na década de 1950, fizeram os primeiros *happenings* – uma forma de manifestação adotada pelos estudantes e pelas feministas, nos anos 1970.⁷² No entanto, apóia com entusiasmo as posições dos colegas que se rebelaram, nos EUA, recusando o sistema de formação acadêmica de um conhecimento a serviço do modo de produção de mercadorias⁷³.

É curioso notar que o estopim do maio de 68 foi a “invasão” do alojamento feminino feita pelos rapazes. De certa forma, o poder reagiu pontualmente à revolução sexual que pairava no ar. (DUTEUIL, 1988; FERRE, 1988).

Os ventos de 68 haviam começado a soprar, nos Estados Unidos, no começo da década. Em 1960, é formada a organização *Students for a Democratic Society* – Estudantes para uma sociedade democrática (SDS) inspirada na luta dos negros pelos Direitos Civis. A plataforma inclui a luta pela democracia participativa, pela paz e justiça econômico-social e a resistência à guerra do Vietnã⁷⁴.

Em 1962, a SDS lança a Declaração de Port Huron:

Somos pessoas dessa geração, criadas em condições no mínimo modestas de conforto, alojadas agora em universidades, olhando desconfortavelmente para o mundo que herdamos [...] Uma nova esquerda deve transformar a complexidade moderna em questões que possam ser entendidas e sentidas como próximas por todo ser humano. Deve dar forma aos sentimentos de desamparo e indiferença, de maneira que as pessoas possam ver as fontes

⁷⁰ William Reich (1897-1957), citado no *De la Misère...*, autor de *A Função do Orgasmo*, publicado em 1942, e de *A Psicologia de Massa do Fascismo* (1933) teve forte influência nas discussões sobre sexualidade, nos meios universitários.

⁷¹ Segundo o depoimento de Duteuil (1988), as mulheres eram a maioria nas reuniões dos anarquistas. A presença do discurso feminista já se detecta no panfleto de Kayathi.

⁷² Para a história desses grupos ver em: <http://www.marijuanalibrary.org/HT_provos_0190.html>. Acesso em: 2 maio 2007.

⁷³ A edição do *De la Misère...* foi um ato de tomada de poder dos situacionistas. Eleitos para a representação estudantil, usaram as verbas disponíveis para reproduzir o panfleto, o que causou uma forte reação dos professores no poder administrativo da universidade. Ver em: <http://www.geocities.com/jneves_2000/miseriaestudantil.htm>. Acesso em: 2 maio 2007.

⁷⁴ Na época, o governo dos EUA não fazia uso de exército mercenário. O recrutamento obrigatório, com a escalada da guerra, passou a atingir também os jovens de classe média, universitários.

políticas, sociais e econômicas de seus problemas e possam se organizar para mudar a sociedade. (STUDENTS..., 1962).⁷⁵

Era um passo claro no sentido de afirmar uma identidade de “geração” que se propunha à atuação como sujeito político, reivindicando um lugar no processo histórico de transformação da sociedade, apesar de sua posição de membros da classe média. Expressavam assim essa posição: “Em tempos de suposta prosperidade, de complacência moral e de manipulação política, uma nova esquerda não pode depender só de estômagos famintos como a força propulsora da reforma social” (STUDENTS..., 1962).

O perigo atômico, a mobilização pela luta dos negros, as lutas anti-colonialistas deram uma perspectiva mais ampla e internacionalista à juventude estadunidense:

[...] a Guerra Fria, simbolizada pela presença da Bomba, trouxe o temor de que nós próprios e nossos amigos, e milhões de ‘outros’ abstratos que conhecemos mais diretamente por causa do nosso perigo comum, poderíamos morrer a qualquer hora. (STUDENTS..., 1962).

A Declaração chama a todos para assumirem a responsabilidade de se unir, para resolverem questões que não se podia mais ignorar. O documento identificava o caráter disperso, inarticulado, mas amplo e diverso, do movimento pela paz que emergira nos anos antecedentes, propondo a aliança de estudantes, trabalhadores, sindicalistas com os demais setores da sociedade para a construção de uma ponte para o poder. Além disso, reclamava a inserção, nos currículos universitários, do estudo de temas cruciais, dentre os quais a questão da guerra e a paz era um exemplo. Afirmava, também, a necessidade de participação dos alunos na administração das faculdades. A perspectiva de mudança de valores é assim resumida: “Finalmente, substituiríamos poder e a singularidade pessoal baseada na posse, no privilégio ou circunstância pelo poder e singularidade baseada no amor, reflexividade, razão e criatividade”⁷⁶. (STUDENTS..., 1962).

Os vários movimentos encontravam formas de articulação em encontros e demonstrações conjuntas. A justiça e a igualdade social, tão proclamadas, não

⁷⁵ Disponível em: <<http://www.sds.revolt.org/documents.htm>>. Acesso em: 22 maio 2008.

⁷⁶ Disponível em: <<http://www.flashpointmag.com/porthuron.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2007.

eram, no entanto, praticadas no interior do próprio movimento. Em um desses encontros, a Conferência Nacional sobre Novas Políticas, que aconteceu em Chicago, em 1967, cinco militantes mulheres, ao verem que a presidência se recusava a passar o microfone para aquelas que solicitavam a palavra, subiram ao palco e exigiram uma explicação. O presidente deu uns tapinhas na cabeça de uma delas dizendo: “Calma, menininha, temos coisas mais importantes para falar do que os problemas das mulheres”. A “menininha” chamava-se Shulamith Firestone e, como relata Jo Freeman (1977, p. 70), não se acalmou.

4.4 ORIGENS DO MOVIMENTO FEMINISTA DA SEGUNDA ONDA NOS EUA

Em 1920, fora fundada a *Women’s Bureau*, uma agência para garantir os direitos das mulheres trabalhadoras no Departamento de Trabalho do governo dos EUA⁷⁷. Depois de uma trajetória de altos e baixos, o Presidente Kennedy, em 1961, indicou como diretora Esther Peterson, com quem o Bureau retomaria uma atuação vigorosa.

Desde a obtenção do voto, fruto das lutas das feministas da Primeira Onda, os diversos segmentos remanescentes tinham, como objetivo, conseguir a aprovação da emenda à Constituição que instituía os direitos iguais para mulheres e homens, a *Equal Rights Amendment* (ERA). Esta questão tinha, no governo, uma forte oposição. Peterson utilizou uma série de manobras para fazer desaparecer a emenda para a igualdade, substituindo-a por uma emenda por salários iguais, o *Equal Pay Act*, conseguida em 1963. A estratégia para conseguir a ERA foi criar uma comissão que proporia ações de discriminação positiva para torná-la desnecessária. (FREEMAN, 1995).

A Comissão acabou fazendo um relatório que pedia urgência para uma “clarificação judicial” dos direitos legais das mulheres, com uma longa lista de outros objetivos. A proposta para a declaração de igualdade a ser conseguida via uma emenda constitucional, não saiu, apesar do relatório da Comissão documentar, amplamente, a condição de “segunda classe” das mulheres.

O relatório, cujo título era *American Women*, ainda segundo Freeman (1995), tornou-se uma espécie de *best-seller* da imprensa oficial. Em seguida,

⁷⁷ Disponível em: <http://www.dol.gov/wb/info_about_wb/interwb.htm>. Acesso em: 12 ago. 2007.

formaram-se comissões consultivas em cinquenta estados. Essas comissões estaduais acabaram por se tornar as bases do movimento que eclodiu com força na segunda metade da década de 1960. Nelas, reuniram-se tanto mulheres que já eram ativistas e exploraram a oportunidade de trabalhar as questões feministas como mulheres que, expostas a estas idéias, passaram a se envolver com essa perspectiva. As comissões, pelos estudos e diagnósticos efetuados, evidenciaram a desigualdade em que viviam as mulheres e criaram a expectativa de que algo seria feito.

Dois acontecimentos importantes vieram reforçar a atenção sobre a questão das mulheres: o lançamento, em 1963, do *The Feminine Mystique* (*A Mística Feminina*) de Betty Friedan e a inclusão da palavra “sexo”, em 1964, na Ata de Direitos Civis, proibindo a discriminação nos empregos.

O fato de constar a palavra “sexo” na Ata de Direitos Civis não representava, de fato, uma garantia plena de igualdade. Por isso, durante a Terceira Conferência das Comissões do Status das Mulheres, houve muita mobilização para forçar a Comissão de Oportunidades Iguais no Trabalho (EEOC), formada em 1965, no sentido de fazer passar uma resolução acabando com a discriminação no trabalho.

A polêmica causada pelas reações contrárias fez com que Betty Friedan reunisse algumas mulheres para formar uma organização que agisse pela causa feminina, nos moldes do movimento dos Direitos Civis dos Negros.⁷⁸ Nasceu, assim, em 30 de junho de 1966, a National Organization for Women (NOW), acróstico que, em inglês, forma a palavra “agora”, uma organização que se espalhou pelos EUA e é ainda ativa na atualidade.

O livro de Betty Friedan, *A Mística Feminina*, segundo a escritora e editora feminista australiana Dale Spender (1985), se hoje não parece uma grande alteração, representou, na época, um ponto de partida fora do comum:

No final dos anos 1950, os homens eram as fontes do conhecimento público sobre as mulheres. Eram os homens que formulavam as teorias sobre as mulheres, que faziam pronunciamentos e ditavam conselhos sobre como as mulheres deviam viver suas vidas. Eram principalmente os homens que escreviam sobre mulheres na imprensa acadêmica, e que falavam sobre elas na mídia. Eram homens os encarregados das revistas femininas, as quais Betty Friedan acreditava terem tanta influência na configuração das vidas das mulheres. (SPENDER, 1985, p. 7, tradução nossa).

⁷⁸ Para o histórico detalhado da NOW, acessar: <http://www.now.org/history/the_founding.html>. Acesso em: 9 jun. 2007.

Ao trazer a público as falas das mulheres, colhidas em pesquisas junto a integrantes da classe média, Friedan desmontou o discurso masculino que as apresentava como felizes donas de casa, esposas e mães vivendo uma vida perfeita. Ela encontrou mulheres (um terço das quais não tinha empregos) confinadas no lar, em meio a eletrodomésticos, proles numerosas e maridos que podiam escolher carreiras promissoras. Psicóloga, foi pesquisar “o problema sem nome”: a insatisfação, a ansiedade, uma estranha agitação que cada dona de casa sofria sozinha, acreditando que esse era um problema pessoal. A “feminilidade” proclamada e prescrita pelos homens era o horizonte existencial que se apresentava para aquelas que, aparentemente, tinham tudo a que se podia aspirar:

Todos afirmavam que seu papel era procurar realizar-se como esposa e mãe. A voz da tradição e da sofisticação freudiana diziam que não podia desejar melhor destino do que viver a sua feminilidade. Especialistas ensinavam-lhe a agarrar seu homem e a conservá-lo, a amamentar os filhos e orientá-los no controle de suas necessidades fisiológicas, a resolver problemas de rivalidade e rebeldia adolescente; a comprar uma máquina de lavar pratos, fazer pão, preparar receitas requintadas e construir uma piscina com as próprias mãos; a vestir-se, parecer e agir de modo mais feminino e a tornar seu casamento uma aventura emocionante [...] Ficava sabendo que a mulher verdadeiramente feminina não deseja seguir carreira, obter educação mais aprofundada, lutar por direitos políticos e pela independência e oportunidade que as antigas feministas pleiteavam. (FRIEDAN, 1971, p. 17-18).

Segundo informa em *A Mística Feminina*, os Estados Unidos, na década de 1950, tinham uma taxa de natalidade aproximada à da Índia e as mulheres casavam-se cada vez mais cedo. A exemplo do que ocorrera na França, com o fim da guerra, havia um louvor à maternidade e ao retorno da mulher ao lar (que ela chama de “confortável campo de concentração”). O problema sem nome

[...] não é uma questão de perda de feminilidade, excesso de cultura, ou exigências domésticas. É muito mais importante do que parece à primeira vista. É a solução daqueles novos e velhos problemas que vêm há anos torturando esposas, maridos e filhos, intrigando médicos e educadores. Pode muito bem ser a chave de nosso futuro como nação e como cultura. Não podemos continuar a ignorar essa voz íntima da mulher que diz: ‘Quero algo mais que meu marido, meus filhos e minha casa’. (FRIEDAN, 1971, p. 31).

Ao trazer essa voz íntima da mulher, expressão da experiência vivida, Betty Friedan segue o instrumental teórico de Simone de Beauvoir, e nisso reside a força de seu relato⁷⁹. Como observa Spender (1971), ela fugiu dos cânones acadêmicos, não encarando as mulheres como um grupo distinto dela mesma, mas falou com elas e se identificou com elas:

Tal envolvimento pessoal é característica significativa da pesquisa feminista, e está no centro de qualquer discussão das idéias das mulheres [...] Betty Friedan – e muitas outras feministas que se seguiram – estava não somente avançando as versões de experiência das mulheres (a sua própria incluída); ela estava desafiando indiretamente o direito dos homens de codificar conhecimento acerca das mulheres: se, como homens, eles estavam impedidos de serem participantes da experiência exclusiva das mulheres, com que autoridade construíram conhecimento sobre elas? (SPENDER, 1985. p. 8, tradução nossa).

Além disso, identifica, na questão da não realização plena da mulher o mal-estar da cultura dos Estados Unidos, o que não é pouco dizer.

4.5 INDO – COM RAIVA – ÀS RAÍZES: O FEMINISMO RADICAL

A atuação da NOW, no entanto, apesar de vigorosa, restringiu-se aos limites da perspectiva liberal, ampliando direitos e garantindo melhores condições de trabalho. Mulheres mais jovens, vindas, na sua maioria, dos setores originários da Nova Esquerda, não se encaixavam nessa linha de atuação. Por outro lado, dentro da esquerda, se deram conta de que continuavam, no espaço público, a exercer funções auxiliares, repetindo os papéis domésticos, provendo a infra-estrutura para seus companheiros de lutas, fornecendo o suporte para o protagonismo deles.

As mulheres negras, por sua vez, não recebiam tratamento melhor em suas organizações. A crescente demanda, no interior dos movimentos de esquerda e pelos Direitos Civis, pela inclusão das questões femininas nas agendas políticas foi sistematicamente rejeitada com derrisão, chacotas ou mesmo com agressão física. Stokeley Carmichael, da liderança da organização de estudantes negros *Student Non Violent Coordinating Committee* (SNCC) – Comitê Coordenador

⁷⁹ *O Segundo Sexo* de Beauvoir foi publicado, nos EUA, em 1953 e teve uma tradução, além de reduzida, cheia de imprecisões, por desconhecimento de termos de filosofia por parte do tradutor H.M. Parshley, um biólogo.

Estudantil Não Violento – chegou a declarar que “a única posição para as mulheres no SNCC era de braços” (FREEMAN, 1971).

Uma outra vertente feminista começa então a se formar. A exemplo do que aconteceu entre camponeses chineses e mulheres cubanas, multiplicaram-se grupos de “conscientização”, nos quais as vivências pessoais eram compartilhadas e se integravam em histórias coletivas, denotando assim o caráter político de suas condições. (MITCHELL, 1971). Sem os homens, vozes femininas, antes caladas, podiam se expressar; as mulheres passaram a falar umas com as outras, rompendo o isolamento a que eram confinadas nos espaços privados. Surge então, um vigoroso movimento de afirmação identitária: elas reavaliam suas vidas, os papéis sociais a elas atribuídos, sua representação na cultura, nas ciências e nas religiões.

A importância dos grupos de conscientização, como parte integrante de um novo tipo de atuação política, que vai caracterizar o movimento feminista radical, foi ressaltada por Freeman (1971):

É esse processo de profunda mudança de atitude pessoal que faz do grupo de conversa um instrumento tão poderoso. A necessidade que tem um movimento de desenvolver uma ‘consciência correta’ é conhecida de longa data. Mas usualmente essa consciência não é desenvolvida por meios intrínsecos à estrutura do movimento e não requer uma re-socialização tão profunda do conceito próprio do *self*. Essa experiência é ao mesmo tempo irreversível e contagiosa. Uma vez que se passe por tal ‘re-socialização’, nossa visão de nós mesmas e do mundo nunca é a mesma novamente, havendo ou não uma maior participação no movimento. Mesmo as que ‘caiam fora’ raramente o fazem sem primeiro espalhar as idéias feministas entre suas próprias amigas e colegas. Todas que passam pela ‘conscientização’ virtualmente obrigam-se a procurar outras mulheres com quem partilhar a experiência, e assim começar novos grupos de conversa. (FREEMAN, 1971).⁸⁰

Esses grupos multiplicaram-se rapidamente por diversos países, além dos Estados Unidos; em 1970, Robin Morgan refere-se a grupos de liberação no Canadá, Inglaterra, França, México, Japão, Suécia, Alemanha, Holanda, Finlândia, Tanzânia, Austrália, entre outros e a grupos de mulheres negras e porto-riquenhas, desmentindo a imagem de que se tratava de um movimento exclusivo de mulheres brancas de classe média. (MORGAN, 1970, p. xxvi).

Uma das razões da disseminação do movimento foi o uso eficiente e criativo da mídia, inclusive televisiva. Os grupos de intervenção, que escolheram

⁸⁰ Disponível em: <<http://scriptorium.lib.duke.edu/wlm/womlib/>>. Acesso em: 4 jul. 2007.

essa via como forma básica de educação política, usaram, a exemplo dos *hippies*, a tática dos *happenings*. Uma série de intervenções marcaram o ano de 1968: a primeira grande manifestação, organizada pelas *New York Radical Women*, em Atlantic City, por ocasião da eleição de Miss América – que ficou famosa pelo relato da imprensa da “queima dos sutiãs”, reuniu cerca de 150 mulheres de vários Estados. Uma lata de lixo recebeu os ícones de restrição da liberdade feminina, como sapatos de salto alto, “bobies”, pinças de sobancelhas. Embora nada tenha sido queimado, na verdade, por impedimento da polícia, a imagem que ficou foi essa, que a mídia repete até hoje. No entanto, algumas manifestantes entraram com cartazes no desfile, gritaram protestos e explodiram bombas fétidas, tudo ao vivo pela televisão.

Esse episódio foi seguido por atuações de vários grupos W.I.T.C.H.⁸¹ (acrônimo que forma a palavra bruxa) que se organizaram pelo país; estes, em ações de guerrilha teatral, “enfeitiçavam instituições”, como a *Transit Authority* (responsável pelo trânsito) por causa do aumento das tarifas; a *United Fruit Company*, pelo trabalho escravo no exterior (América Central e do Sul) e por sexismo. No dia seguinte a um “enfeitiçamento” em frente ao Chase Manhattan Bank e ao Morgan Guaranty Trust, em Wall Street, a Bolsa teve uma queda de cinco pontos. (MORGAN, 1970, p. 282).

O “problema que não tinha nome”, que Betty Friedan detectara nas décadas anteriores, não podia mais ser denominado de “insatisfação” das mulheres, de “sensação de inadequação,” relacionado com o que se esperava delas. O sentimento então reiteradamente afirmado era a raiva, sentimento esse que tende a ser mais dirigido que difuso. Assumir e politizar a identidade de bruxas, exemplificava, além da recuperação histórica das mulheres eliminadas quando da sua expulsão do mundo do conhecimento (e do poder), a ruptura com a imagem da mulher dócil, bondosa, submissa e sentimental criada pela mística. A reação masculina de oposição no campo das lutas políticas, quando as mulheres tentavam atuar *enquanto mulheres* evidenciava algo mais nas relações entre os sexos, assim

⁸¹ Os grupos usavam à vontade o acrônimo para diferentes denominações conforme a intervenção: do original Women’s International Terrorist Conspiracy from Hell (Conspiração do Inferno Internacional Terrorista de Mulheres) tornou-se Women’s Infuriated at Taking Care of Hodlums (Mulheres Furiosas por Tomarem Conta de Bandidos), numa manifestação no dia das mães, ou Women Inspired to Commit Herstory (Mulheres Inspiradas para Executar sua História), como foi o caso do livro *Sisterhood is Powerful*. (MORGAN, 1970 p. 538-539).

como acontecia entre grupos étnicos. Esse algo mais era o *caráter político* dessas relações.

Foi o que Kate Millet expressou em artigo que circulou em 1968 e que se tornou o segundo capítulo do seu livro, lançado em 1970, *Sexual politics (Política sexual)*:

As relações entre os sexos podem ser vistas de um ponto de vista político? [...] No passado recente, fomos forçados a reconhecer que a relação entre as raças nos Estados Unidos é, de fato, política – e uma relação em que o controle da coletividade é definida pelo nascimento, ou por outra coletividade também definida pelo nascimento. Grupos que dominam com base no nascimento estão desaparecendo rapidamente no Ocidente e os suprematistas brancos estão fadados a seguir o mesmo caminho que os aristocratas e outras castas superiores extintas. Temos ainda um arranjo antigo e universal para a exploração política de um grupo de nascimento por outro – na área do sexo. Qualquer exame inteligente e objetivo de nosso sistema de política sexual ou estrutura de papel sexual provará que a relação entre os sexos, agora – e através da história – é daquelas que Max Weber chamou de ‘patriarcado’ –ou dominância e subordinação – o controle de um grupo sobre outro pelo direito de nascimento – o homem para dominar e a mulher para ser dominada. (MILLET, 1969, tradução nossa)⁸².

Millet traz, assim, o conceito de patriarcado para designar a relação de dominação exercida por todos os homens e não só pelo Pai, o que desloca o conceito do seu significado original weberiano, como assinala Juliet Mitchell:

‘Patriarcado’ é usado – de maneira levemente solta – para significar não o comando do pai mas, mais geralmente, o de todos os homens. Kate Millet estabelece que ‘patriarcado’ é um modo universal (geográfica e historicamente) de relações de poder e de dominação. (MITCHELL, 1971, tradução nossa).

Posteriormente, o conceito dessa relação de poder foi elaborado, diferentemente, pela teoria de gênero. A entrada das militantes na academia, assim como as conexões das professoras que se identificavam com o feminismo, deu origem aos centros de estudos da mulher os *Women’s Studies*. O entendimento da insuficiência da categoria “mulheres” levou à elaboração do conceito de gênero

⁸² Disponível em: <<http://www.marxists.org/subject/women/authors/mitchell-juliet/womens-estate>>. Acesso em: 3 abr. 2007.

como eixo de investigação e produção de conhecimento, a partir da fala e da experiência das mulheres. (SCOTT, 1991).

Já em 1970, Robin Morgan fez alusão a convenções de mulheres nas principais associações profissionais dos Estados Unidos, como as de sociólogos, antropólogos, lingüistas, historiadores e da *American Association for the Advancement of Science*, a Associação para o Progresso da Ciência. (MORGAN, 1970). Como resultado, uma década depois, já era possível publicar uma avaliação do impacto causado pelo feminismo nas disciplinas acadêmicas, desde as Ciências Humanas até a Biologia. (SPENDER, 1981). A perspectiva de uma epistemologia feminista é assim analisada por Dale Spender, em *Men's Studies Modified: The Impact of Feminism on the Academic Disciplines (Estudos Masculinos Modificados: O Impacto do Feminismo nas Disciplinas Acadêmicas)*:

Começamos a construir conhecimento sobre as mulheres e tal tarefa nos leva diretamente à área da política do conhecimento. Estamos mudando as 'regras', não somente aquelas que se aplicam ao conteúdo mas as que se aplicam à produção. Estamos mudando a sociedade, estabelecendo processos alternativos e conhecimento alternativo. Nesse volume, documentamos a extensão que alcançamos em sermos consideradas nas várias disciplinas, e portanto, a extensão do quanto começamos a alterar as configurações de poder na construção do conhecimento e da sociedade. Que exista hoje uma conceitualização do conhecimento tradicional como estudos masculinos, e que tais estudos estejam sendo modificados, sugere que a primeira década do movimento moderno de mulheres foi produtiva. (SPENDER, 1981, p. 8, tradução nossa).

O impacto do feminismo da Segunda Onda na vida cotidiana, por terem as feministas radicais centrado o foco de seus questionamentos nas relações com os homens, trouxe uma maior agudeza nas propostas situacionistas de revolucionar a vida no presente imediato. Consoante com as idéias de autonomia e autogestão, as radicais criaram centros de saúde geridos por mulheres, editoras, casas de acolhimento para mulheres violentadas, comunidades lésbicas separatistas, sistemas de guarda de crianças, além de uma extensa rede de jornais.

Em um país de culto aos "pais fundadores", que estruturara a sua economia no complexo tecnológico-industrial-militar e que passaria a estender seu domínio no mundo pela enorme potência das armas, em uma cultura encharcada de

mitos hollywoodianos, das várias modalidades de super-homens, atacar o machismo não era enfrentamento fácil nem inocente.

A contrapartida da construção da masculinidade era a mística feminina. Não por acaso, portanto, foi o fato de a demonstração que inaugura a atuação das radicais – o enterro da “mulheridade” (*womanhood*) – ter sido feito em Arlington, o cemitério dos heróis da interminável guerra dos Estados Unidos⁸³. A radicalidade, entendida como ida às raízes do problema da opressão, é assim proposta por Shulamith Firestone:

Tornou-se necessário ir à raiz do problema, mais que nos tornar engajadas na resolução de problemas secundários que nascem dessa condição (de opressão). Assim, em vez de tumultuar o Pentágono enquanto mulheres ou protestar na Convenção Democrática enquanto mulheres, devemos começar a expor e eliminar as causas de nossa opressão enquanto mulheres. Nossa tarefa não é somente melhorar as condições do movimento e nem somente melhorar a condição profissional da mulher trabalhadora. Ambas são reformistas, se pensadas somente como fins em si mesmas; e ignoram o conceito mais amplo de que não se pode conseguir equidade para somente algumas do grupo, enquanto as outras não são livres. A mulher deve aprender que métodos específicos, para mantê-la oprimida, são usados para convencê-la que ela é o tempo todo secundária ao homem e que a vida dela é definida em termos dele. (FIRESTONE, 1968a, tradução nossa)⁸⁴.

A “menininha” Shulamith Firestone que, em vez de se acalmar, como queria o “companheiro”, no episódio da assembléia antes referido, leu Simone de Beauvoir, esteve na formação dos primeiros grupos radicais, como o *Redstockings*⁸⁵, o *New York Radical Women* e o *New York Radical Feminists*, que forjaram os principais *slogans* como “*Sisterhood is powerful*” (A “irmandade” é poderosa) e “*Personal is political*” (O pessoal é político) e escreveu um dos “clássicos” do

⁸³ Assim foi, também, com as feministas francesas, que depositaram flores para a Mulher do Soldado Desconhecido no Arco do Triunfo, em 26 de agosto de 1970, marcando o começo do *Mouvement pour la Libération des Femmes* (Movimento para a Liberação das Mulheres). Entre elas estavam: Christiane Rochefort, Monique Wittig, Christine Delphy, Cathy Bernheim, Anne Zelinsky-Tristan. Ver em: <http://8mars.online.fr/article.php3?id_article=370>. Acesso em: 6 jun. 2007.

⁸⁴ Disponível em: <<http://scriptorium.lib.duke.edu/wlm/notes/>>. Acesso em: 4 jun. 2007.

⁸⁵ Esta palavra recupera *Bluestockings*, termo pejorativo com que se designava mulheres intelectualizadas do século XVIII alterada para “red” (vermelha) em associação com revolução social. Em: <<http://www.redstockings.org/aboutRS.html>>. Acesso em: 3 maio 2006.

feminismo da Segunda Onda, *A Dialética do Sexo: Um Estudo da Revolução Feminista*, publicado em 1970.⁸⁶

A atuação, na prática, sobre a idéia do caráter político das relações entre os sexos e a conseqüente formulação do “pessoal é político” é a principal contribuição teórica do feminismo radical e uma das mais fundamentais para a formulação do conceito de gênero. A filósofa feminista Linda Nicholson explicita a importância dessa contribuição:

Para usar a terminologia da filosofia contemporânea, o *slogan* ‘o pessoal é político’ expressava uma definição estipulante; intencionava uma mudança no entendimento tradicional do termo ‘político’. Algo mais do que um uso de linguagem, entretanto, estava em questão. Descrições da realidade social são portadoras de uma curiosa relação com a realidade a que se referem; em parte, tais descrições ajudam a constituir a realidade. Nesse caso, a crença popular na distinção dos campos da vida pessoal e pública foi um ingrediente importante para manter os campos separados. Questionar essa crença foi, portanto, em certa extensão, questionar a realidade constituída por ele. Resumidamente, ‘o pessoal é político’ expressou uma definição estipulante constitutiva. Foi estipulante no que intentou redefinir o termo ‘político’ e constitutiva enquanto uma nova definição que deve, por sua vez, afetar a realidade sendo definida. O *slogan* foi, portanto, em si, uma declaração política; por sua alocação mesma intentou fazer uma mudança na realidade social. (NICHOLSON, 1986, tradução nossa)⁸⁷.

Ao politizar as relações entre mulheres e homens, as feministas radicais questionaram, conseqüentemente, a instituição onde essas relações se configuram, a família, tomando a si a tarefa de eliminá-la, uma vez constatada que os movimentos de esquerda não levavam essa questão em consideração:

Quando, no curso da dialética progressiva da história se torna necessário para as pessoas oprimidas pela casta, matar a família nuclear que estabiliza o complexo econômico capitalista, imperialista, militarista que, por necessidade e pela sua própria natureza origina

⁸⁶ No mesmo ano, Kate Millet, (também freqüentadora dos grupos de conscientização) lança *A Política Sexual*, Germaine Greer, *A Mulher Eunuco*, Robin Morgan, *Sisterhood is Powerful*, e o Coletivo de Saúde das Mulheres de Boston, um livreto, *Women and Their Bodies*, que gerou o *Our Bodies Ourselves – Nosso Corpo, Nós Mesmas* – uma extensa obra feminista sobre o corpo e seus fenômenos visto e expressado a partir da experiência feminina, entre outras.

O que deve ser dito de 1970, escreve Dale Spender, é que foi um ano muito bom para as mulheres. (1985, p. 19, tradução nossa).

⁸⁷ Disponível em: <<http://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/us/nichols2.htm>>. Acesso em: 3 jun. 2007.

documentos com o viés de orientação masculina, reformista, revisionista, oportunista, aventureira, um respeito decente pelas opiniões de nossas irmãs na luta nos compele a assumir a responsabilidade da vanguarda. (MORGAN, 1970, p. 532, tradução nossa).

Em uma análise elaborada feita com base em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* de Frederick Engels, Kate Millet vai além da visão deste sobre as conseqüências que trariam, para o capitalismo, outras relações entre os sexos, afirmando a necessidade de ultrapassar a visão puramente economicista:

Embora não haja uma razão biológica para que as duas funções centrais da família (socialização e reprodução) precisem ser inseparáveis dela ou aí ter lugar, esforços revolucionários ou utópicos para remover essas funções da família têm sido tão frustrados, tão cercados de dificuldades, que a maioria das experiências até agora envolveram um retorno gradual à tradição. Essa é uma forte evidência de como o patriarcado é uma forma tão básica e do quão penetrantes são seus efeitos sobre os membros da família. É também, talvez, uma advertência que a mudança empreendida sem uma compreensão da instituição socio-política a ser mudada é dificilmente produtiva. E ainda, uma mudança social radical não pode acontecer sem haver um efeito sobre o patriarcado. E não simplesmente porque é uma forma que subordina tão grande porcentagem da população (mulheres e jovens) mas porque serve como cidadela da propriedade e interesses tradicionais. Casamentos são alianças financeiras, e cada lar funciona como uma entidade econômica muito parecida com uma corporação. (MILLET, 1969, tradução nossa)⁸⁸.

4.6 A QUESTÃO DO CONTROLE DA FERTILIDADE

A ampliação do setor dos serviços, ocorrida no após guerra, representou uma maior oferta de trabalho para a mão de obra feminina, em postos que, apesar de oportunizarem renda e a saída do contexto doméstico, reproduziam as funções construídas como “femininas”, pela divisão sexual do trabalho.

Segundo a socióloga inglesa Ann Oakley,

[...] nos Estados Unidos, Inglaterra, Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Itália, Holanda, Noruega e Suécia, as mulheres empregadas estão concentradas nas mesmas cinco ocupações de enfermagem, ensino, trabalho industrial semi ou não qualificado, trabalho doméstico e escritórios. (OAKLEY, 1976, p. 74, tradução nossa).

⁸⁸ Disponível em: <<http://www.marxists.org/subject/women/authors/millett-kate/sexual-politics.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2007.

As tarefas nesses empregos reproduzem os papéis de cuidadoras, educadoras e provedoras de infra-estrutura para o trabalho considerado produtivo – não é a secretária como uma segunda esposa de um executivo?. Além disso, a extensão dos papéis dos serviços domésticos para o espaço público como carreira incluiu, também os serviços sexuais, modificando o caráter do comércio, tradicionalmente codificado, da prostituição.

Em *Poder e Política*, Wright Mills, em artigo escrito em 1952, descreve esse fenômeno:

O sexo participa da vida comercial americana nas firmas e entre as firmas. Dentro delas, provavelmente será mesquinho, insignificante e explosivo diretamente. Há o patrão que usa a empregada sob ameaça – direta ou indireta – de mandá-la embora, de não lhe dar um aumento ou uma promoção. Essas coisas – mais prováveis nos pequenos negócios – estão relacionadas diretamente com mercado de emprego: quando há dificuldade de encontrar empregos e é mais difícil mantê-los, quando os salários estão baixos, então os patrões, os gerentes, os capatazes e diretores têm a melhor oportunidade de exigir serviços eróticos especiais juntamente com a datilografia, a costura e outras atividades. Mas quando, como ocorre agora, os empregos são numerosos, não há tanto dessa exploração dentro das firmas. Entre as empresas, as moças são usadas como peões do grande jogo americano de vendagem. Os serviços eróticos são proporcionados como parte das vantagens e entretenimento que apressam a grande encomenda. (MILLS, 1963, p. 186-187).

O velho estigma da prostituta como mulher excluída da sociedade já não marca essas jovens. Mills se refere a um novo sistema de mulheres elegantes e suas transações com homens respeitáveis. Chama-as moças “da verba de representação”:

Todo esse erotismo público que inunda os veículos de comunicação em massa na América é, ao mesmo tempo, o reflexo e a causa das modificações drásticas de que o valor da castidade da mulher não-casada declinou, e que a respeitabilidade da mulher experiente elevou-se. Essa transformação ocorreu em toda a América. Em toda a América afetou o mercado de casamento: a moça experiente já não é aquela que perdeu as oportunidades de casar-se. Na verdade, com frequência é o contrário. (MILLS, 1963, p. 185-186).

Na visão do sociólogo, a garota da verba de representação tem a expectativa de uma carreira como modelo ou atriz ou quer um casamento com um homem rico ou que possa ajudá-la na vida profissional; quer divertir-se, ter dinheiro

para roupas. Os entraves morais não existem mais, a virgindade deixou de ser uma exigência no mercado nupcial e a possibilidade da contracepção livrou-a de uma gravidez solteira.⁸⁹ “Nenhuma moça inteligente em New York tem qualquer dificuldade de conseguir um método de controlar a gravidez, proporcionado por um médico competente, pela soma de dez dólares” (MILLS, 1963, p. 188).

Interessa, aqui, notar, no horizonte social, a possibilidade do controle da fertilidade, antes da aprovação do uso da pílula anticoncepcional, que só aconteceu, nos Estados Unidos, em 1960, o que relativiza o mito da “liberação sexual” atribuída à contracepção hormonal. Outros métodos estavam disponíveis, como a camisinha, (em 1930, já se produzia 1, 5 milhão de *condoms* por dia, nos Estados Unidos)⁹⁰ e o diafragma, que vinha sendo utilizado, desde a década de 1940⁹¹, associado com geléias espermicidas.

Apesar da ilegalidade em que tinha sido colocada a informação sobre o controle da fertilidade⁹², a ampliação do mercado sexual e a maior liberalidade dos costumes aumentou a demanda pela separação da sexualidade da reprodução. A possibilidade de usar um método altamente eficaz seduziu milhões de mulheres em todo o mundo. Os efeitos colaterais dessa primeira geração de contraceptivos orais, no entanto, não tardaram a aparecer, incluindo mortes. Barbara Seaman, uma jornalista ativa no movimento feminista, escreveu um polêmico livro *The Doctors Case Against the Pill – O Caso dos Médicos Contra a Pílula* – lançado em 1969, com testemunhos de mulheres, que teve grande repercussão, culminando com audiências públicas no Congresso. As companhias foram obrigadas a advertir contra os riscos e possíveis conseqüências. As altas dosagens desses anticoncepcionais só foram reduzidas nos fins dos anos 1980. Os estoques remanescentes foram empurrados para os países do chamado Terceiro Mundo, inclusive o Brasil,

⁸⁹ Esse texto, publicado em 1963, nos Estados Unidos, foi escrito em 1952, com o título de “Conversa Franca sobre Sexo Irregular”. Apesar de franca, a “conversa” ainda denota a herança moralista do autor, que se refere ao sexo como “vício”, o que não o impediu de fazer uma análise valiosa das mudanças nas relações entre os sexos.

⁹⁰ A história do *condom* pode ser encontrada em: <<http://www.avert.org/condoms.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

⁹¹ O Dispositivo Intra Uterino (DIU) inventado em 1909, começou a ser disseminado no começo dos anos 1960. Uma história dos contraceptivos encontra-se em: <<http://www.plannedparenthood.org/news-articles-press/politics-policy-issues/birth-control-access-prevention/bc-history-6547.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

⁹² Em 1873, o *Comstock Act* proibiu a propaganda, a informação e a distribuição de métodos contraceptivos. As feministas que lutaram pelo *Birth Control* (controle dos nascimentos) como direito das mulheres, foram presas repetidas vezes por causa dessa lei. Em 1970, em 40% dos estados, a lei ainda não tinha sido banida, apesar do desuso.

distribuídos pela Sociedade Brasileira de Bem Estar Familiar (BEMFAM)⁹³, fora do âmbito dos serviços de saúde.

Outro fator que contribuiu para incentivar pesquisas e a disseminação de informações e métodos de controle da natalidade foi a emergência de movimentos revolucionários e anti-colonialistas nos países periféricos ao poder, cujas populações jovens e numerosas passaram a ser vistas como ameaça aos interesses imperialistas estadunidense e europeu. (PEDRO, 2003).⁹⁴

A questão do controle da fertilidade e, conseqüentemente, a da maternidade como escolha, mesmo com a chegada da pílula não estava, no entanto, resolvida. O artigo de Lucinda Cisler, uma militante do *Women's Liberation Movement* e também da NOW, publicado em *Sisterhood is Powerful*, com o título “*Unfinished Business: Birth Control and Women's Liberation*” – “Assunto não acabado: O Controle de Natalidade e a Liberação das Mulheres” – exemplifica a visão das feministas, no começo dos anos 1970:

Devido ao fato das mulheres terem úteros e gestar crianças, e devido ao fato de que o controle técnico da função reprodutiva ter sempre sido imperfeito – assim como ainda é hoje – a sociedade definiu a mulher, primariamente, como uma gestadora, isto é, ela existe em relação a homens e crianças, em vez de ser um indivíduo. (CISLER, 1970, p. 245-246).

A pílula, mesmo antes de estabelecidos seus danos colaterais, foi apresentada como o método mais eficaz, o que fez com que muitas jovens descreditassem dos métodos de barreira, de menor interferência no organismo em geral.

Nesse artigo, escrito em 1969, Cisler comenta os “rumores” que circulavam sobre dados relativos a graves reações adversas da pílula, ainda em mãos dos médicos. Discute, também, as falhas dos diversos métodos disponíveis, ressaltando a importância de se entender o aborto como um direito da mulher. Permitido apenas em casos de perigo para a vida da mulher, o aborto era praticado clandestinamente ou em situações negociadas com os médicos, sob alegação de “rubéola”, perigo de suicídio, entre outros subterfúgios, em clínicas que se

⁹³ Ver resumo sobre o filme “The Pill” em: <<http://fhs.mcmaster.ca/women/pill.html>>.

⁹⁴ Para uma extensa análise do significado estratégico do controle de natalidade como instrumento de dominação imperialista e uma visão crítica do papel de Margaret Sanger ver Germaine Greer (1987).

estabeleceriam pelo país. O movimento feminista da Segunda Onda incluiu, desde o começo, a disseminação das informações e o acesso aos contraceptivos e ao aborto, nas reivindicações por políticas públicas. Por outro lado, a tecnologização do controle da fertilidade e o seu controle pelo poder médico colocava uma forte contradição com a perspectiva de autonomia, como parte da liberação feminista. Barbara Ehrenreich e Deirdre English (1973) perguntavam:

[...] quando exigimos do sistema médico ou uma instituição de saúde em particular, o que exatamente queremos? queremos só 'mais serviços' – quando cada um deles está carregado com uma mensagem de opressão? quando esses serviços podem ter pouco a ver com nossas reais necessidades e podem de fato ignorar nossas necessidades reais ou substituí-las por necessidades medicamente manufaturadas? (EHRENREICH; ENGLISH, 1973, p. 84, tradução nossa).

Propondo que se fosse além do quantitativo e se exigisse um novo estilo e uma nova substância da prática médica em relação às mulheres, ressaltavam a importância do movimento de auto-ajuda, que florescia no feminismo como crítica, no confronto com o sistema médico prevalente. As práticas de auto-ajuda incluíam o auto-exame ginecológico, o conhecimento de técnicas de abortamento, de pré-natal, de parto e tratamentos alternativos para doenças comuns.

O *Boston Women's Health Book Collective* (Coletivo de Boston do Livro de Saúde das Mulheres) foi um dos grupos que empreendeu o caminho do conhecimento sobre o corpo a partir das experiências femininas. O livro *Our Bodies, Ourselves* (*Nosso Corpo, Nós Mesmas*) teve uma repercussão internacional, tendo sido traduzido ou adaptado em todos os continentes.⁹⁵

A contracepção, através dos métodos disponíveis, não colocava o controle da reprodução nas mãos das mulheres, observa Cisler:

falando tecnicamente, a melhora constante dos métodos contraceptivos é o que está criando a revolucionária separação da sexualidade da reprodução: 'está criando' porque nenhum método ainda é perfeito e porque o acesso ao controle da fertilidade é ainda guardado por aqueles que sabem que o poder mais efetivo é a posse exclusiva do conhecimento e das habilidades. (CISLER, 1970, p. 255, tradução nossa).

⁹⁵ Para o histórico do grupo e do livro ver em: <<http://www.ourbodiesourselves.org/>>.

A tecnologia em si não modificara, substancialmente, as relações de dominação; novos arranjos, na velha lógica, incorporavam a possibilidade, trazida pela contracepção hormonal oral, da mulher decidir e controlar sua fertilidade:

um artigo recente joga uma luz deprimente na prática da tomada de pílula entre jovens solteiras. Em vez da antiga prática de exigir que sua namorada seja virgem, um certo tipo de rapaz virou-se agora para a pílula como instrumento de controle: uma má garota é aquela que já está tomando a pílula, quando sai com ele, enquanto que uma boa garota espera (ou finge que espera...) que ele sugira que tome e ainda espera que ele compre a pílula para ela. A passividade ainda ganha e a auto-proteção é desvalorizada. (CISLER, 1970, p. 253, tradução nossa).

A pílula em mãos das mulheres significava também, em caso de falha, o mau uso, de responsabilidade dela, portanto.

Por outro lado, as pesquisas bio-médicas aceleraram o desenvolvimento de habilidades e de conhecimento que vão atuar no outro lado da contracepção: as técnicas de concepção em laboratório. Durante a década de 1960, experimentava-se o útero artificial, a determinação do sexo em mamíferos, a fertilização *in vitro* em humanos, as técnicas de congelamento de espermatozóides, a transferência de embriões (em ovelhas), a clonagem (em sapos) e a fusão de embriões, formando quimeras: o primeiro rato mosaico, com quatro genitores, nasceu em 1965. (COREA, 1985, p. 328-329).

Robin Morgan inclui, nas indagações sobre o que fazer em face do turbilhão de mudanças nas instituições sociais vividas por sua geração, as (então) novas tecnologias da reprodução. (MORGAN, 1970):

Bebês de proveta? masturbação? transplantes de úteros? controle de gênero do feto? (*Esta é uma idéia aterrorizante no contexto da sociedade supremacista masculina como a nossa atual – em que todo mundo preferiria filhos homens e filhas mulheres somente para serem futuras gestadoras!*) Partenogênese? Por que? Por que não? (MORGAN, 1970, p. XXXIII-XXXIV, tradução nossa).

Como se verá no capítulo seguinte, é frente ao cruzamento dessas duas vertentes da separação da reprodução da sexualidade, sob o controle de um poder impedido para as mulheres, que Shulamith Firestone apresenta sua análise e suas

visões de uma revolução feminista centrada na apropriação da reprodução pelas mulheres.

Em seguida, analisarei como, separando a maternação da maternidade, Nancy Chodorow faz as ligações entre o psíquico e o social na reprodução da função do cuidado das crianças pelas mulheres.

CAPÍTULO 5

A MATERNIDADE NA SEGUNDA ONDA

5.1 MAIOR QUE A REVOLUÇÃO: SHULAMITH FIRESTONE E A ABOLIÇÃO DA NATUREZA

5.1.1 INTRODUÇÃO

Shulamith Firestone nasceu em Ottawa, no Canadá, em 1945, teve uma formação em escola judaica, a *Yavney de Telshe Yeshiva*, fez estudos universitários na Universidade de Washington e formou-se em Belas Artes no *Chicago Institute of Arts*.⁹⁶ Juntamente com Jo Freeman, fundou o *Westside Group*, que se tornou, posteriormente, o *Chicago Women's Liberation Union*, um dos primeiros grupos feministas dos Estados Unidos, nessa retomada do movimento. Mudou-se para Nova York, em 1967, onde foi uma das organizadoras do *New York Radical Women*. Divergências políticas cindiram o grupo e Firestone e Ellen Willis, em 1969, formam o *Redstockings*. No fim desse ano, nova divisão e surge o *New York Radical Feminists* – Feministas Radicais de New York – onde ficou até o ano seguinte, ano da publicação de *A Dialética do Sexo: Um Manifesto da Revolução Feminista*⁹⁷. Shulie, como era chamada, era conhecida como “intensa e brilhante” e de difícil convivência. (HALBERT, 2004).⁹⁸

⁹⁶ Parte das referências biográficas são as fornecidas pela Wikipedia. Disponível em: <wikipedia.org/wiki/Shulamith_Firestone>. Acesso em: 25 nov. 2006.

⁹⁷ Devido à repetição de referência, passo a registrar A Dialética do Sexo como DS, seguido do número da página.

⁹⁸ Agradeço a Debora Halbert a gentileza de ter enviado o artigo a que faço referência aqui, numa ação que se pode identificar como a prática do cyberfeminismo.

Nesses grupos, as divergências davam origem a dissidências e as dissidências a novos grupos, uma característica marcante dos movimentos de esquerda dos anos 1960 e 1970, e as feministas daí originárias não escaparam dessa dinâmica.

Shulamith Firestone tinha 25 anos quando *A Dialética do Sexo* saiu a público e se tornou uma das principais referências do movimento feminista. Por ironia, comenta Halbert (2004), quando o livro foi publicado, ela havia deixado o movimento por causa dos conflitos pessoais. Antes disso, publicara uma série de artigos, no jornal *Notes from the First Year – Notas do Primeiro Ano* – editado pelas *New York Radical Feminists* onde se esboçam algumas das idéias que desenvolveria no seu livro.⁹⁹

O episódio da manifestação contra a guerra do Vietnã com o enterro da “mulheridade”, referido no capítulo anterior, é relatado por ela em *The Jeanette Rankin Brigade: Woman Power?*¹⁰⁰ – *A Brigada Jeanette Rankin: Poder da Mulher?* – publicado em 1968, em que analisa o momento da tomada de consciência da necessidade de um movimento separado, das mulheres e pelas mulheres, em que elas se apresentassem como tal e não mais como mães e esposas enlutadas.

A confrontação das feministas no interior dos movimentos sociais e a necessidade de ir às raízes é o tema de um outro panfleto, intitulado *Women and the Radical Movement – Mulheres e o Movimento Radical* (1968c). Nesse texto, afirma o sentimento de raiva que algumas mulheres já estavam sentindo, um tema recorrente nas falas desse período.

A raiva é interpretada, em análises da dinâmica do engajamento político, como um forte sentimento frente à negação de justiça. Cabe aos movimentos sociais traduzir esses sentimentos em outros termos que os dos problemas pessoais, redefinindo princípios de reconhecimento institucional das desigualdades, no caso, entre mulheres e homens. Foi o que fizeram as feministas nos anos 1970. (ANDRIOCCI, 2006).

⁹⁹ Os artigos e a capa do jornal podem ser vistos em: <<http://scriptorium.lib.duke.edu/wlm/notes/>>. Acesso em: 3 jul. 2006.

¹⁰⁰ O nome dado a essa “brigada”, que foi a Washington protestar contra a guerra do Vietnã, foi uma homenagem à pacifista e feminista, e primeira mulher a ser eleita para o Congresso e que votou contra a participação dos EUA nas Primeira e Segunda Guerras Mundiais. CWLU. *Herstory project*. Disponível em: <<http://www.cwluherstory.org/classic-feminist-writings/the-jeanette-rankin-brigade-woman-power.html>>. Acesso em: 2 fev. 2008.

Separar-se dos demais movimentos e assumir a identidade “feminista”, na época, significava romper uma imagem construída através das décadas de refluxo de atuação coletiva das mulheres. A descrição dessa imagem é de uma incômoda atualidade:

O que a palavra “feminismo” traz à mente? Uma solteirona com uma cara de granito obcecada pelo voto? Ou uma George Sand com charuto e *bloomers*,¹⁰¹ uma mulher contra a natureza? As probabilidades são, não importa qual imagem que você faça, de uma imagem negativa. Ser chamada de feminista tornou-se um insulto, tanto que uma jovem intelectual, frequentemente radical em outra área, vai negar veementemente que ela é uma feminista; terá vergonha de se identificar, em qualquer hipótese, com o primeiro movimento de mulheres, chamando-o de escapista ou reformista ou desconsiderando-o, mesmo com o pouco que circula sobre ele. Na verdade, as poucas historiadoras do movimento dos direitos das mulheres nos Estados Unidos, se queixam que os registros foram perdidos, danificados ou espalhados devido ao pouco valor a eles atribuído. (FIRESTONE, 1968b, tradução nossa).¹⁰²

Firestone (1968b) analisa, em *The Women's Rights Movement in the US: A New View* (O Movimento Pelos Direitos das Mulheres nos EUA: Uma Nova Visão), o movimento feminista da Primeira Onda, recuperando essa parte da história que, não por acaso, era omitida nas escolas. Segundo ela, as feministas da virada do século XIX e do começo do XX eram radicais, ponto de vista que será retomado em *A Dialética do Sexo*:

O primeiro movimento de mulheres era radical. Lembrem-se que o ataque à Família, à Igreja, e à Lei não era pouca coisa na Era Vitoriana. Poucas pessoas se dão conta de como era um movimento de bases; nem sabem das jornadas tortuosas, feitas por mulheres dedicadas, nas florestas longínquas das fronteiras, no porta a porta das cidades para falar sobre as questões ou para coletar assinaturas para intermináveis petições, que eram motivo de chacota nas assembleias. Naqueles dias, os magros recursos que mantinham o movimento pelos direitos das mulheres não vinham de doações de homens ricos, mas dos tostões e dos centavos das donas de casa e das lavadeiras. (FIRESTONE, 1968b, tradução nossa)¹⁰³.

¹⁰¹ Alusão a um tipo de calças folgadas criadas por Amelia Bloomer (1818-1894), uma feminista que defendia o uso de roupas mais confortáveis para as mulheres. Ver em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Amelia_Bloomer>. Acesso em: 4 jul. 2007.

¹⁰² Disponível em: <<http://scriptorium.lib.duke.edu/wlm/notes/>>. Acesso em: 12 set. 2007.

¹⁰³ Idem.

Nesse texto, ela enfatiza os estreitos laços que as antecessoras estabeleceram com as mulheres trabalhadoras e com o movimento abolicionista, lembrando que essas mulheres se espelharam na situação dos escravos para entender a própria condição. As lições da história mostravam que o esforço de libertação das feministas radicais da Primeira Onda foi subsumido na luta das reformistas pelo voto. Veio depois um longo período de regressão do movimento – “um ridículo de cinqüenta anos”, como ela denomina o período dos anos 1920 até 1970. A radicalização, para Shulamith Firestone representava, então, algo mais que algumas reformas. Na apresentação da proposta desenvolvida em *A Dialética do Sexo*, ela deixa claro que decide dar um passo a mais, afirmando que “as feministas, mesmo quando o ignoram, falam de uma mudança na condição biológica básica”, ou seja, a abolição da função procriativa diferenciada da mulher:

O fato de que uma mudança tão profunda não possa se ajustar em categorias tradicionais de pensamento, por exemplo, o ‘político’, ocorre não porque essas categorias não se usem, mas porque não são suficientemente amplas: um feminismo radical as perpassa. Se houvesse um outro termo mais abrangente que *revolução*, nós o usaríamos. (DS, p. 11, grifo da autora).

5.1.2 *A DIALÉTICA DO SEXO* – SAMPLEANDO MARX, ENGELS, FREUD E SIMONE DE BEAUVOIR

O projeto de Firestone é criar uma análise que represente, para a revolução feminista, o que foi, para a revolução social, o conceito de luta de classes de Marx e Engels. A perspectiva feminista implica em uma ampliação das bases conceituais do materialismo histórico, por ser insuficiente o conceito de classes sociais derivadas da divisão original do trabalho em função da reprodução, estabelecido por Engels em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* ([1884] 1984). Se a teoria do materialismo histórico afirma que a base do sistema de classes é a divisão sexual do trabalho, essa divisão, em razão das funções reprodutivas, dá origem a classes – sexuais –, originadas das condições biológicas básicas.¹⁰⁴

¹⁰⁴ Firestone usa o conceito de “classe” com pouco rigor. Ao analisar a questão da infância, refere-se a classes de idade, para designar situações hierárquicas entre grupos etários.

Engels via a divisão original do trabalho sexual como modelo, matriz das formas de dominação, mas não reconheceu o sistema sexual de classes em si mesmo. Firestone propõe que as análises do materialismo histórico incluam, além da esfera da produção econômica, a esfera da reprodução; entretanto, tem consciência de que não se tratam de fenômenos da mesma ordem, compara essa perspectiva com a da física quântica, que traçou um limite à física newtoniana, sem a invalidar, critica a visão limitada de Marx e Engels, ao reduzirem a explicação do caminho histórico das sociedades às causas econômicas, e a atribuição a estas, da formação da superestrutura – as instituições políticas e jurídicas, as idéias filosóficas, religiosas e outras, em um determinado período histórico –, e argumenta que a opressão das mulheres não pode ser explicada somente pelas razões econômicas.

Considera, por outro lado que a postulação freudiana da realidade como psicosssexual, antes de ser econômica, é a-histórica. Mas afirma que “Freud teve *insights* de valor até maior do que os dos teóricos socialistas, pela construção de um novo materialismo dialético baseado no sexo” (DS, p. 23) mas a sua teoria era igualmente enviesada pelos preconceitos culturais em relação às mulheres. Conseqüentemente, uma terceira vertente teórica deve ser tentada: a feminista, que coloque o sexo no centro de uma visão materialista da história.

Para ela, *O Segundo Sexo* é a análise mais completa e abrangente conseguida, até então, sobre a questão da mulher. Critica, porém, o existencialismo de Beauvoir, a seu ver, um sistema cultural determinado pelo dualismo sexual.¹⁰⁵ Refere-se, particularmente, à postulação de Beauvoir de ser o homem o referencial que faz da mulher o Outro. Para Firestone, a filósofa, “quase que sofisticada demais, culta demais” (DS, p. 17) recorre a categorias *a priori* do pensamento e da existência, como alteridade, transcendência e imanência, nas quais a história passaria a ser moldada. Então,

[...] por que postular como explicação final o conceito básico hegeliano da alteridade e então cuidadosamente documentar as circunstâncias biológicas e históricas que empurram a classe das ‘mulheres’ em tal categoria, sem levar em conta uma possibilidade muito mais simples e provável, ou seja, que o dualismo básico brotava do próprio sexo? (DS, p. 17).

¹⁰⁵ *A Dialética do Sexo*, como já foi referido, é dedicado a Simone de Beauvoir – “que perdurou”.

Referindo-se, ainda, a Simone de Beauvoir ressalta que a diferença sexual em si não leva ao desenvolvimento de um sistema de classes; mas que as funções dessas diferenças, sim, o fazem. Com esse argumento, separa a mãe da fêmea da espécie, conforme ensinou Beauvoir. Para ela, a dominação se dá porque, na família biológica, existe uma distribuição desigual de poder, pelo fato de a mulher e a criança dependerem do homem por muito tempo. Assim, como Beauvoir, Shulamith Firestone coloca, na base da opressão, a desigualdade das funções reprodutivas, a maternidade, englobando gestação, parto e os cuidados com o bebê. A partir daí, pode fazer a sua síntese materialista da história: re-escreve o texto de Engels, em *A Origem...*, colocando, na base da organização social, as diferenças biológicas reprodutivas dos sexos:¹⁰⁶

Toda a história do passado foi a história de luta de classes. Essas classes conflitantes da sociedade são sempre o produto de modos de organização da unidade da família biológica, em função da reprodução da espécie, bem como dos modos de produção e troca de bens e de serviços econômicos. A organização sexual reprodutora da sociedade sempre fornece a base real exclusivamente a partir da qual podemos formular a explicação última de toda a superestrutura das instituições econômicas, jurídicas e demais idéias de um período histórico dado. (DS, p. 22-23).

Firestone não considera, como hipótese, a dependência do homem em relação à mulher, para lhe dar filhos. A mulher como produtora de crianças não é para ela uma possibilidade a ser considerada. “É impossível assimilar muito simplesmente a gestação a um *trabalho* ou a um *serviço* como o serviço militar” afirmara Beauvoir (SS-1, p. 78, grifos da autora)¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Os jovens Marx e Engels, aos 27 e 25 anos, respectivamente, viram, no *ato sexual*, a origem da dominação masculina e de todas as dominações, como se pode ler em *A Ideologia Alemã*. O texto, retomado posteriormente por Engels, quando escreve *A Origem...*, substitui o *ato sexual* por *trabalho* sexual. Na visão dos jovens pensadores, pode-se ler o subtexto da dualidade passiva/ativo, receptiva/penetrante que permeia o imaginário masculino, inclusive toda a concepção de Freud da feminilidade/masculinidade, reduzindo o ato sexual à penetração vaginal. A sexualidade como base para a dominação patriarcal foi, posteriormente, elaborada por Gayle Rubin (1975) e Catherine Mackinnon (1982) e radicalizada por Monique Wittig (1980) com o conceito de heteronormatividade.

¹⁰⁷ Essa afirmação se revelaria errônea. Estima-se que o comércio de aluguel de úteros envolve, por exemplo, atualmente, na Índia, cerca de 500 milhões de dólares anuais, dos quais os maiores beneficiários são os profissionais da medicina e os intermediários responsáveis pelos contratos entre casais estrangeiros e as mulheres indianas de baixa renda. Ver em: <http://www.dailymail.co.uk/pages/live/articles/news/worldnews.html?in_article_id=500601&in_page_id=1811>. Acesso em: 25 jan. 2008.

A herança do pensamento beauvoiriano pontua seu discurso sobre a maternidade como peso e desvantagem, perspectiva central no seu discurso. O que se apresenta como elemento diferenciador da experiência vivida por Beauvoir (e pelas demais predecessoras), no contexto, nos anos 1970, era, para Firestone, a possibilidade da contracepção:

Apesar de sempre ter havido mulheres rebeldes na História, nunca antes tinham existido as condições que possibilitariam às mulheres destruir seus papéis opressivos eficazmente. A capacidade de reprodução das mulheres era uma necessidade urgente para a sociedade – e, mesmo que não o fosse, não se dispunha de meios eficazes de controle de natalidade. (DS, p. 25-26).¹⁰⁸

Defende a tese de o movimento feminista ser, historicamente, uma reação feminina ao desenvolvimento de uma tecnologia capaz de libertar as mulheres da opressão resultante de seus papéis sexuais-reprodutores, outro conceito de inspiração beauvoiriana. Entende esses papéis como a condição biológica ela mesma e o sistema de classes sexuais que se baseia nela e a reforça. Considera que a tecnologia contraceptiva, que já vinha se desenvolvendo desde os anos 1920, poderia ter se realizado culturalmente não fosse a reação de uma contra-revolução ativa (na qual ela inclui a psicanálise), durante esses cinquenta anos, que agiu para frear a libertação das mulheres. Essa contra-revolução (cuja retomada, nos anos 1980, foi denominada de *backlash*), atuou sobretudo nos meios produtores de discursos sobre costumes, como revistas, cinema e a moda. É a essa produção cultural que Betty Friedan se referiu como *A Mística Feminina*.

A partir do fim dos anos 1960, aumenta a escolha dos métodos contraceptivos e, por outro lado, aparecem as técnicas de fecundação extra-corpórea, com as pesquisas de útero artificial, fertilização *in vitro* e clonagem. Essas pesquisas já faziam parte do debate entre as feministas, como referido anteriormente. (MORGAN, 1970). Existia, portanto, um horizonte provável da definitiva separação entre sexualidade e reprodução e, conseqüentemente, a abolição das diferenças das funções procriativas entre os sexos, que eliminasse a

¹⁰⁸ A referência incompleta que Beauvoir faz à existência de meios contraceptivos anteriores aos conhecidos na modernidade talvez tenha originado essa afirmação. Outra possível fonte de imprecisão pode ter sido a leitura da tradução resumida de *O Segundo Sexo* que foi feita nos Estados Unidos.

opressão das mulheres. Esse é o núcleo da proposta política de Shulamith Firestone.

Adiantando-se na defesa da etiqueta de essencialista que lhe seria atribuída por ter admitido a base biológica (e portanto imutável, essencial) da desigualdade de poder entre mulheres e homens (HALBERT, 2004), ela rejeita o domínio da natureza. Mais uma vez, apóia-se em Beauvoir para ressaltar o primado da cultura para a sociedade humana, uma sociedade *anti physis* e histórica, e argumenta que,

admitir que o desequilíbrio sexual do poder está baseado biologicamente, não significa perder a nossa causa. Nós não somos mais animais há muito tempo. E o Reino da Natureza não reina absolutamente... Assim, o “natural” não é necessariamente um valor “humano”. A humanidade começou a superar a natureza. Não podemos mais justificar a conservação do sistema discriminatório de classes sexuais, sob o pretexto de que se originou na natureza. (DS, p. 18).

Por outro lado, para afirmar a inexorabilidade da gravidez e a situação de debilidade e dependência em que esta coloca a mulher e a criança, relativiza o construcionismo social, entendendo que as diferenças biológicas

não podem ser entendidas como sofismas antropológicos [...] Porque, não importa quantas tribos se possam encontrar na Oceania nas quais a conexão do pai com a fertilidade seja desconhecida, não importa quantos matrilineariados, quantos casos de inversão do papel sexual, de homens assumindo afazeres domésticos, ou de dores do parto empáticas, esses fatos provam somente uma coisa: a surpreendente flexibilidade na natureza humana. Mas a natureza humana é adaptável a alguma coisa, i. e, determinada, sim, por suas condições ambientais. E a família biológica que nós descrevemos existiu em todos os lugares através do tempo. (DS, p. 19).

A busca pela origem da dominação masculina tem que ser, afinal, dirigida para as relações sociais, como ela acaba propondo:

[...] o problema se torna político, exigindo mais do que uma análise histórica abrangente, pois nos damos conta de que, apesar do homem ser cada vez mais capaz de libertar-se das condições biológicas, que criaram a tirania dele sobre as mulheres e crianças, ele tem poucas razões para renunciar a essa tirania. (DS, p. 20).

Assim como Beauvoir, não consegue separar, claramente, os fatos da biologia dos arranjos sociais, indo e vindo de um argumento a um outro contraditório. No entanto, é assertiva em reiterar que os dominadores não abrem mão do poder, postulando a necessidade da tomada do controle da reprodução pelas mulheres e a eliminação do sistema de gênero, pela reprodução totalmente artificializada, o que teria por consequência a independência de ambos os sexos quanto à forma do nascimento das crianças¹⁰⁹. Shulamith Firestone segue o roteiro ortodoxo do caminho da revolução proletária:

[...] assim como para assegurar a eliminação das classes econômicas é preciso a revolta da classe baixa (o proletariado) e, numa ditadura temporária, a tomada dos meios de produção, assim também, para assegurar a eliminação das classes sexuais, é preciso a revolução da classe baixa (as mulheres) e a tomada do controle da reprodução: a restituição às mulheres da propriedade de seus próprios corpos, bem como do controle feminino da fertilidade humana, incluindo tanto a nova tecnologia quanto todas as instituições sociais de nutrição e da educação das crianças. (DS, p. 20-21).

A dependência das crianças seria minimizada pelos cuidados em grupos, em vez de casais, e a pouca força física das crianças compensada culturalmente. Quanto à divisão do trabalho, esta seria eliminada pela cibernética, que aboliria o trabalho ele mesmo.¹¹⁰ O entusiasmo revolucionário da geração dos anos 1960 potencializava sua capacidade visionária; mesmo as críticas à real capacidade revolucionária do proletariado e o desencanto com o fracasso dos países de capitalismo de estado em implantar o socialismo, não a afastam do esquema marxista ortodoxo. Sua atitude perante a tecnologia, por outro lado, não é a-crítica. Adverte que o uso das tecnologias, que acredita serem potencialmente libertadoras, poderia, nas mãos “erradas”, resultar em maior opressão para as mulheres¹¹¹:

¹⁰⁹ Ela supõe, é claro, que fossem desenvolvidos úteros artificiais.

¹¹⁰ O tema da cibernética, que aparece para eliminar o trabalho – uma perspectiva claramente exagerada – estava em discussão, desde que Norbert Wiener publicou *Cybernetics or Control and Communication in the Animal and the Machine (A Cibernética ou Controle e Comunicação no Animal e na Máquina)*, em 1948, e *The Human Use of the Human Beings: Cybernetics and Society (O Uso Humano dos Seres Humanos: Cibernética e Sociedade)*, em 1958.

¹¹¹ Efeitos danosos para a saúde, no caso da contracepção oral, já se faziam presentes (alusão aos *Pill Hearings* no Congresso), o que a faz escrever uma nota pedindo desculpas por não os ter levado em conta, um ano antes, quando escrevia *A Dialética do Sexo*. (DS, p. 226).

[...] a ciberneticização, do mesmo modo que o controle da natalidade, pode ser uma faca de dois gumes. Imaginá-la, assim como a reprodução artificial, nas mãos dos poderes atuais é o mesmo que imaginar um pesadelo. (DS, p. 230).

Apesar de estar consciente desse pesadelo, lamenta que mais recursos não sejam dados para as pesquisas no campo da reprodução, mesmo no contexto de seu tempo presente, quando as mulheres estavam longe de ter o controle da tecnologia daí advinda. Ela não considera as tecnologias *em si* desumanizantes, apenas a possibilidade de serem usadas de maneira imprópria. A visão de Firestone do controle da fertilidade insere-se no discurso da “explosão demográfica”, apesar de ter presentes as críticas ao controle imperialista e racista da limitação da natalidade. Esse discurso controlista, em plena atividade, já era, então, associado aos diagnósticos da questão ecológica, graças, em grande parte, à publicação do *Limits to Growth (Limites ao Crescimento)* em 1968, feita pelo Clube de Roma¹¹². Ela aceita os argumentos que alertam quanto ao controle sobre as populações pobres e não brancas mas afirma existir um “problema legítimo de ecologia” (DS, p. 225).

5.1.3 A REJEIÇÃO DA MATERNIDADE NO CORPO

Aparece, no discurso que faz em defesa do potencial libertador das tecnologias reprodutivas, um embate semelhante ao que tem Simone de Beauvoir contra as forças contrárias ao acesso das mulheres à separação da reprodução e da sexualidade. Citando uma pesquisa de opinião publicada na revista *Life*, comenta que a rejeição à aplicação das técnicas de artificialização da reprodução se faria se estas fossem usadas em situações exteriores às normas existentes no casamento, sob a supremacia dos homens. (DS, p. 227). Ela não discute os detalhes práticos da tecnologia, como o uso de hormônios e a experimentação nas mulheres. Os “preconceitos sexuais” e o “atraso cultural” seriam os únicos fatores impeditivos dessa aplicação.

Para defender o projeto de eliminação da causa primeira da submissão das mulheres, repete Beauvoir, enfatizando o incômodo e a deformação da gravidez

¹¹² O Clube de Roma é uma organização composta de pessoas de várias nacionalidades e diferentes segmentos da sociedade civil que se propõe a pensar questões estratégicas da humanidade e a apresentar soluções. Uma das primeiras propostas foi a do limite de crescimento, inclusive o da população mundial. Ver em: <<http://esc.clubofrome.org/brasil/about/index.html>>. Acesso em: 2 maio 2007.

e a dor do parto. Se, na França do pós guerra, predominava o discurso maternalista, nos Estados Unidos dos anos 1960, o movimento *hippie* promovia a volta à natureza. Na onda do “*flower power*” (poder da flor), o parto normal fazia parte do projeto “paz e amor”. As crianças do “faça amor e não a guerra” eram supostas de nascer longe do ambiente frio e agressivo dos hospitais. Indo contra a corrente desse discurso naturalista, mas, ao mesmo tempo, contradizendo o discurso feminista (e o seu próprio) da apropriação, pelas mulheres, dos seus corpos e do processo reprodutivo – o que supunha, necessariamente, rejeitar a medicalização das funções biológicas femininas–, Firestone afirma:

Falando francamente: *a gravidez é uma barbaridade*. Eu não acredito que a gravidez seja vista como feia devido a perversões estritamente culturais... Além disso, o parto *dói*. E isso não é bom... o parto natural é apenas mais uma faceta do reacionário Retorno-à-Natureza hippie-rousseauiano, e tão forçado quanto ele. (DS, p. 228-229, grifos da Autora).

Para discutir a questão da dor do parto, apresenta o seguinte diálogo “paradigmático”:

– É como cagar uma abóbora, disse-me uma pessoa amiga quando perguntei sobre A-grande-experiência-que-você-está-perdendo. – O-que-de-errado-há-em-cagar – Cagar-pode-ser-divertido, diz a Escola-da-Grande-Experiência. *Dói*, diz ela. O-que-há-de-errado-com-uma-dorzinha-contanto-que-ela-não-te-mate? É chato, diz ela. A-dor-pode-ser-interessante-como experiência, diz a Escola. Não é mais um preço alto para pagar por uma experiência interessante? ela diz. – Mas-olhe-você-tem-uma-recompensa, diz a Escola: –um-bebê-todo-seu-para-você-foder-como-quiser. Bem, isso já é alguma coisa, diz ela. Mas como eu posso saber se ele vai ser um homem, como você? (DS, p. 229).¹¹³

Nesse diálogo, é uma fala masculina que faz a minimização da experiência da dor. É trazida em termos de discurso paradigmático da “Escola da Grande Experiência”, ou seja, o discurso que seria o da valorização da maternidade. É, paradoxalmente, uma fala da experiência exclusiva das mulheres, mas sem a fala delas. Tem um paralelo, se assim se pode dizer, inverso, com o uso que faz

¹¹³ Não cabe aqui fazer a psicanálise da representação anal do parto, apesar do forte apelo para tal, suscitado pelo texto. Como Beauvoir, Firestone não considera a construção social (inscrita na Bíblia) da dor do parto.

Beauvoir, dos relatos patologizados (através das citações de Steckel), conforme referido no Capítulo 2. Incapaz de recorrer, tal como a filósofa, à experiência vivida, própria, para afirmar a dor, constrói uma encenação dialógica com o dominador, para desmistificar o discurso do parto sem dor. De um lado, o prazer depreciado, por animalesco, e o sofrimento patologizado; de outro, a experiência pela fala sedutora do Outro opressor, fazendo apelo à aceitação da dor. Em ambas, a negação de um possível gozo, não masoquista, na gestação e no parto.

Mas, diga-se, a seu favor, que ela exemplifica o dilema com que nos confrontamos, afinal, ao imaginar, sem a vivenciar, o que possa ser essa passagem, que recebemos, amaldiçoada, desde a infância, pela “palavra de deus” masculina da maldição bíblica: “parirás em dor teu filho”.

Nas considerações finais de *A Dialética...*, a exemplo de *O Segundo Sexo*, de caráter prescritivo e totalizante, anunciando a “primeira revolução bem sucedida”, ela remete a essa dupla maldição bíblica, a do suor do trabalho e o sofrimento do parto, que seria redimida pela revolta contra a família (e pelo socialismo cibernético que acabaria com as classes sociais). A abolição da inexorável dor viria pela tecnologia que eliminasse a passagem da procriação pelo corpo.

A dialética firestoniana inclui os aspectos psico-sexuais da sociedade humana. A recorrência à Psicanálise se explica por ela permitir a compreensão do interior da mulher e do homem e por mostrar o cenário de conflitos que é a família nuclear burguesa.

Não farei a discussão da leitura de Firestone da teoria de Freud, em particular do complexo de Édipo, uma vez que é apenas um “esboço”, como ela própria reconhece. Registre-se, apenas, que Firestone, mostrando a perspectiva patriarcal das descrições do fundador da psicanálise, sinaliza muitos dos questionamentos que serão feitos, com mais profundidade, por Nancy Chodorow ([1978] 2002).

Mais elaborada e instigante é sua análise do paralelo entre a emergência da Psicanálise (e, posteriormente do freudismo) e o Feminismo. Afirma que o freudismo (que ela considera uma corrente cultural) e o feminismo tiveram origens comuns, ou seja, o questionamento da família da sociedade vitoriana da virada do século XIX para o século XX. O que teria feito emergir ambas as correntes de pensamento foi a importância dada, na época, ao papel da família para a opressão sexista e para a repressão sexual. As idéias feministas agitavam, então, a

sociedade, inclusive a discussão, nos meios cultos, sobre o impacto nos papéis sexuais causados pela possibilidade de reprodução artificial, que aparecera em *O Amante de Lady Chatterley*, de D.H. Lawrence.¹¹⁴ A grande vulgarização, sobretudo nos Estados Unidos, da Psicanálise, deslocando-se da teoria para a aplicação massificada na clínica, e a inundação do vocabulário popular por termos psicanalíticos (mesmo sem que se soubesse exatamente quais suas conotações teóricas), foi importante para enquadrar os conflitos sociais trazidos pelo movimento feminista, na norma patriarcal:

[...] a teoria freudiana, repolida, em decorrência de sua nova função de 'adaptação social' foi usada para exterminar a revolta feminista. Remendando com *band aids* as feridas abertas pela revolução feminista abortada, ela conseguiu apaziguar a enorme inquietação social e a confusão de papéis que se sucederam ao primeiro ataque contra a rígida família patriarcal. É duvidoso que a revolução sexual tivesse permanecido paralisada, a meio-caminho, durante metade de um século, sem a sua ajuda, pois os problemas despertados pela Primeira Onda de feminismo ainda não estão resolvidos hoje. (DS, p. 85-86).

Se Freud fora considerado, assim como as feministas, um escândalo para a época, o freudismo pôde se disseminar, por não ter questionado a ordem estabelecida, ao contrário do que fez o feminismo.

5.1.4 O FIM DA INFÂNCIA

A questão da maternidade não se reduz às mulheres e a suas relações de poder desiguais com os homens. Como tratar da maternidade, sem as crianças? Em entrevista concedida à feminista alemã Alice Schwarzer, Simone de Beauvoir, avaliando quais avanços teóricos teriam sido feitos pelas feministas da Segunda Onda em relação a *O Segundo Sexo*, declarou:

¹¹⁴ A primeira tentativa de fertilização *in vitro* foi feita por um embriologista vienense, em 1870, com óvulos de coelhas. Em 1890, Walter Heape realizou a primeira transferência de embriões em animais. Em 1923, já se sabia da diferença dos cromossomos sexuais. (COREA, 1985). Vale lembrar, também, que o *Frankenstein*, de Mary Shelley, filha da autora de um dos primeiros manifestos feministas na idade moderna, Mary Woolstonecraft, fora lançado em 1818. Mary Shelley tinha dezenove anos quando o escreveu, numa antevisão da fabricação de vida em laboratório. É de se notar que, com o decorrer do tempo, o imaginário foi trabalhado para associar o nome Frankenstein com o monstro, quando na verdade esse é o nome do médico que o fez, a partir de pedaços de cadáveres.

Só a Firestone, que é menos conhecida, contribuiu com alguma coisa nova em seu livro *Dialectic of sex*: associa a libertação das mulheres à das crianças. É justo, porque as mulheres só serão livres quando se libertarem dos filhos e, ao mesmo tempo, estes serão libertados, até certo ponto, dos adultos. (SCHWARZER, 1985, p. 37).

Firestone também relê o trabalho de Phillippe Aries ([1960] 1981) sobre a construção da idéia de infância embutida no processo de formação da família burguesa e observa que esse conceito não se aplicava às meninas: elas não tinham roupas marcadoras de passagem de idade, como os meninos e, sobretudo, não iam à escola, a instituição que estruturou a infância; tampouco tinham acesso a ela os trabalhadores, o que expõe, segundo Firestone, que o sistema de *classe* se aplica, não só aos trabalhadores como também às mulheres. O mesmo sistema de classes hierárquicas passa a subdividir o período da infância, separando cada vez mais as crianças dos outros grupos etários, impossibilitando a troca de experiências e reduzindo, assim, o aprendizado, antes feito em meio aos adultos. Lembrando Engels, Firestone articula as hierarquias familiares com as econômicas: o marido é o burguês, a mulher e as crianças, o proletariado. Mas acha um paralelo maior entre a construção da infância e a da feminilidade: crianças e mulheres foram consideradas assexuadas, inocentes, “puras” o que as confinou, opressivamente, na fragilidade.

A fragilidade, dentro de um referencial simbólico dos diminutivos, das denominações de “bichinhos”, performaticamente aprendida, fica difícil de ser desnaturalizada. Qualquer reação a esses papéis é recebida com violência. O mesmo tratamento é estendido aos grupos minoritários, igualmente “infantilizados”. Aumentada a dependência da criança, ampliou-se a importância da maternidade, para muito além das necessidades fisiológicas do parto e da amamentação. Assim, a opressão das crianças reforça a opressão das mulheres.

Trazendo a análise para a sociedade contemporânea, Firestone chama a atenção para a multiplicação de itens criados, pela indústria, especialmente dirigidos para as crianças, desde as roupas e brinquedos até a literatura e programas de televisão, passando pela indústria farmacêutica. O culto da infância como Idade de Ouro, quando a felicidade é plena, mantém e aprofunda a segregação das crianças e escamoteia a sua opressão. As crianças são reprimidas sexualmente, sofrem a humilhação da dependência econômica, não podem desenvolver sua criatividade; os territórios de experiências lhes são demarcados. Parafraseando Sartre, “exclama”: “a infância é o inferno” (DS, p. 122). E, ainda, propõe que as feministas revolucionárias

eliminam, junto com as condições da “feminilidade”, a infância, mesmo “sabendo bem que muitas mulheres estão enjoadas e cansadas de serem englobadas junto com as crianças” (DS, p. 123).

O projeto firestoniano envolve uma “mudança qualitativa nas relações básicas de produção e de reprodução da humanidade” (DS, p. 231) e, portanto, no sistema de parentesco. A artificialização da reprodução traria o fim do tabu do incesto; em poucas gerações, os adultos voltariam a uma sexualidade como a original, “polimorfamente pervertida”, desaparecendo os tabus da homossexualidade e das relações com as crianças. Na sua visão, a partir da destruição da família, toda a produção e a reprodução da espécie sofreria uma reorganização simultânea. O estado industrial cibernético não só redistribuiria o trabalho, como o eliminaria, assegurando uma renda necessária para todos, inclusive para as crianças: e se instalaria uma sociedade de lazer. Como todo projeto visionário, o firestoniano pretendia resolver, a um só tempo, todos os intrincados problemas não só da sociedade estadunidense, mas de toda a espécie. Juliet Mitchell (1971) em *Women State* (Condição das Mulheres), questionando o caráter dialético das propostas de Firestone, resume a crítica marxista à sua visão simplificadora:

Certamente a ampliação da análise de classe de Marx para incorporar a divisão dos sexos é materialista, mas isso não a faz histórica nem dialética. Na verdade, leva-nos de volta ao tipo de conceito dualístico que precedeu a descoberta do materialismo dialético. Que a revolução eco-tecnológica do futuro vai transcender e harmonizar as dualidades biológicas e culturais – homem/mulher – em nenhuma maneira faz disso um momento dialético. O materialismo dialético coloca uma estrutura complexa (não dualística) na qual todos os elementos estão em contradição uns com os outros. Em certo momento essas contradições podem coalescer, explodir e serem ultrapassadas, mas a nova fusão vai entrar em contradição com alguma coisa mais. A sociedade humana é e sempre será cheia de contradições. Nunca a estrutura complexa tornar-se-á um todo simples como Firestone sugere. (MITCHELL, 1971, tradução nossa).

5.1.5 SHULAMITH FIRESTONE E GÊNERO

O discurso de Shulamith Firestone, calcado na teoria marxista da luta de classes, tenta seguir o construcionismo social defendido por Simone de Beauvoir, mas ela se atém à determinação biológica das diferenças entre os sexos; tenta diferenciar “sexo” das “funções” reprodutivas, tratando-os como fenômenos de

ordens diferentes, mas não separa a maternação da gravidez e do parto. A sua tentativa de desnaturalizar a subordinação das mulheres não vê outro caminho senão o de uma nova configuração social que resolva esse nó górdio imposto pela natureza. Como o nó mitológico, a questão recebe o mesmo tratamento: ao invés de desatá-lo, uma espada o corta.

Nas análises das representações culturais da masculinidade e da feminilidade chega mais perto de uma análise relacional do poder masculino, percorrendo sobre o mundo cultural onde o poder de formação de discursos se exerce. As mulheres, excluídas dos centros de poder da sociedade, têm, na atividade artística, uma possibilidade de expressão. Essa manifestação, no entanto, é, geralmente, feita na solidão e não alcança o patamar de representação no imaginário social. “Foi-lhes negado o uso do espelho cultural” afirma ela. (DS, p. 192). A exclusão das artes plásticas e das letras se repete no campo da ciência.

Ao tentar explicar a dinâmica dessa exclusão, referenda-se na origem biológica da divisão sexual, que teria originado, a exemplo das classes sexuais, um modo masculino tecnológico racional e um modo estético feminino emocional, evoluídos a partir de um “princípio masculino” e de um “princípio feminino”. Uma visão que está longe do que Lia Zanotta Machado chama de a “arbitrariedade de relações entre sexo e gênero” (1998, p. 108). Entretanto, num passo a mais que Beauvoir, na análise das relações que constroem as desigualdades de poder entre mulheres e homens, ela inclui as crianças. Essa é sua contribuição para a construção do conceito de gênero, que vai ser parte da definição de Gayle Rubin ([1975]1983).

5.1.6 A ATUALIDADE DE UM PESADELO

Quando *A Dialética do Sexo* foi publicado, informa Debora Halbert (2004), Shulamith Firestone já havia saído do movimento em que tivera um notável protagonismo. Seu livro foi considerado uma das influentes contribuições para a teoria feminista da Segunda Onda. Quase trinta anos depois, publicou *Airless Space* (Espaço sem Ar – sem tradução em português), em 1998, tratando da vida marginal e das entradas e saídas de instituições psiquiátricas, relatando suas próprias experiências.

Na opinião de Debora Halbert, *A Dialética...*, nas décadas seguintes, foi ignorado como essencialista, biologizante e obsoleto, até que, por pressão de

feministas jovens, preocupadas com a perda da memória da produção feminista na história recente, uma nova edição foi feita em 2000, nos Estados Unidos. Firestone tem sido revisitada e a sua antecedência a posicionamentos como o de Donna Haraway, defendendo a utilização da tecnologia pelas feministas, no seu *Um Manifesto para os Cyborgs* ([1985] 1994), tem recebido crédito. (HALBERT, 2004; PAASONEN, 2002).

Para verificar a atualidade de sua antevisão de que seria um pesadelo a intensificação, sem o controle das mulheres, do uso de tecnologias conceptivas e contraceptivas, no mundo cibernético, basta entrar na internet e procurar por patentes de seres vivos, aluguel de úteros, comércio de óvulos, clonagem, hormônios recombinantes e incestos de proveta. Já a pergunta fechada para “controle da tecnologia pelas mulheres” terá como resposta: “a sua pesquisa – “controle da tecnologia pelas mulheres” – não encontrou nenhum documento” (GOOGLE, 2008).

Shulamith Firestone ainda vive.

5.2 NANCY CHODOROW : NÃO SE NASCE MÃE

5.2.1 INTRODUÇÃO

Os *fatos* da biologia, para Simone de Beauvoir, atrelam a mulher à reprodução, mantendo-a na imanência e na posição de segundo sexo. Admitindo esses fatos biológicos, Shulamith Firestone propôs aboli-los pela tecnologia controlada pelas mulheres. Nancy Chodorow em *The Reproduction of Mothering*¹¹⁵ (1978) separa, da maternidade (gestação e parto), a função dos cuidados com a criança, a *maternação*, que define como o aspecto que fundamenta a organização social do gênero, como a base para a divisão sexual do trabalho. A reprodução da maternação pelas mulheres gera uma psicologia e uma ideologia da dominação masculina, assim como o discurso sobre capacidades e “naturezas” diferentes entre mulheres e homens. Não se nasce mãe..., poderia ter dito ela:

¹¹⁵ Traduzido em português como “Psicanálise da Maternidade”. O tradutor usou o neologismo *maternação* para os cuidados com as crianças. O fato de não haver palavra, em português para esse trabalho, denota a construção social da “maternidade” incluindo a maternação. O Novo Aurélio Século XX registra como “maternagem”, “relação calorosa e amiga com a mãe ou com aquela que a substitui” (FERREIRA, 1999, p. 1.298). Essa definição contempla o cuidado recebido e não o que é dado, mais um exemplo do ocultamento e da exclusão da mulher na linguagem.

Podemos dizer que um homem “maternou” a criança, se ele foi a principal pessoa a cuidar dela, ou se está agindo de maneira a alimentá-la e ampará-la. Mas nunca poderíamos falar de uma mulher “paternar” um filho, mesmo nas raras sociedades, nas quais uma mulher, de alta linhagem, pode tomar uma esposa e ser o pai social dos filhos de sua mulher. Nesse caso nós a chamamos de pai social da criança, e não dizemos que ela paternou seu filho. Ser mãe, portanto, não é só dar à luz um filho – é ser uma pessoa que socializa e cuida. (CHODOROW, [1978] 2002, p. 27-28).¹¹⁶

Essa inscrição na linguagem denota a força, na construção social, com que é associada, à mulher, a função do cuidar da criança, estendendo aos cuidados o fato biológico do gestar e parir. É com esse exemplo que Chodorow introduz o objeto de seu estudo no qual se propõe a entender por quê as mulheres maternam e como a maternação pelas mulheres é reproduzida através das gerações.

Nancy Chodorow, nascida em 1944, em New York, foi professora da Universidade da Califórnia, Berkeley, e tem uma dupla formação em sociologia e psicanálise. É nesses campos do saber que se propõe a articular a análise de “certas amplas e universais assimetrias dos sexos na organização do gênero, em decorrência da maternação das mulheres” (RM, p. 25). Seu estudo teve origem no movimento feminista, em um grupo que discutia o significado das mulheres cuidarem de mulheres, especificamente com participantes de um grupo que discutia as relações mãe-filha. (RM, p. 13).

Numa visão diferente daquelas de Beauvoir e Firestone (às quais não faz menção nominal, na referida obra), separa a maternidade em suas componentes biológicas e sociais e procura uma explicação teórica para o porquê das mulheres serem as principais responsáveis pelos cuidados das crianças, dentro e fora das famílias. Ela parte do pressuposto de que as mulheres, *em geral*, querem maternar, têm prazer nessa função e que, “com todos os conflitos e contradições”, têm tido êxito na maternação. Uma visão positiva pois, da vivência subjetiva da maternação, pressuposto que ela afirma ser uma “verdade inquestionável” (RM, p. 22).

Constata que apesar das exigências biológicas da gravidez e da amamentação terem diminuído, na contemporaneidade, tanto pelo número menor de filhos quanto pelo uso disseminado do aleitamento artificial, a maternação, cada vez mais isolada e exclusiva de uma só mulher, absorve um tempo maior da dona-de-casa.

¹¹⁶ Devido às repetições, passo a citar como RM e, em seguida, o número da página.

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, o papel econômico da mulher, na família, decresceu, aumentando o seu papel emocional e a sua função maternal psicológica, acentuando-se, também, a centralidade desse papel na vida e na definição social das mulheres. Nas sociedades ocidentais da segunda metade do século XX, malgrado as mudanças consideráveis no seu *status* consolidadas no aparato jurídico e em políticas públicas, as mulheres ainda sofrem discriminações e violência; trabalham, podem ser independentes, mas ganham menos que os homens e continuam a matinar, o que revela que alguns modos de organização social das relações entre mulheres e homens persistem.

A psicanalista e socióloga questiona as análises que fizeram, até então, as feministas liberais e radicais, por se revelarem insuficientes, o que demanda outros instrumentos de análise :

o mesmo reconhecimento da persistência da assimetria dos sexos e sua desigualdade, diante das avassaladoras mudanças históricas, tem estimulado as investidas feministas, no sentido de articular teoricamente a natureza sistêmica da organização social do gênero, para ir além das generalizações descritivas sobre sexismo, patriarcado ou supremacia machista, para a análise de como a assimetria e desigualdade dos sexos se constituem, se reproduzem e mudam. (RM, p. 21).

O caráter *sistêmico* da organização social que produz e reproduz a desigualdade entre os sexos, ela toma do conceito elaborado por Gayle Rubin ([1975] 1983), que lhe fornece uma das duas formulações em que vai basear sua análise:

A primeira dessas formulações argumenta em favor da autonomia analítica e significação social da organização do gênero. Gayle Rubin declara que toda sociedade é organizada por um “sistema sexo /gênero” – modos sistemáticos de lidar com sexo, gênero e bebês – bem como por uma organização específica da produção. O sistema sexo-gênero (que eu venho chamando de organização social do gênero) é, assim como o modo de produção dominante de qualquer sociedade, um elemento determinante e constituinte dessa sociedade, construído socialmente, sujeito a mudança e desenvolvimento históricos, e organizado de modo a que possa ser reproduzido sistematicamente. (RM, p. 23).

Chodorow se coloca, portanto, dentro da perspectiva da *organização social do gênero*, acentuando a autonomia analítica do conceito. Ela conhecia os

trabalhos de Robert Stoller¹¹⁷ a quem recorre para discutir a dissociação entre sexo, orientação sexual e gênero, na sua crítica a Freud. Mas, para trabalhar a maternidade, escolheu o conceito de sistema sexo/gênero. Ela não faz a discussão da razão da escolha, mas destaca que o sistema sexo/gênero, que ela prefere chamar de organização social do gênero, inclui sexo, gênero e bebês.

A segunda formulação teórica em que se baseia, diz respeito à maternação das mulheres e foi formulada por Michelle Rosaldo, Sherry Ortner e Chodorow (RM, p. 24). Essa formulação coloca a maternação como o aspecto central definidor da organização social do gênero e tem como consequência a construção e a reprodução da dominação masculina.

Ao colocar a *maternação* e não a *maternidade*, no centro da organização social do gênero, a formulação do conceito de gênero passa a se basear não nas diferenças biológicas entre os sexos, mas na função diferente do cuidado dispensado pelas mulheres. O aspecto central e definidor da organização social do gênero atribuído à maternação, construindo e reproduzindo a dominação masculina, é tido como a base da domesticação das mulheres e o principal elemento definidor do seu lugar na sociedade:

[...] mães e filhos formam o núcleo da organização doméstica; os laços domésticos baseiam-se em relacionamentos exclusivos específicos entre as pessoas, e se presume que sejam naturais e biológicos. Por causa das suas responsabilidades no cuidar das crianças, a posição social das mulheres é principalmente doméstica. (RM, p. 24).

Os homens têm uma posição definida, sobretudo na esfera pública, na qual são feitas as normas para as relações destes com as unidades domésticas e as relações dos homens entre si. A esfera pública é o que se considera que seja “a sociedade” e “a cultura” e onde se exerce o controle político. A sociedade é, assim, definida como masculina. A instituição que confere aos homens o direito e o controle das capacidades sexuais e reprodutivas das mulheres é o casamento. As esferas pública e doméstica estão em relação de caráter hierárquico, a primeira dominando

¹¹⁷ Robert Stoller (1925-1991) foi um psiquiatra que trabalhava com indivíduos cujo sexo biológico era indefinido ou que tinham uma percepção de si mesmos não conforme com o sexo que lhes tinha sido atribuído. Stoller passou a usar, então, gênero para designar a masculinidade e a feminilidade construídas socialmente. O conceito de gênero tem, na sua gênese, essa conotação de separar o sexo biológico do social, nos casos de indefinição biológica física ou de percepção subjetiva. (STOLKE, 2004).

a segunda. Essa separação entre as esferas acentuou-se com o desenvolvimento do capitalismo industrial, resultando em uma forma de família reduzida ao que a funda: a maternação pelas mulheres e o casamento heterossexual, que reproduz e continua a dominação masculina.

Analisando a bibliografia médico-biológica, Chodorow nega que fatores genéticos, hormonais, fisiológicos e evolucionistas possam justificar a maternação pelas mulheres:

Podemos tirar várias conclusões sobre a base biológica da maternação. A evidência do estudo das culturas vincula a mulher aos cuidados primários, por causa das suas funções de gravidez e lactação, e não por causa de uma maternalidade instintual além dessas funções [...] Não há prova para mostrar que hormônios ou cromossomos femininos fazem alguma diferença na maternalidade humana, e há considerável evidência de que mães não biológicas, crianças e homens podem proporcionar cuidados maternos e paternos tão adequadamente quanto as mães biológicas e sentir-se tão maternos quanto elas. (RM, p. 48).

A visão histórica e sociológica oferece um poder explicativo mais complexo e abrangente:

[...] a maternação das mulheres não acontece isoladamente. Ela é um aspecto constituinte fundamental da divisão do trabalho por sexos. Como parte da divisão do trabalho por sexos, ela se encontra de maneira causal e estrutural relacionada a outros arranjos institucionais e a formulações ideológicas que justificam a divisão do trabalho por sexos. A maternação também contribui para a reprodução da desigualdade de sexos através de seus efeitos sobre a personalidade masculina. (RM, p. 52).

Sendo o papel da mulher um produto histórico, a maternação pode, portanto, ser mudada. Se não há causa biológica que explique a maternação pelas mulheres, ela tampouco se deve à educação para a função. Quanto a esse argumento, sem citar nominalmente, questiona teóricas e escritoras feministas que usam o argumento da “educação para a função” que as meninas recebem. Bonecas, as roupas cor de rosa, depois, as revistas femininas, livros, uma série de discursos sobre a feminilidade associada à maternidade fariam com que as meninas se identificassem com as mães e terminassem desejando ter crianças. Chodorow

explica que essa visão implica em supor que a maternação das mulheres é um produto de conformidade comportamental e de intenção individual.

A prática com crianças internadas em instituições, como abrigos e hospitais, mostra que apenas o comportamento, mesmo que correto, de alimentá-las e mantê-las limpas, não é suficiente para mantê-las vivas e desenvolvendo-se. Por outro lado, não é possível o uso de coerção para exercer a maternação, pois ela é uma função de forte base *psicológica*, uma experiência pessoal e psicológica de um *eu* com a criança.

Como avaliação empírica do argumento contra o comportamento aprendido ou forçado, refere-se a investigações sobre a maternação por mulheres negras escravizadas, que foram consideradas boas mães, o que inclusive é lembrado na literatura branca, de maneira afetuosa¹¹⁸.

Diferentemente do que acontecia nas sociedades pré-industriais, a socialização das crianças na contemporaneidade assume um caráter psicológico pois supõe que se as torne aptas para assimilar e organizar internamente, na personalidade, capacidades generalizadas e não apenas para exercer uma função específica.

Para que a função da maternação se reproduza e mantenha um mundo hierarquizado e separado por sexos, a sociedade precisa que as mulheres reproduzam, física e também psicologicamente, no dia-a-dia e entre as gerações, as crianças, as atribuições de gênero e a *si mesmas*. Chodorow observa que as teorias sobre a família tendem a ignorar esse aspecto, quando falam desta como lugar de refúgio emocional. Nas situações das famílias contemporâneas (ela fala, evidentemente, das famílias estadunidenses brancas e de classe média), as mulheres vivem mais isoladas do que em outros contextos históricos e sociais. Ninguém as apóia, enquanto mulheres, no dia a dia, afetiva ou emocionalmente, mesmo as que integram o mercado de trabalho. Os homens, assimetricamente, são reproduzidos psicologicamente, no espaço privado, pelas mulheres, e no espaço público.

Essa explicação é um exemplo de como a utilização do conceito de gênero permite compreender a condição feminina, articulando-a com a construção da masculinidade. Em todo o diálogo crítico com a Psicanálise, essa categoria de análise vai ser usada, mostrando as limitações e o viés androcêntrico de Freud.

¹¹⁸ Essa presença da “mãe preta” ou da babá (não necessariamente negra) carinhosa, como sabemos, ainda é atual na sociedade brasileira.

A análise psicanalítica de Chodorow, da maternação e sua reprodução, é feita apoiando-se na *teoria das relações objetais*.

5.2.2 A PSICANÁLISE FORA DO DIVÃ

Segundo o historiador Eli Zaretsky (2003)¹¹⁹, a teoria das relações objetais expressou, dentro da Psicanálise, uma nova orientação para a vida pessoal. Constituiu uma ética baseada na personalidade relacional, sendo, efetivamente, uma alternativa feminina ao trabalho de Freud – a ética do cuidado em vez da ética da justiça.¹²⁰ Essa nova orientação teve várias influências: o interesse na questão da *maternidade*, que remonta aos anos 1920, quando muitos intelectuais aceitaram as idéias do antropólogo Johan Jakob Bachofen (1815–1887), referentes ao matriarcado como forma primária de organização social; a contribuição das evidências trazidas pelos antropólogos da Universidade de Cambridge, da existência das deusas maternas, evidenciadas nas escavações da civilização Minóico-Micênica na ilha grega de Creta; assim como a compilação de James Frazer (1854-1941) dos mitos da fertilidade, no extenso trabalho em *The Golden Bough* (1922) (*O Ramo Dourado*).

Foi importante, também, o impacto das interpretações de tom matriarcal que Jane Harrison (1815-1928)¹²¹ fez da tragédia grega clássica, bem como os relatos do antropólogo Bronislaw Malinowski (1884-1942) que voltou das ilhas Trobriand, depois da Primeira Guerra, afirmando que não havia encontrado um só mito de origem que desse ao pai um papel na procriação. Esses achados arqueológicos e antropológicos e o estudo da literatura, da mitologia e das religiões fortaleceram a crítica à insistência de Freud na universalidade do complexo de Édipo e da inveja do pênis.

A grande teórica das relações objetais foi Melanie Klein (1882-1960) que, além dessas influências, teve como primeiros contatos, quando deixou a Áustria

¹¹⁹ Signos Filosóficos, enero-junio, n. 009. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/343/34300917.pdf>>. Acesso em: 9 nov 2006, tradução nossa.

¹²⁰ Para os psicanalistas da teoria das relações objetais, a responsabilidade ética era menos uma questão de respeitar normas morais universais (a interdição do incesto, que Freud articulou no complexo de Édipo) que de vincular-se com os demais indivíduos por meio de obrigações concretas.

¹²¹ Jane Harrison (1850-1928): arqueóloga, lingüista, classicista e feminista britânica.

para viver na Inglaterra, o grupo de Bloomsbury¹²², formado por artistas e pensadores que, desafiando os padrões conservadores, faziam arte e experimentavam novos arranjos sexuais, professando a ética das relações e da convivialidade com os amigos, para além da família.

Melanie Klein não tinha nenhum diploma universitário. Analisada por Sandor Ferenczi (1873-1933) e depois por Karl Abraham (1877-1925), estudou com ambos além de ter lido os trabalhos de Freud. Começa a sua prática analisando seu próprio filho, com quem desenvolveu a técnica do jogo, através da qual encontrou o acesso ao inconsciente das crianças.

Outro fator da mudança na orientação da Psicanálise foi a entrada das mulheres nesse campo discursivo. No fim dos anos 1920, muitas analistas, a maioria das quais tratava de crianças, foram admitidas nas sociedades europeias de psicanálise. As mulheres eram 40% da Sociedade Britânica. Melanie Klein, em meados dos anos 1930, deslocando a visão do par pai/filho para a relação mãe/criança, já havia configurado uma interpretação psicanalítica da situação humana muito diferente da proposta por Freud.

Zaretsky resume as principais diferenças:

Tanto para Freud como para Klein o sujeito luta por conseguir certa *bondade*, mas para Freud a luta era kantiana e moral, enquanto que para Klein era concreta e relacional. Para Freud, o superego era um imperativo categórico e despersonalizado; para Klein, se referia aos outros particularizados e concretos. Para Freud, o mundo interno estava dominado por conflitos de autoridade; para Klein, estava dominado pela responsabilidade para com a particularidade dos outros com quem se incorre em obrigações, não em virtude de ser parte do gênero humano, como em Kant, mas porque se está em relações e circunstâncias específicas. (2003, p. 281, tradução nossa).

O centro moral, para Freud, era configurado pelos conflitos derivados da *legalidade* constituinte de nossa humanidade, instaurada pelo tabu do incesto. Melanie Klein via os conflitos como reflexos das frustrações nas necessidades básicas, envolvendo raiva e inveja, que deviam ser reparadas em relações concretas interpessoais motivadas pelo desejo de reparar e retribuir.

¹²² Formado, entre outros, por Virginia Woolf (1882-1941), o escritor e cientista político Leonard Woolf (1880-1969), o escritor E. M. Foster (1879-1970), o economista John Maynard Keynes (1883-1946), a pintora Vanessa Bell (1879-1961), irmã de Virginia, e seu marido, o crítico de arte Clive Bell (1881-1964).

Para Zaretsky, Melanie Klein não propôs uma leitura de uma psicologia feminina, mas uma visão válida para mulheres e homens. Avalia ele que a Psicanálise, a partir de então, sem dúvida se enriqueceu com as contribuições das experiências das mulheres.

As experimentações vanguardistas, dos anos 1920, de reformulação da família e dos papéis de gênero retrocedem, na década seguinte, com a Grande Depressão econômica deflagrada pelo *crash* da bolsa de New York. As mulheres são forçadas a voltar para as tarefas domésticas. Com a subida do fascismo e do nazismo foi assignada para os homens, a luta; para as crianças, a cozinha; e a igreja, para as mulheres.¹²³

Com a Segunda Guerra Mundial, as mulheres voltam ao espaço público em maior número. Particularmente na Inglaterra, o sentimento comunitário é avivado, sobretudo após os bombardeios de Londres, em virtude dos quais 3,5 milhões de crianças são removidas para o campo. As questões da psicologia infantil atingem uma proporção social, os traumas da separação e perda passam a ser assunto de política pública. Nesse contexto, os psicanalistas assumem um papel importante, sobretudo os neo-kleinianos, como Donald Winnicott (1896-1971), que retoma os temas da mãe, da responsabilidade ética e da conexão. Essa retomada retirou da esfera doméstica o *locus* de investimento político renovador para trazer para a esfera pública a dinâmica das relações, exaltando o “espírito grupal” e, ao invés da existência individual, que se poderia contrapor às normas sociais, os neokleinianos colocam-se a serviço da racionalização da sociedade.

O discurso da maternidade domesticadora, aos poucos recupera o seu papel de retirar a liberdade de mulheres e crianças que a situação da guerra havia, de maneira trágica, propiciado. A necessidade da relação mãe-criança e a mãe sentimental passam a ser os temas a serem difundidos pelos conselheiros, através de programas de rádio e de livros de divulgação, como os de Winnicott, na Inglaterra, e os de Benjamin Spock (1903-1998), nos Estados Unidos. O maternalismo com foco na criança passa a ser a prática e o discurso dos especialistas, impregnando inclusive os discursos da esquerda.

Chegara a hora de Simone de Beauvoir dizer a sua fala.

¹²³ Em alemão, as três palavras começam com K: *Kinder*, *Küche* e *Kirche*. Notar a ressonância das iniciais com a *KluKluxKlan*, a organização racista e fascista estadunidense.

5.2.3 A PSICANÁLISE E O GÊNERO

As atribuições de gênero constroem personalidades, aptidões, defesas e necessidades que configuram os papéis sociais de mulheres e homens. A Psicanálise, estudando a estrutura psíquica, os processos mentais e os afetos, faz a ponte necessária para compreender as articulações entre a instituição “família” e o seu papel de reprodução da sociedade.

Ao criticar as teorias psicanalíticas, nos anos da década de 1970, Chodorow centra sua análise nas construções da feminilidade e da masculinidade. Esse enfoque traz a atenção, dada prioritariamente à criança, nas abordagens anteriores, para as relações de gênero. Seu principal aporte foi o de demonstrar a existência e o modo como operam os processos mentais inconscientes, suas relações com o comportamento das pessoas, sem que elas tenham acesso a eles.

Não cabe, aqui, discorrer sobre a complexidade das conceituações da dinâmica das instâncias psíquicas e do processo de desenvolvimento infantil, segundo as diversas escolas, os diálogos com a teoria freudiana e a kleiniana e seus questionamentos, apresentados por Chodorow. É necessário, no entanto, destacar os conceitos principais com que ela trabalha e com os quais formula sua teoria da reprodução da maternação pelas mulheres.

Chodorow concorda com Gayle Rubin (1975), ao entender que o viés androcêntrico de Freud não invalida a sua teoria, pelo fato de ser uma análise que oferece a visão da reprodução do sexo e do gênero tal como se dá na sociedade. Segundo Chodorow, Freud e seus seguidores,

demonstraram como a repressão sexual da família produz o bebê, potencialmente bissexual, perverso polimorfo, como adulto genitalmente heterossexual monogâmico, com meninos adquirindo suas prerrogativas masculinas e as meninas consentindo em sua subordinação e passividade femininas. (RM, p. 62-62).

Além do mais, demonstraram como as neuroses são relacionadas com esse processo “normal”. Segundo a Psicanálise, uma criança introjeta, ou toma como *objeto interno*, uma imagem materna que alimenta e protege e que é vivida ininterruptamente, independentemente da mãe estar ou não ali, ou vivencia a rejeição e o abandono, mesmo com a presença materna, porque internalizou um objeto negativo.

Na descrição do desenvolvimento infantil, Freud coloca a agência libidinal como instintiva, na criança: meninas e meninos dirigem sua energia pulsional para a mãe, depois fantasiam a castração (no caso dos meninos) ou constatam-na (as meninas), dirigem seu amor para o pai ou se identificam com ele, desprezam a mãe por não ter pênis (os meninos) e as meninas hostilizam-na por não terem dado a elas um pênis. Ambos fantasiam seduções dos adultos¹²⁴.

A interpretação da teoria das relações objetais de Nancy Chodorow afasta-se de Freud e seguidores (inclusive de Melanie Klein), discordando do caráter instintivo dos impulsos na formação e expressão da sexualidade e, portanto, privilegia as relações com as pessoas, relações essas impregnadas pela cultura. Para ela, a construção de gênero é introjetada pela criança, mas é construída pela cultura:

Freud explica o aparecimento do desprezo dos meninos pelas mães como resultante de sua percepção das diferenças genitais, sobretudo a 'castração' da mãe. Ele não considera essa percepção como mediada pela experiência social, e dispensa explicação. Como muitos comentaristas assinalaram, não ocorreu a Freud que essa valoração diferencial e o decorrente menosprezo não estavam na ordem natural das coisas. (RM, p. 218).

Essa corrente psicanalítica desloca os fatores que estruturam a personalidade do âmbito dos instintos e das regiões erógenas para as interações sociais, que vão afetar, diferentemente, as crianças, nas vivências com essas zonas corporais, durante o seu desenvolvimento. Os estímulos culturais, ao serem internalizados, são mediatizados por fantasias, deslocamentos e defesas, entre outros mecanismos psicológicos, proporcionando a variabilidade das personalidades, dentro de limites.

Para Chodorow, especialmente, e é essa a sua contribuição, a análise das experiências diferenciais entre meninos e meninas é fundamental para explicar a constituição dos papéis de gênero. A criança vivencia conflitos e ambivalências, organiza-os ativamente, canaliza a libido e a agressão, de modos padronizados, mas em função das experiências relacionais com as pessoas que lhes prestam cuidados. Todo o sistema psíquico é envolvido nesses processos; portanto, as

¹²⁴ O que não quer dizer que muitas vezes as seduções não ocorram na realidade. Os casos de abuso sexual doméstico que vêm à luz, atualmente, permitem, inclusive, um questionamento do sentido do dispositivo do tabu do incesto instituído pelos homens.

camadas mais profundas, não apenas as conscientes, organizam-se *em relação*. Assim, a sociedade se constitui psicologicamente, não apenas no superego, a instância da censura e da observação do ego, como Freud postulava.

Os elementos da estrutura social, ou seja, a organização de gênero, transmitidos pelos cuidados com as crianças, são adquiridos segundo os aspectos familiares, tornando-se inconscientes e vindo a influir na vida afetiva e relacional da pessoa ao longo de sua existência. Essa *internalização* é sempre mediada pelas fantasias, defesas e transformações, a depender da qualidade do afeto no relacionamento e do estágio de maturação da criança.

As primeiras internalizações são pré-verbais, sua vivência é feita, portanto, de maneira grandemente somática. Se as crianças são maternadas pelas mulheres, o primeiro *objeto* internalizado é a mãe (ou outra mulher), que dispensa os cuidados dos quais a criança é vitalmente dependente.

A passagem para a individuação, na fase edípica forma as identidades de gênero diferenciadas e com diferentes conflitos:

Como todas as crianças se identificam primeiro com a mãe, o gênero de uma menina e os processos de identificação da função do gênero são contínuos com as suas mais primitivas identificações. Os do menino, não. A identificação edípica da menina com sua mãe, por exemplo, é contínua com a sua mais primitiva identificação primária [...] Já a crise edípica do menino deve capacitá-lo a transitar a favor de uma identificação com o pai. Ele abandona, além do seu apego edípico e pré-edípico à sua mãe, a sua identificação primária com ela. (RM, p. 218-219).

Isso vale para o aprendizado da função de gênero. A formação da masculinidade é feita pela negação, pelo sentimento de separação dos outros. Os meninos negam e reprimem, portanto, relação e conexão, no seu processo de desenvolvimento. As meninas são menos estimuladas a se separarem de sua identificação primária (fusional) com as mães, resultando em um senso do eu mais conectado, contínuo com os outros, o que conserva capacidades para a empatia. Nos meninos, essas qualidades foram diminuídas, porque eles foram primitivamente tratados como opostos, por sua mãe. A base relacional para a maternação é ampliada nas mulheres e inibida nos homens, que se sentem como mais separados e distintos dos outros, e assim se reproduz, geracionalmente, a maternação exclusiva pelas mulheres. A internalização tão profunda de relações primárias, num período pré-verbal é o que, nas análises biologicistas, acaba sendo confundida com

o “instinto materno” ou pulsões naturais pela maternação, que justificariam, por sua suposta natureza, a maternação exclusiva das mulheres. Chodorow não faz a apologia do cuidado materno, ao contrário, questiona o excesso de mãe:

[...] a excessiva presença da mãe resulta da relativa ausência do pai e cuidado quase que exclusivamente materno prestado por uma mulher isolada num lar nuclear. Cria, nos homens, despreço e pavor pelas mulheres, e sua busca de mulheres não ameaçadoras, não exigentes, dependentes, até mesmo infantis – mulheres que sejam ‘simples, e pois, seguras e acolhedoras’. Por esses mesmos processos, os homens vêm a rejeitar, desvalorizar, e até mesmo ridicularizar as mulheres e coisas femininas. (RM, p. 231).

Os mecanismos que reproduzem a maternação pelas mulheres fazem também a reprodução das relações de gênero:

A maternação das mulheres produz um complexo psicológico e ideológico nos homens referente à valorização secundária e à desigualdade sexual das mulheres. Como as mulheres são responsáveis pelos primeiros cuidados infantis e também pela maior parte da socialização delas mais tarde, como os pais estão mais ausentes do lar, e como as atividades dos homens em geral os afastaram da casa enquanto as mulheres permaneceram nela, os meninos têm dificuldade em atingir uma estável identificação do papel do gênero masculino. Os meninos fantasiam e idealizam o papel masculino e seus pais, e a sociedade define esse papel como desejável. (RM, p. 231).

A fantasia dos meninos é amplamente manipulada e determinada pelo controle que têm os homens do discurso formador da masculinidade na cultura e nas normas, detendo ainda os meios ideológicos de impô-las. O sistema valorativo da superioridade masculina, as negações de afeto e apego, a rejeição do mundo das mulheres, favorecem, além do mais, o sistema capitalista, que depende de trabalhadores disciplinados, sujeitos à autoridade externa, à hierarquia, com capacidade de incorporar valores de outros como se fossem próprios.

A construção da feminilidade é feita pelo estímulo, por parte do pai, à passividade e à submissão, sendo que a passividade é conectada com a heterossexualidade, gratificada com carinho, ao passo que a agressividade e a atividade são inibidas. Essa passagem para a heterossexualidade é definida por Freud como a renúncia do clitóris (fálico) pela vagina, que deve passar a ser a sede

do prazer feminino. As pesquisas feitas por Masters e Johnson, publicadas em 1966 desmentiram a separação entre os orgasmos clitorianos e vaginais de Freud.¹²⁵

Na visão de Chodorow, a menina continua apegada à mãe pré-edípica, externa e internamente relacionada a ela; tem problemas com a separação, com a identificação sem fusão, com a diminuição da dependência e para se libertar dos conflitos da ambivalência.

Destacando o papel ativo dos adultos na orientação heterossexual, uma vez que o processo é relacional e não instintivo, afirma repetidas vezes que a heterossexualidade é transmitida às crianças. Reconhece, nas suas conclusões, respondendo já a críticas de amigos e colegas, que seu enfoque é por demais generalizado e que, de fato, nem todas as mulheres são mães ou querem ser mães, e nem todas são maternais ou cuidadoras.

Um possível viés que seu trabalho revela é resultado do fato de estar falando de mães e não de mulheres que optaram por não serem mães. A sua visão da maternação sobretudo prazerosa pode também se dever ao contexto no qual surgiu o estudo, num meio em que a maternidade já se dava em situações de maior possibilidade de escolha da mulher, o que pode ter reduzido os conflitos com o peso do cuidado dos bebês nos relatos em que se baseou.

Finalmente, é surpreendente como algumas afirmações que compõem o *corpus* do discurso apresentado por Chodorow não são objeto de maior reflexão nos textos de autoras quando citam a *Reproduction* e que dizem respeito às bases psicológicas das relações de gênero.

Uma delas é a ênfase que Chodorow dá à questão do desprezo que têm os homens pelas mulheres, elemento importante para a discussão do sistema valorativo que inferioriza as mulheres e mantém, simbolicamente, a superioridade masculina.

Outra questão é a das meninas não se voltarem, da mãe, de maneira absoluta, para o pai, mas acrescentarem o pai ao seu mundo de objetos primários. Apesar do êxito, na maior parte dos casos, do processo edípico em formar mulheres heterossexuais, pelo papel sedutor do pai (ou a fantasia deste, no caso de sua ausência), o peso emocional do apego à mãe faz com que o pai e,

¹²⁵ Ter sido preciso uma pesquisa médica para decidir sobre o orgasmo feminino é uma evidência do efeito de verdade (sempre cambiável) desse campo discursivo sobre o corpo das mulheres, normatizando as experiências mais subjetivas.

conseqüentemente, os homens, sejam objetos *eróticos* primários mas *emocionalmente* secundários.

Essa característica relacional emocionalmente secundária com os homens tem a ver com o mito do caráter romântico dos processos de decisões femininas. Adultas, as mulheres são economicamente dependentes dos homens, como o foram, concretamente, de seus pais, para escapar à dominação materna. Essa situação tem conseqüências:

Sua desenvolvida capacidade para romantizar decisões racionais (ignorar ou mesmo idealizar as falhas de seu pai e de seus homens por causa de sua dependência) é útil às mulheres nessa situação adulta. (RM, p. 246).

No entanto, dada a distância afetiva em relação ao objeto masculino, a mulher adquire uma capacidade real de racionalidade nos relacionamentos. Em função da dependência econômica, dela e dos filhos, a mulher pode fazer cálculos racionais. Ao mesmo tempo, fantasia as falhas masculinas e as minimiza, numa reação emocional e ideológica à sua própria dependência, o que explica um romantismo aparente, mitificado pela sociedade. A constatação de que a maioria dos divórcios passou a ser de iniciativa da mulher, pelo acesso maior ao trabalho e graças ao afastamento do estigma da mulher “separada” conseguido pelo movimento feminista, é prova da aparência desse romantismo.

Por outro lado, as mulheres procuram satisfazer suas necessidades emocionais revivendo, na maternação, a situação fusional com a mãe. Dadas as dificuldades dos homens com o amor, voltam-se para as amigas com outras mulheres, com quem têm vínculos mais fortes, o que não acontece, em geral, entre os homens.

A meu ver, a mais surpreendente revelação que Chodorow faz, ao analisar as críticas de Karen Horney (1885-1952), Melanie Klein e Ernest Jones (1879-1958) às labirínticas explicações de Freud sobre a masculinidade inicial da identidade da menina (por causa do caráter ativo ao desejar a mãe, e da sexualidade clitoriana) é a citação de Jones, em artigo publicado em 1931, onde afirma que “a questão maior é se uma mulher nasceu ou foi feita” (RM, p. 151).

Como não há nenhuma menção a Simone de Beauvoir em *Reproduction*, pode-se até supor que Chodorow não a tivesse lido, quando escreveu o livro. O que intriga é que as leitoras de Chodorow não tenham feito referência à antecedência de

Jones quanto à famosa frase de *O Segundo Sexo* que, provavelmente estava respondendo à questão do Psicanalista, sem o citar.

Essa suposição tem fortes probabilidades de ser correta, uma vez que, em *Balanço Final*, Simone de Beauvoir reconhece que a tese “não se nasce mulher, torna-se”, deveria ser completada pela frase “ninguém nasce homem, as pessoas se tornam homens” (BEAUVOIR, ([1972] 1982, p. 487).

Por fim, considerando o peso que confere à maternação para a organização social e econômica, Chodorow não prescreve, simplesmente, uma maior participação dos homens no cuidado com as crianças. Constata que, apesar dos papéis criados pelo sistema sexo-gênero estarem em crise, a mudança depende da organização consciente e ativa de mulheres e homens que reconheçam que ambos têm interesse na eliminação da desigualdade entre os sexos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o trajeto da investigação, me perguntei, muitas vezes, se fazia sentido estudar o que diziam e em que circunstâncias, locais e históricas, as feministas na França e nos Estados Unidos, ou se deveria ter me dedicado a ler as brasileiras e as demais latino-americanas. Porém, fui me convencendo de que necessitamos ter clareza a respeito de como pensam (e o que estão a pensar sobre) as suas nortistas realidades, as feministas dessas culturas que tanta influência têm nos feminismos brasileiros, no sentido de adequar e (des)nortear o modo de pensar a nossa sulina sociedade.

Estudar as idéias dos movimentos contestatários, dos anos 1960 e 1970, franceses e estadunidenses, era de particular interesse, dada as suas articulações com a segunda onda do feminismo. Espero ter trazido contribuições para o melhor entendimento das condições de emergência do discurso feminista, principalmente sobre o papel de matriz que teve o Movimento Negro pelos Direitos Civis.

Constater o valor de captar os olhares mais críticos das autoras, – em épocas em que ainda se esboçavam certas mudanças de relações sociais – por terem a estranheza que não temos, hoje, quando o que era inédito ainda não se tornara trivial. Falo especificamente da questão da contracepção.

Pressuposto crucial para Simone de Beauvoir¹²⁶, o controle da fertilidade ainda não foi vivido, pelas feministas do movimento da Segunda Onda, como uma questão resolvida. A pílula anticonceptiva teve uma recepção cautelosa, logo seguida de denúncias de danos para a saúde.

As feministas dos anos 1960 e 1970, tinham clara a necessidade da legalização do aborto, apesar da eficácia propalada da contracepção hormonal.

¹²⁶ Beauvoir assinala, em 1949, o uso da contracepção anterior à pílula contraceptiva, nos Estados Unidos e na Inglaterra. (BEAUVOIR, 2000b, v. II, p. 465).

Essas informações oferecem elementos para repensar as atribuições à “pílula” de uma “revolução sexual” que ficou, para as gerações posteriores, como a revolução emblemática daqueles anos. A análise de Mills (1963) me pareceu particularmente instigante, pela revelação da anterioridade do uso mais corrente da contracepção e de como ele veio a serviço de uma “liberação” da sexualidade, conveniente para os interesses masculinos e do capital, embora servindo, para as mulheres, como via de negociação do acesso a uma carreira. A queda do valor da virgindade enquadrada nessa moldura adquire um contorno mais nítido.

Pude verificar como as categorias mudam, se ressignificam ou deixam de ser usadas, mesmo sem ter perdido o poder explicativo ou político.

Chamou, particularmente, a minha atenção o valor dado pelas feministas radicais da Segunda Onda, à *autonomia*, como um objetivo a ser perseguido, em relação à vida quotidiana, aos movimentos sociais, assim como, principalmente, em relação ao controle sobre seus corpos. O esforço de configurar escolhas e decisões, a partir de experiências vividas pelas mulheres, e de formar serviços próprios, espaços exclusivos e, até, comunidades separatistas, oferece elementos para uma reflexão sobre os limites dessas propostas mas, ao mesmo tempo, sobre seu poder transformador. Editoras e publicações feministas assim como os núcleos de estudos feministas, por exemplo, continuaram, e demonstram, com sucesso, o valor da autonomização para garantir a formação de discursos geradores de outras realidades.

Creio ter apresentado leituras que contribuem para o resgate de autoras cujo pensamento ecoa na produção teórica atual; porém, mais que isso, as releituras apontam para outras perspectivas que podem ampliar a nossa compreensão da questão da maternidade e da construção da feminilidade e da masculinidade.

Quanto a Shulamith Firestone, importa, a meu ver, reiterar que sua proposta foi a do controle da reprodução pelas mulheres. Pode-se, ao invés de caracterizar o seu discurso como pró-tecnologia, ler a visão radical da distopia que ela anteviu. Poderíamos chamá-lo de “o pesadelo de Firestone”, o que seria um contradiscurso, da propaganda espetacular atual, sobre a apropriação biotecnológica da procriação.

As categorizações dos pensamentos das feministas sobre a maternidade, apesar de se referirem a um largo espectro de posições, terminam, muitas vezes, caindo no modelo dicotômico que as teorias feministas tanto têm feito para criticar: maternalistas ou anti-maternalistas. A leitura de Nancy Chodorow não confirma

estritamente a sua caracterização como “maternalista”. Ela procura explicar por quê as mulheres têm tido prazer e êxito na maternação e como a internalização da relação com a mãe é socialmente construída. Ao desenvolver, através da abordagem psicológica e sociológica, os caminhos apontados pelo conceito do sistema sexo/gênero de Gayle Rubin, ela avançou na compreensão das articulações da maternação com as construções sociais dos papéis de gênero. Foi interessante recuperar a sua contribuição para a desnaturalização da heterossexualidade, um aspecto da sua obra que desaparece sob a caracterização de “maternalista”. Nancy Chodorow oferece elementos preciosos para discutir a construção da feminilidade e da masculinidade, assim como para a compreensão das bases mais profundas da violência dos homens em relação às mulheres.

O afastamento, por parte das feministas, da questão da maternidade, pode também ser verificado em relação às análises psicológicas. Nas elaborações teóricas e nas práticas políticas, não se pode prescindir do aporte que a análise psicológica crítica feminista oferece sob o risco de empobrecer a capacidade de produção discursiva simbólica, tão importante para a desnaturalização das desigualdades que as mulheres enfrentam.

A ênfase na “subordinação da mulher à espécie” dada por Simone de Beauvoir, quando contextualizada, se relativiza e, de certa maneira, explica a “ruptura epistemológica inacabada” referida por Rouch (2003). Pode-se repensar a historicidade da utilização da maternação como base da subordinação das mulheres, não à espécie, mas aos homens, através das visões apresentadas nesse trabalho. Comparando o pensamento de Beauvoir com as reflexões posteriores, creio ser proveitosa a visão que atribui ao conceito de feminilidade o fato de ter sido a matriz que serviu, historicamente, para o discurso bio-médico construir essa subordinação, assim como as reflexões que apontam, analisando os arranjos jurídicos, para o papel preponderante da esposa, e não da mãe, na articulação da construção de gênero com o Estado moderno ocidental.

Não obstante, os instrumentos teóricos que Michel Foucault trouxe para a crítica feminista da cultura têm sua relevância ressaltada pela análise do papel do poder médico nos mecanismos do sistema formador de gênero, não só para compreender a evolução histórica desse poder como para captá-lo na sua agência contemporânea. A capacidade de forjar realidades que tem o discurso médico e o seu papel protagônico na engenharia da reprodução, (des)(re)construindo identidades para as mulheres em relação à(s) sua(s) func(ão)ões procriativa(s) é um

campo de investigação importante para os debates atuais. Estaríamos entrando numa época da pós-maternidade? Quem, e em quais circunstâncias, tem hoje o poder de definir o que é “mãe”? Quem controla o processo da reprodução?

De certa forma, como queria Firestone, certas mulheres foram igualadas ao homem em relação ao processo procriativo, com a externalização da fecundação: podem obter uma criança sem gestá-la. A filiação é a elas atribuída, pela lei, com base na transmissão do material genético. Num estágio da tecnologia que ainda não conseguiu úteros artificiais, o problema foi contornado pela “alternativa sub-rogada”. As “portadoras” não são mães, apenas “carregam” bebês, numa relação comercial feita por contrato. Mas o inverso também é possível: com o desenvolvimento da manipulação de óvulos, a “doação” tornou-se possível e nesse caso, a gestadora é a mãe. Dizer que continuam a funcionar os sistemas socialmente construídos de parentesco não responde completamente à questão das identidades que vão sendo atribuídas às mulheres.

Cabe perguntar: é de mulheres que se trata, nessa questão? Haverá ainda uma “questão da maternidade”? Ou seriam as mulheres um elemento intermediário para que os homens se reproduzam, física e politicamente? O que têm a dizer as mulheres, a partir da experiência vivida, desses processos? Esses desdobramentos demonstram a necessidade de se refletir sobre como se desfaz, atualmente a definição de “mãe”.

E mais, sobre como a apropriação tecnológico-mercantil passa para um registro que não se pode mais chamar de “reprodução humana” quando se utiliza gametas isolados de corpos para fins não reprodutivos.

Na prática política, creio que é urgente, quando se trata da “maternidade”, afastar o fantasma do essencialismo, que tem distanciado, das correntes que trabalham a questão dos direitos reprodutivos, os grupos que estão atuantes no enfrentamento com o poder médico, disputando o controle dos partos ou atuando como acompanhantes nos hospitais, as “doulas”. Afinal, as bruxas, que tanto aparecem na recuperação feminista do imaginário, historicamente apropriado pelos discursos dominantes, eram parteiras.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond. O homem novo. In: _____. *Caminhos de João Brandão*, 1967. Disponível em: <<http://www.algumapoesia.com.br/drummond/drummond17.htm>>. Acesso em: 9 mar. 2007.
- ANDRIOCCI, Muriel. Entre colère et distance: les études féministes à l'université. *L'homme et la société. Revue Internationale de recherches et de synthèse en sciences sociales*. Paris: L'Harmattan, 2006.
- ARIES, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BADINTER, Elisabeth. *L'amour en plus: histoire de l'amour maternel XVII^e et XX^e siècle*. Paris: Flammarion, 1980.
- BEAUVOIR, Simone de. *A força das coisas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1963.
- BEAUVOIR, Simone de. *Balanço final*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- BEAUVOIR, Simone de. *Cartas a Nelson Algren. Um amor transatlântico 1947-1964*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000a.
- BEAUVOIR, Simone de. *Entrevista concedida a John Gerassi, 1976*. Disponível em: <http://www.simonebeauvoir.kit.net/artigos_p02.htm>. Acesso em: 20 abr. 2007.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000b. Tomos I e II.
- BOTTAFUOCO, Annarita. Entre cidadania política e cidadania social: projetos e experiências no movimento político das mulheres na Itália liberal. In: BONACCHI, Gabriella ;GROPPI, Angela (Org.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: Unesp, 1995. p. 129-158.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CHAPERON, Sylvie. Simone de Beauvoir, cinquante ans après. *Le monde diplomatique*, jan. 1999. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/1999/01/CHAPERON/11516>>. Acesso em: 23 set. 2007.
- CHILDE, V. Gordon. *O que aconteceu na história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, [1978] 2002.
- CHOLLET, Laurent. *Les situationnistes: l'utopie incarnée*. Paris: Gallimard, 2004.
- CISLER, Lucinda. Unfinished business: birth control and women's liberation. In: MORGAN, Robin (Ed.). *Sisterhood is powerful: an anthology of writings from the women's liberation movement*. New York: Vintage Books, 1970.

- COREA, Gena. *The mother machine: reproductive technologies from artificial insemination to artificial wombs*. New York: Harper & Row, 1985.
- CORRÊA, Marilena V. *Novas tecnologias reprodutivas: limites da biologia ou biologia sem limites?* Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- DALY, Mary. *Pure lust: elemental feminist philosophy*. Boston: Beacon Press, 1984.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- DE VILAINE, A. M.; GAVARINI, L.; LE COADIC, M. (Orgs). *Maternité en mouvement: les femmes, la re/production et les hommes de science*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1986.
- DIETZ, Mary G. Cidadania com cara feminista. *Debate Feminista*, México, p. 55-78, 2001. Número especial.
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- DUTEUIL, Jean Pierre. Depoimento para a Radio Libertaire, maio 1988. Disponível em: <http://increvablesanarchistes.org/articles/1968/68_22mars.htm>. Acesso em: 7 jun. 2007.
- EHRENREICH, Bárbara; ENGLISH, Deirdre. *Complaints and disorders: the sexual politics of sickness*. New York: The Feminist Press, 1973.
- ENGELS, Frederich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 5. ed. São Paulo: Global, 1984.
- FEIXA, Thomas. "Socialisme ou barbarie" et la revolution hongroise. *Le monde Diplomatique*. Archives 2006. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/2006/10/FEIXA/14018>>. Acesso em: 20 abr. 2008.
- FERRE, Leo. Entrevista para Radio Libertaire e Monde libertaire, 1988. Disponível em: <http://increvablesanarchistes.org/articles/1968/ferre_68.htm>. Acesso em: 23 jun. 2007.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. 1999 no texto
- FIRESTONE, Shulamith. *A dialética do sexo: um estudo da revolução feminista*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976. Edição original: 1970.
- FIRESTONE, Shulamith. The Jeanette Rankin Brigade: woman power. In: _____. *Notes from the first year*. New York: The New York Radical Women, 1968(b). Disponível em <<http://scriptorium.lib.duke.edu/wlm/notes/>>. Acesso em: 12 jan. 2007.

FIRESTONE, Shulamith. The women's rights movement in the US: a new view. In: _____. *Notes from the first year*. New York: The New York Radical Women, 1968(c). Disponível em <<http://scriptorium.lib.duke.edu/wlm/notes/>>. Acesso em: 12 jan. 2007.

FIRESTONE, Shulamith. Women and the radical movement. In: _____. *Notes from the first year*. New York: The New York Radical Women, 1968(a). Disponível em: <<http://scriptorium.lib.duke.edu/wlm/notes/>> .Acesso em: 12 jan. 2007.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, [1970] 2001._

FOUCAULT, Michel. *L'archeologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

FOUCAULT, Michel. *Historia da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FRASER, Nancy. Repensar el ámbito público: una contribución a la crítica de la democracia realmente existente. *Debate Feminista*, Mexico, n. 4, v. 7, 1993.

FREEMAN, Jo. *El movimiento feminista*. Mexico: Editores Asociados, S.A, 1977.

FREEMAN, Jo. *From suffrage to women's liberation: feminism in twentieth century America*. Publicado originalmente em *Women: a feminist perspective*. ed. by Jo Freeman, Mountain View, Calif: Mayfield, 1995, p. 509-28. Disponível em: <<http://www.jofreeman.com/feminism/suffrage.htm>>. Acesso em: 4 maio 2006.

FREEMAN, Jo. *The Women's Liberation Movement: its origin, structures and ideals*. 1971. Disponível em: <<http://scriptorium.lib.duke.edu/wlm/womlib/1971>>. Acesso em: 4 maio 2006.

FRIEDAN, Betty. *A mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.

GALEOTTI, Anna. Cidadania e diferença de gênero: o problema da dupla lealdade. In: BONACCHI, Gabriella; GROPPPI, Angela (Org.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: Unesp, 1995. p 235-259.

GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

GREER, Germaine. *Sexo e destino: a política da fertilidade humana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

GREER, Germaine. *A mulher inteira*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

HACKMANN, Geraldo Borges. Uma vida a ser defendida, *Jornal Folha de São Paulo*, 12 maio 2007, Caderno 1, Opinião, p. 3

HALBERT, Debora. Shulamith Firestone: radical feminism and visions of the information society. *Information Communication and Society. Bibliographic details*, v. 7, n. 1, p. 115-136, 2004.

HANMER, Jalna. Transforming consciousness: women and the new reproductive technologies. In: COREA, Gena et al. *Mand-made women: how new reproductive technologies affect women*. London: Hutchinson and CO. Publishers Ltd., 1982. p. 88-109.

HARAWAY, Donna. Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80'. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HARDING, Sandra. *Ciencia y feminismo*. Madrid: Morata, 1996.

HOLMES, John Clellon. This is the beat generation. I *The New York Times Magazine*, Nov. 16, 1952. Disponível em <<http://www.litkicks.com/Texts/ThisIsBeatGen.html>>. Acesso em: 21 abr. 2008.

JACOBY, Russel. *The end of utopia: politics and culture in a age of apathy*, 1999. Disponível em: <<http://search.barnesandnoble.com/booksearch/isbninquiry.asp?ean=9780465020010&z=y>>. Acesso em: 2 jul. 2007.

KHAYATI, Mustapha. De la misère en milieu étudiant considérée sous ses aspects économique, politique, psychologique, sexuel et notamment intellectuel et de quelques moyens pour y remédier. Strasbourg: 1966. Disponível em <<http://membres.lycos.fr/mai68/30ans/situ.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2007.

KLEIN, Viola. *El caracter femenino: historia de una ideologia*. Buenos Aires: Paidós, [1946] 1951.

KNIEBIEHLER, Yvonne; FOUQUET, Catherine. *La femme et les medecin: analyse historique*. Paris: Hachette, 1983.

KRISTEVA, Julia. *Le génie féminin 3. Colette*. Paris: Gallimard, 2004.

KUPERMAN, Ester. Da cruz à estrela: a trajetória da ação popular marxista-leninista. *Revista Espaço Acadêmico*, ano 3, n. 25, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/025/25ckuperman.htm>>. Acesso em: 12 set. 2007.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LAMOUREUX, Diane. Le paradoxe du corps chez Simone de Beauvoir. *Rev Labyrinth*, v. 1, n. 1, 1999. Disponível em: <<http://h2hobel.phl.univie.ac.at/~iaf/Labyrinth/Lamoureux.html>>. Acesso em: 21 jul. 2007.

LUNA, Lola. La historia feminista del género y la cuestión del sujeto. Publicado originalmente no Boletín Americanista n. 52, 2002. Disponível em: <www.rebellion.org/mujer/031021luna.html>. Acesso em: 23 nov. 2007.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma? *Cadernos Pagu*, n. 11, Campinas, p. 107-125, 1998.

MACKINNON, Catherine. Feminism, marxism, method and the state: an agenda for theory. *Signs*, 7, Spring 1982. p. 515-541.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

MIES, Maria. Por uma metodologia feminista de pesquisa. CAPELLAR, Wanda Maria Lemos (Org.). *Núcleo de Estudos sobre a Mulher. SOC/004*, 2. ed. Rio de Janeiro PUC/, ago. 1982, p. 22-51.

MILLET, Kate. *Sexual Politics*. 1969. Disponível em: <<http://www.marxists.org/subject/women/authors/millett-kate/sexual-politics.htm>>. Acesso em:

MILLS, C. Wright. *Poder e política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 14, 1966.

MITCHELL, Juliet. *Psychoanalysis and feminism*. Harmondsworth: Penguin Books, 1975.

MITCHELL, Juliet. *Women's state*. 1971. Disponível em: <<http://www.marxists.org/subject/women/authors/mitchell-juliet/womens-estate>>. Acesso em: 22 jul. 2007, 23 set. 2006.

MOI, Toril. *Sex, gender and the body*. New York: Oxford University Press, 2005.

MORGAN, Robin (Ed.). *Sisterhood is powerful: an anthology of writings from the women's liberation movement*. New York: Vintage Books, 1970.

MOTTA, Manoel Barros (Org.). *Michel Foucault: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva, 1993.

NICHOLSON, Linda. The contemporary women's movement. In: _____. *Gender & History*. New York: Columbia University Press, 1986. Cap. 1. Disponível em: <<http://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/us/nichols2.htm>>. Acesso em: 23 maio 2007.

NOVACK, George. Who will change the world? the new left and the views of C. Wright Mills. *International Socialist Review*. New York, v. 22, n. 3, p 67-79, 1961. Disponível em <<http://www.marxists.org/archive/novack/works/1961/x01.htm>>. Acesso em: 9 set. 2007.

OAKLEY, Ann. *Woman's work: the housewife, past and present*. New York: Vintage Books, 1976.

PAASONEN, Susana. Thinking through the cybernetic body: popular cybernetics and feminism. *Rhizomes*. n. 4 primavera 2002. Disponível em: <<http://www.rhizomes.net/issue4/paasonen.html>>. Acesso em:

- PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Rev. Bras. Hist.*, v. 23, n. 45, São Paulo, jul. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201882003000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 jan. 2007.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2006.
- PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.
- REIS, Ana Regina Gomes. A industrialização da vida: o ponto de vista de uma dona de casa. *Cadernos da Rede de Defesa da Espécie Humana*, Rio de Janeiro, 1991.
- REIS, Ana Regina Gomes. IVF in Brazil: the history told by the newspapers. In: SPALLONE, Patricia; STEINBERG, Deborah Lynn (Org.). *Made to order: the myth of reproductive and genetic progress*. Oxford: Pergamon Press, 1987. p. 120-132.
- RICH, Adrienne. *Naître d'une femme*. Paris: Denoel/Gonthier, 1980.
- ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise. *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ROWLAND, Robin. Motherhood, patriarchal power, alienation and the issue of "choice" in preselection. In: COREA, Gena et al. *Mand-made women: how new reproductive technologies affect women*. London: Hutchinson and Co. Publishers Ltd, 1985. p. 74-87.
- RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo*. Recife. Tradução SOS Corpo e Cidadania, 1993. no texto, 1983
- RUBIN, Gayle. The traffic of women: notes on the political economy of sex. In: REITER, R. (Ed.). *Toward an anthropology of women*. *New York Monthly Review Press*, 1975. p. 157-210.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970 – 1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SARACENO, Chiara. A dependência construída e a interdependência negada: estruturas de gênero e cidadania. In: BONACCHI, Gabriella; GROPPPI, Angela (Org.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: Unesp, 1995. p. 205-234.
- SARDENBERG, Cecília Maria B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, Ana Alice A.; SARDENBERG, Cecilia M. B. (Org.). *Feminismo, ciência e tecnologia*. Salvador: REDOR, NEIM, 2002. p. 89-120.
- SARDENBERG, Cecília Maria B. Um diálogo possível entre Margaret Mead e Simone de Beauvoir. In: BRITTO DA MOTTA, Alda; SARDENBERG, Cecília; GOMES, Márcia (Org.) *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador: NEIM/FFCH/UFBA, 2000.

SARTRE, Jean-Paul. *Sartre parle des maos*. Entrevista a Michel-Antoine Burnier. Disponível em: <http://www.sartre.ch/sartre_parle_des_maos.htm>. Acesso em: 6 fev. 2007.

SÁVIO, Mário. *The Berkeley student rebellion of 1964*. Disponível em: <http://fsm-a.org/stacks/mario/savio_studrebhel.htm>. Acesso em: 3 maio 2006.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface- Comunicação, Saúde, Educação*. Botucatu, v. 5, n. 8, p. 47-60, 2001.

SCAVONE, Lucila. *Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais*. São Paulo: Unesp, 2003.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a Ciência?* Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

SCHWARZER, Alice. *Simone de Beauvoir hoje*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

SCOTT, Joan. Prefácio. A gender and politics of history. *Cadernos Pagu* (3). Campinas, 2004. p. 11-27.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Tradução SOS-Corpo, Recife, [1986] 1991. Mimeo.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp. 1992. p 63-95.

SCOTT, Joan. A igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. *Debate Feminista* (edição especial em português). Cidade do México, p. 203-222, 2002.

STUDENTS FOR A DEMOCRATIC SOCIETY (SDS). *Port Huron Statement*. 1962. Disponível em: <<http://www.sds.revolt.org/documents.htm>>. Acesso em: 6 fev. 2007.

SINDING, Christiane. Le sexe des hormones: l'ambivalence fondatrice des hormones sexuelles. In: LÖWY, Ilana; ROUCH, Helene (Orgs.). *La distinction entre sexe et genre: une histoire entre biologie et culture*. *Cahiers du genre n. 34*. Paris: L'Harmattan, 2003. p 39-56.

SPENDER, Dale. *Men's studies modified: the impact of feminism on the academic disciplines*. Oxford: Pergamon Press, 1981.

SPENDER, Dale. *For the record: the making and meaning of feminist knowledge*. Londres: The Women's Press, 1985.

STOLCKE, Verena. O sexo está para gênero, assim como raça está para etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos n. 20*, 1991.

STOLCKE, Verena. La mujer es puro cuento. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(2), p. 77-105, maio/ago. 2004.

STUDART, Heloneida. *Mulher objeto de cama e mesa*. Petrópolis: Vozes, 1974.

SWAIN, Tania Navarro. Meu corpo é um útero? reflexões sobre a procriação e a maternidade. In: STEVENS, Cristina (Org.). *Maternidade e feminismo*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres/EDUNISC, 2007.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. *A medicalização do corpo feminino*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

WITTIG, Monique. *A mente hetero*. 1980. Disponível em: <http://www.geocities.com/girl_ilga/textos/pensamentohetero.htm>. Acesso em: 2 dez. 2006.

ZARETSKY, Eli. *Capitalism, the family and personal life*. London: Pluto Press Limited, 1976.

ZARETSKY, Eli. El destino irónico del psicoanálisis feminista: el caso de Melanie Klein. *Signos Filosóficos*, enero -junio, n. 009. Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, Distrito Federal, México, p 271-292, 2003. Disponível em: <redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/343/34300714.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2006.